



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE - PPGEduC
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GINALVA JESUS DE CARVALHO

**Educando-se entre a rua, o abrigo e a família: trajetórias de
crianças e adolescentes que se encontram em Casas de
Acolhimento**

SALVADOR

2010

GINALVA JESUS DE CARVALHO

Educando-se entre a rua, o abrigo e a família: trajetórias de
crianças e adolescentes que se encontram em Casas de
Acolhimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa I, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora:

Professora :Doutora Livia Alessandra Fialho da Costa

Salvador

2010

çppppppppp

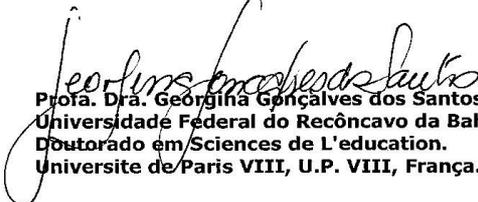
FOLHA DE APROVAÇÃO

"EDUCANDO-SE ENTRE A RUA, O ABRIGO E A FAMÍLIA: TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM CASAS DE ACOLHIMENTO"

GINALVA JESUS DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 27 de setembro de 2010, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Antropologia Social e Etnologia.
École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França


Prof. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Doutorado em Sciences de L'education.
Universite de Paris VIII, U.P. VIII, França.


Prof. Dr. Gabrieli Grossi
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Doutorado em Antropologia.
École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França.


Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Sociologia e Antropologia.
Universite Lumiere - França.

*Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora, cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor e fruto*

Wagner Tiso / Milton Nascimento

É com plena satisfação que dedico este trabalho a minha mãe, Antonia Jesus de Carvalho e ao meu pai Sebastião Ferreira de Carvalho, pessoas extremamente generosas, às quais com orgulho, atribuo o que de melhor possuo: minha formação como ser humano.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento e sabedoria. E com essa intenção procuro palavras para fazer um agradecimento muito especial aos meus pais, pessoas que foram sempre presentes na minha vida e que jamais mediram esforços para mostrar-me o verdadeiro caminho a seguir.

Hoje, na ausência deles, o meu coração dói ao sentir que nesta etapa da minha vida eles não estão presentes.

Mãe! Pai! Obrigada pelos alicerces para construção de uma vida cerceada de valores; obrigada por hoje eu ser quem eu sou: um pouco de cada um de vocês, e muitíssimo obrigada pelas bênçãos que, de maneira muito especial, derramaram sobre mim.

Mãe! Pai! Obrigada eternamente. Saudades.

Sou especialmente grata a todos da minha família. Às minhas irmãs: Gil e Janete e a minha prima/irmã Josinete pela força no período de construção deste trabalho, pois suas crenças na capacidade de realização a mim atribuída foram elementos impulsionadores desta dissertação. Cito de forma especial, minha irmã Dida, que com suas sugestões ao manuscrito levaram-me a revisões do texto; portanto, suas críticas e idéias permeiam o meu trabalho. Devo citar também em especial, minha irmã Elisa, pessoa incansável, sempre pronta a ajudar, e aos cuidados permanente para tudo acontecer. A disponibilidade e apoio contribuíram, e muito, para confecção do trabalho. A meus irmãos, Beto, Nonato e Jair, pelos momentos recheados de esperança e confiança no amanhã. E ao meu pequeno João Vitor, pelas horas subtraídas do estudo para renovação das energias

Devo agradecer de forma especial a minha orientadora Livia pela dedicação, paciência e compreensão pelos momentos difíceis e dolorosos que se fizeram presentes nessa minha trajetória, e que sempre se manteve presente conduzindo-me para o refinamento do olhar acadêmico

Sou grata a todos os demais professores com quem tive oportunidade de interagir, compartilhar e adquirir novos conhecimentos servindo-me como incentivo, na crença desse novo caminho.

Confesso que em alguns momentos me senti desanimada, intranquila, pois a busca pela materialização deste trabalho exigiu extrema dedicação e muitas renúncias. Foi difícil, mas valeu. Hoje, eu tenho pronto aquilo que podemos chamar Resultado de mais um aprendizado. Agradeço por esse novo saber.

Aos queridos amigos que neste momento não posso esquecer especialmente Ceres. A minha amiga irmã Lúcia que muito me ajudou a construir esse destino nos momentos de estudo na busca de uma reflexão mais acadêmica.

Agradeço também aos ex-colegas de trabalho, às crianças e adolescentes que com seus depoimentos ajudaram a compor essa dissertação, as organizações nas quais trabalhei que abriram suas portas para o meu trabalho de pesquisa; a todos que, direta e indiretamente, de alguma maneira contribuíram para que essa jornada pudesse ser concluída.

Agradeço sobretudo a Deus pela permissão divina de conquistar esse lugar, aos orixás, pela força, energia e pelos caminhos de luz que fizeram presentes nos momentos de dúvida e inquietação.

Devo confessar que, o “meu muito obrigada” a todos é de igual relevância. Toda doação ofertada por cada um teve o seu momento especial, e o peso imensurável para efetivação deste trabalho.

RESUMO

A normatização da Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, que institui o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direito, inaugura um novo ordenamento para as políticas de atendimento e proteção a esse segmento, entre os quais se destaca a medida de abrigo, aplicada na condição de provisoriedade e excepcionalidade, proposto para acolher crianças e adolescentes desfavorecidas dos seus direitos sociais. Entretanto observa-se que, em meio aos avanços apresentados, no âmbito da assistência, os dilemas institucionais que hoje perpassam pela rede de atendimento prejudicam seu bom funcionamento, dificultando a realização de um trabalho que garanta à reintegração familiar e comunitária desses sujeitos, que se ressentem, ainda, de ações que atendam as suas reais necessidades. Em consequência observa-se um movimento contínuo de crianças e adolescentes entre as ruas e a instituição, agravando-se ainda mais os fatores de risco em lugar da proteção.

O presente trabalho apresenta a experiência dos abrigos noturnos da Fundação Cidade Mãe-FCM, órgão de Prefeitura Municipal de Salvador, denominados de Casa de Acolhimento Noturno D. Timóteo Amoroso Anastácio e Casa de Oxum, espaços educativos respectivamente destinados a meninos e meninas, tecendo uma reflexão sobre os impactos, os desafios para a consolidação de uma prática educativa que contemple os sujeitos desse estudo, numa dimensão integrativa.

Palavras-Chave: crianças e adolescentes, institucionalização, família.

ABSTRACT

The normatization of the Law 8069/90 - Statute of the Child and Adolescent - ECA, that institutes the recognition of the child and the adolescent as subject of right, inaugurates a new order for the attendance politics and protection to this segment, among which it detaches the measure of shelter, applied in the condition of provisory and exceptionaly, proposed to receive children and ill-favoured adolescents of its social rights. However it is observed that, amid the progress described, in the framework assistance, the institutional dilemmas that now pass for the attendance net, harm its good functioning, making it difficult the accomplishment of a work that guarantees to the familiar and communitarian reintegration of these citizens, that they resent, still, of actions that take care of its real necessities. In consequence a continuous movement of children and adolescents between the streets and the institution is observed still more, aggravating itself the factors of risk instead of protection.

The present work presents the experience of the nocturnal shelters of the Foundation Mother City, agency of Municipal Government of Salvador, called of House of Nocturnal Shelter D. Timóteo Amoroso Anastácio and Casa de Oxum, respectively destined educational spaces the boys and girls, weaving a reflection on the impacts, the challenges for the consolidation of one educational practice that contemplates the subject ones of this study, in a integrativa dimension.

Keyword: children and adolescents, institutionalization, family.

LISTA DE SIGLAS

ABTH	Associação Brasileira Terra dos Homens
C.T	Conselho Tutelar
CBIA	Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CETAD	Centro de Estudo e Terapia do Abuso de Drogas
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FCM	Fundação Cidade Mãe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JIJ	Juizado da Infância e Juventude
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
M.P	Ministério Público
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
PCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I	
1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM OBJETO MULTIDISCIPLINAR	20
1.1. O desenho da pesquisa	22
1.2 Os instrumentos de coleta de dados	24
CAPITULO II	
2. HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: OS CAMINHOS DE UM ENCONTRO	28
2.1. Uma conjuntura política favorável	30
2.2. As políticas de gestão e o impacto no trabalho pedagógico	34
2.3. A mitologia e o sagrado: os significados dos nomes	36
2.3.1. A Casa de Oxum	36
2.3.2. A Casa D. Timóteo Amoroso Anastácio	38
CAPITULO III	
3 - AS TRAJETÓRIAS DE MENINOS E DE MENINAS DAS CASAS DE ACOLHIMENTO	40
3.1. O cotidiano das Casas de Acolhimento.	42
3.2. Educando no conflito.	47
3.3. Quem são esses meninos e essas meninas	50
3.4. Os educadores em cena.	52
CAPITULO IV	
4 - OS MARCOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	58
4.1. O paradigma criança e menor	62
4.2. A Lei 12010/09	68
CAPITULO V	
5 - O LUGAR DA CRIANÇA DENTRO DA FAMÍLIA	70

CAPITULO VI

6 - REVELANDO OS DADOS: ENTRE DIFERENTES VOZES	78
6. 1. Sobre o perfil dos sujeitos	79
6.1.1. Um contexto diverso.	85
6.1.2. O envolvimento com o tráfico de drogas.	87
6.2. A relação com a família.	89
6.2.1. A motivação para rua	91
6.2.2. A violência familiar.	93
6.3. O atendimento institucional e sua contra face	100
6.3.1. A trajetória escolar: a rua e a escola	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
APENDICE	117

INTRODUÇÃO

Embora se tenha avançado ideologicamente com as políticas de atendimento às crianças e adolescentes, notadamente a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a dimensão social das desigualdades entre a população infantil brasileira, particularmente a nordestina e negra, tem denunciado o quanto a luta pelos Direitos Humanos tem caminhos a construir na garantia da igualdade. Essa lacuna é perceptível, principalmente quando se tem como referência as dimensões dos índices de abandono escolar, trabalho infantil, situação de rua, violência familiar e urbana, prostituição infanto juvenil e o extermínio de jovens. Tudo indica que as possibilidades de mudança apresentadas nesse quadro ainda têm sido pouco significativas, quando comparadas a estes índices.

Com efeito, a emancipação das sociedades modernas deixou marcas profundas nas diferenças entre nações, povos e culturas, colocando em dúvida seu próprio projeto de igualdade. Na Bahia, particularmente em Salvador, essas marcas estão desenhadas num cenário composto de contrastes físicos e de assimetrias sociais e raciais, que denunciam as formas distintas e os processos históricos de mobilidade social da sua população. As trajetórias daqueles que aqui procuro dissertar contemplam este universo, composto por meninos e meninas que buscam, no seu dia-a-dia, formas de sobrevivência entre a casa, a rua e a Instituição – Casa de Acolhimento.

Abandonadas, abrigadas, órfãs, trata-se de um segmento que, embora tenha despertado o interesse social político e literário, principalmente nas últimas décadas, sempre esteve presente no cenário social, ao longo da história na formação de Estado brasileiro, sob diferentes denominações sempre negativas.

Não só anteriormente ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), como nos dias atuais, as crianças e adolescentes, objeto de estudo desse trabalho, representam um dos grandes dilemas sociais que, mesmo diante de investimentos e políticas, é evidente sua persistência como uma questão ainda não devidamente equacionada, (GREGORI, 2000, p.17), permanecendo no seu percurso histórico reconhecido como órfãos e desvalidos, vadios e transviados, menor, menino de rua e, atualmente, criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social (RODRIGUES, 2001).

Em seu contexto atual, as formas de atendimento têm se caracterizado como um conjunto de ações governamentais e não governamentais baseadas nos princípios e reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. As práticas de institucionalização, aqui em foco, estão pautadas nas diretrizes normatizadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e tomadas como objeto de análise na perspectiva dos sujeitos da pesquisa.

Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo analisar as trajetórias das crianças e adolescentes acolhidas, a partir do trabalho educativo desenvolvido nas Casas de Acolhimento da Fundação Cidade Mãe (FCM), na sua dimensão integrativa e emancipatória, ancorada em conceitos-chave que nortearão a análise de dados. Esses conceitos ou categorias são: institucionalização; convivência familiar; diversidade da infância; sujeito de direito,.

Tornar esses sujeitos foco de meu interesse, e objeto de conhecimento, foi uma busca que se iniciou nos anos 1990, a partir de uma experiência profissional de quatorze anos de atuação junto a algumas organizações governamentais e não governamentais. Durante esse período, por muitas vezes, refleti sobre outras possibilidades que poderiam ser acessíveis para esses sujeitos sociais e que poderiam tornar suas histórias diferentes. Olhando de perto, e sem romantismo, as práticas desenvolvidas em ‘prol’ dessas crianças e adolescentes pouco conseguem vislumbrar que essas histórias venham a ser diferentes algum dia. Meninos e meninas pobres de Salvador têm destinos muito semelhantes quando passam pelas Casas de Acolhimento. Estar, ou ter passado pela experiência do *acolhimento*, torna as trajetórias desses sujeitos quase idênticas.

Os registros oficiais vindos das instâncias encaminhadoras¹ (Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude) contam histórias dos meninos (as) que ali chegam carregados de estigmas: o estigma do *abandono* (pelas famílias), o estigma da violência (intra-familiar ou do bairro ou da rua). Histórias que são iguais quando são lidas sob o prisma do *estigma* que coloca esses sujeitos no *único* lugar de menores abandonados. Histórias que têm uma outra narrativa quando são ouvidos os sonhos, os desejos, os projetos e, sobretudo, a leitura que fazem de suas próprias vidas.

Essa dissertação nasce de uma inquietação que vem da minha formação, provocada pelo olhar “incomum”, na tentativa de “desbanalizar” o que se apresentava nas cenas urbanas, nas relações sociais, nas instituições, posteriormente aprimorado com a vivência dos espaços

¹ As instâncias encaminhadoras são instituições que compõe o sistema de garantia de direitos formada pelo: Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude.

acadêmicos e dos movimentos sociais, que muito contribuíram para uma visão crítica de sociedade.

Nesta leitura social não posso deixar omissa a relação existente entre o tema e a minha história de vida. Olhar e se reconhecer nos rostos dos meninos e meninas, que chegam nessas Casas, é compreender que nossas histórias não são tão diferentes, muda-se o contexto e o tempo. A pobreza, querendo ou não, arrasta para si o componente racial. Antes e hoje, ser pobre e preto significa ter mais dificuldades de vencer as “barreiras” sociais. É ter que se “virar” como diz Gregori (2000), fazendo referência à linguagem dos meninos de rua.

Poucos são os que conseguem mudar o rumo das suas trajetórias, e eu faço parte desse pouco. Talvez pelas condições do amparo afetivo familiar, talvez pela sorte de meu pai depois de muitas dificuldades, ter conseguido um bom emprego, talvez...

De qualquer forma, o “talvez” pode ser uma “faca de dois gumes”, na experiência de muitas outras pessoas. Na minha experiência ele foi condescendente, generoso, talvez a “faca tenha tido um só gume”, possibilitando as condições materiais e afetivas necessárias.

Todavia, foi imprescindível dedicação e esforço; substituir o medo pela coragem e, acima de tudo, acreditar que é possível. Assim a fé sempre me acompanhou nessa trajetória para chegar nesse lugar em que me encontro hoje. Como diz Gilberto Gil: *“andar com fé eu vou que a fé não costuma falhar”*

Sei que essa tarefa para esses meninos e meninas, em circunstâncias mais difíceis, pode parecer impossível de se reverter, contudo acredito que as nossas experiências como educadores, possam ajudá-los a recriar outros contornos nas suas trajetórias de vidas.

Ademais, ainda que se trate de contextos históricos distintos, existe o componente racial que me autoriza falar desse lugar enquanto pesquisadora, e em particular, a partir da minha história de vida quando me reporto às etapas iniciais de minha escolarização.

É assim que as inquietações, provocadas pelo tema, apresentam-se relacionadas às reflexões em torno do significado que a infância representou na minha vida. Os vínculos familiares reforçam ou criam um contexto de desenvolvimento para as crianças, de tal sorte que a sua ausência acentua a diferença com relação a outros tipos de experiência, como esse do *ser sem vínculos*. Mesmo em circunstâncias materialmente difíceis, o estar acolhida e amparada afetivamente no seio de uma família, nutre desejos e sonhos, possibilitam os meios necessários para o seu desenvolvimento social. Era com essa perspectiva que olhava cada criança e adolescente abrigado na Casa. Por várias vezes, questionei o meu olhar,

defrontando-me com a possibilidade desta ser também uma elaboração estigmatizante e rotuladora; afinal ter concretamente uma família não garante o estabelecimento de vínculos de afetividade que compensem a experiência de estar num grupo de consangüíneos e/ou afins. Pouco a pouco – sobretudo a partir da construção do projeto de pesquisa - fui substituindo e refinando a minha inquietação: a questão não é ter uma família; é, na verdade, pertencer a uma rede que dê suporte e garanta as suas experiências nessas fases do ciclo de vida: infância/adolescência.

Ainda sobre a relação subjetiva da escolha do tema e a minha trajetória de vida, não posso deixar de mencionar o aspecto da rejeição/exclusão. Sentir-se diferente, por não fazer parte do que se convencionou ser padrão social, foi algo presente desde cedo na minha vida. Ainda na educação infantil vivenciei várias cenas de rejeição por parte de professores e alguns colegas, que foram marcantes na minha relação com a escola. O fato de não ser igualmente acolhida, como as demais crianças, foi uma experiência traumática, criando algumas resistências ao meu convívio escolar naquela época. Hoje, ao analisar essa experiência, vejo o quanto ainda é presente esses estigmas nas trajetórias de vida de tantas crianças negras e o quanto isso desfavorece o desempenho da sua vida.

Com esta mesma reflexão, acredito que os contextos sociais que vivem meninos e meninas, em condições de pobreza acentuada, acabam sendo fortes motivadores para o seu afastamento da escola. Quase unanimemente as histórias das crianças acolhidas estão marcadas pela experiência do abandono da escola: a “cultura escolar” ainda se mantém distante dos valores culturais que dão lugar de pertencimento a esses grupos. A escola não tem uma leitura de quem são suas crianças, como são, o que pensam, o que sabem, impondo modelos culturais que se afastam das experiências mais singulares dos quotidianos deles.

Sabe-se que a escola é um espaço onde se manifestam as relações sociais nas suas diferentes dimensões, o que significa o envolvimento de sujeitos, alianças, transgressões, normas, regras (DAYREL,1996), dando particularidade a cultura escolar. Nela estão implícitos os conflitos ideológicos, representados nas múltiplas faces que compõem o seu sistema, constituindo-se também como um espaço onde se faz presente as diferenças sociais e, até certo ponto, hierarquizando essas diferenças. Contudo não se deve negar a sua importância histórica na formação do sujeito, pois é na escola que se aprende a conviver, compartilhar e a confrontar valores e experiências, onde os conflitos tornam-se parte significativa da aprendizagem, como elementos políticos para se repensar novas práticas educativas. Daí a

importância de afirmar o compromisso social da escola com a comunidade, fortalecendo os vínculos sociais, tornando-se um espaço de referência e de pertencimento.

Por outro lado, os contextos familiares, quase sempre fragilizados material e socialmente, foram penalizados pelo recrudescimento das políticas neoliberais, restringindo a sua qualidade de proteção e assistência, privando cada vez mais os seus membros de uma convivência mais estável.

Os novos arranjos familiares centralizados na figura materna, mesmo se constituindo, enquanto estratégias de manutenção dos laços familiares, não dão conta de assegurar uma infra-estrutura que seja suficiente ao bem estar dos seus integrantes, contribuindo em parte, para que os filhos, de forma precoce, conduzam suas necessidades por si só, na luta pela sobrevivência.

Se na escola a criança encontra um espaço pouco acolhedor, desfavorável ao fortalecimento das suas identidades, e na família não encontra o amparo afetivo e material, fundamental ao seu desenvolvimento, como nos diz o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, é nas ruas da cidade que muitos irão encontrar o exílio para seu “despatriamento”, tornando-se a opção mais viável enquanto meios de vida, na contramão do que convencionalmente denominamos como “socialização”. Neste sentido pode-se pensar que não existe escola sem família, e que ambas têm um papel histórico importante na formação da cidadania do indivíduo.

Por outro lado, as instituições de assistência à infância e juventude, recém saídas (ou não) das suas práticas tradicionais, sob a legislação do antigo Código de Menores, ainda buscam adequar-se ao novo ordenamento instituído pelo ECA, e conduz metodologicamente as suas ações educativas de forma pouco adequada ao nível de exigência apresentado pelo quadro social desses sujeitos. O que se constata, de forma geral, é que existe uma lacuna entre estas instituições e os meios produzidos por esses sujeitos, enquanto estratégia de sobrevivência, o que demonstra como as políticas de atendimento não têm sido suficientes para atender essa demanda. Caracterizam-se – enquanto medidas emergentes e preventivas – pela insuficiência, estando deslocadas da dimensão de políticas sociais para todos, como resposta ao reconhecimento da cidadania (ROSEMBERG, 2009), não tendo sido suficientemente enfrentadas como uma proposta politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde (RIZZINI e PILOTTI, 2009).

É para esse segmento social que se dirige o foco desta pesquisa, particularmente para as crianças e adolescentes assistidas pelas Casas de Acolhimento da Fundação Cidade Mãe-FCM, abrigos noturnos, criados nos anos noventa, logo após a promulgação do ECA.

Em Salvador, a cultura da institucionalização como prática educativa para crianças e adolescentes em sua maioria, pobres e negras, tem sido uma medida recorrente como modelo de assistência e proteção. Embora se tenha avançado, sobretudo respaldado pelo ECA, com o desenvolvimento de ações visando a inserção social, pouco se tem contemplado as necessidades do sujeito principalmente no âmbito da sua subjetividade e da convivência familiar e comunitária, considerando que pouco ainda se sabe a respeito dos significados que essas instituições representam na vida desses meninos e meninas, onde muito se tem ainda a conhecer e explorar.

Estudando uma vasta literatura sobre abrigamento e avaliando propostas pedagógicas de socialização de crianças e adolescentes nesse contexto, algumas questões foram se constituindo como inquietação de pesquisa. Dentre elas: quais as representações e significados das Casas de Acolhimento para crianças e adolescentes assistidos por esses espaços, considerando seus valores, atitudes e experiências familiar e de rua? O que pensam sobre si e sua condição social? Que projetos e expectativas de futuro nutrem esses sujeitos e que papéis atribuem (e se atribuem) às Casas de Acolhimento nesse processo de socialização?

Ainda no âmbito desta pesquisa, dirigindo o meu olhar para a instituição, tornou-se pertinente investigar como esses espaços pedagógicos têm contribuído para emancipação das crianças e adolescentes no seu projeto de vida, fazendo-os se reconhecerem enquanto sujeitos autônomos, históricos e participativos? E em que medida sua prática pedagógica tem resultado na reinserção social dessas crianças e adolescentes, contribuindo para a resignificação de suas identidades, reconstruindo-se individual e socialmente, a partir da valorização de uma cultura de pertencimento, dado como elemento importante na formação do sujeito.

Como foi dito anteriormente, pretendo com este estudo analisar, na perspectiva das crianças e jovens acolhidos, o trabalho educativo desenvolvido nas Casas de Acolhimento da FCM, na sua dimensão integrativa e emancipatória, e suas interfaces com a rua e a casa, considerando também que, para compreensão da dinâmica desses espaços, é importante ressaltar as falas de alguns educadores e dirigentes pedagógicos que historicamente contribuíram para sua fundamentação teórica.

O conjunto deste trabalho é composto por seis capítulos que se encontram permeados por uma discussão sobre a educação de crianças e adolescentes em medida de institucionalização. No primeiro busco descrever os caminhos da pesquisa, justificando a metodologia aplicada. No segundo capítulo contextualizo as políticas de gestão e os impactos sobre o trabalho pedagógico e os caminhos históricos da institucionalização de crianças no Brasil.

No terceiro capítulo trago as trajetórias dos meninos e meninas e as práticas pedagógicas desenvolvidas. No quarto capítulo, faço revisão bibliográfica, a partir de alguns autores que discutem esta temática, e que, portanto, norteiam esse trabalho de pesquisa. O quinto capítulo é dedicado a uma reflexão sobre a família e o lugar que a mesma ocupa nos contextos de vulnerabilidade. No sexto trato da análise dos dados, revelando as informações obtidas a partir das falas dos sujeitos entrevistados.

CAPÍTULO I

1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM OBJETO MULTIDISCIPLINAR

Não foram poucas as razões que justificaram e respaldaram esse estudo para escolha da abordagem qualitativa. Considero que um conjunto de fatores interligados como próprio objeto de estudo, as questões relativas a seu universo cultural, bem como o lugar que ocupava como educadora na instituição, criando espaço para o lugar do observador, foram motivadores do tipo de metodologia aplicada. Instigava-me compreender a dinâmica do ambiente, buscando ter uma visão mais ampla dos significados que aquele espaço representava na vida das crianças e adolescentes. Foi assim que iniciei minhas primeiras incursões, ocupando o lugar de observadora da minha própria prática educativa.

Como nos diz André (2008), a pesquisa etnográfica, para os etnógrafos, define-se pela descrição da cultura, onde práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens e significados de determinado grupo social são considerados relevantes para o estudo da cultura e da sociedade. Dessa forma, esse trabalho de pesquisa busca descrever o processo educativo das Casas de Acolhimento da FCM, procurando desvelar como esses espaços têm contribuído enquanto política de emancipação social do sujeito.

Para sua melhor compreensão vejamos que contribuições a pesquisa qualitativa favorece ao estudo do ambiente educativo, a partir de alguns pressupostos. Nesse sentido, não se pode deixar de enfatizar os caminhos históricos que contribuíram como fundamentos para essa abordagem, e os questionamentos suscitados frente à visão positivista, atribuindo aos fenômenos sociais e humanos, o mesmo procedimento de análise aplicado aos fenômenos físicos e naturais (ANDRÉ, 1995, p.16).

O debate em torno de uma visão crítica, frente ao empiricismo das ciências, ganha espaço para novas formas de interpretação da realidade, reconhecendo o sujeito como parte significativa desta realidade. Esses princípios, sustentados ideologicamente pela corrente idealista-subjetivista, indagavam sobre as leis gerais das ciências, e buscavam defender uma abordagem metodológica capaz de explicar a complexidade dos fenômenos sociais e

humanos, o que difere da explicação causal, geralmente associada às ciências naturais. Ressaltando esse pensamento André (2008), diz:

Não aceitando que a realidade seja algo externo ao sujeito, a corrente idealista-subjetivista valoriza a maneira própria de entendimento da realidade pelo indivíduo. Em oposição a uma visão empiricista de ciência, busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que os fatos e valores estão intimamente relacionados. (ANDRÉ, 2008, p.17).

Pesquisas de tipo etnográfico marcaram a Educação, sobretudo quando o objeto a ser enfocado buscava uma contextualização histórica de diferentes movimentos sociais surgidos nos anos sessenta, na Europa e Estados Unidos, a exemplo da luta contra discriminação racial, social, pelos direitos femininos sexuais etc. e pela implosão de rebeliões estudantis, na França. A abordagem antropológica passou a ser largamente aplicada em estudos nesse campo, e seus instrumentos de análise vêm contribuindo sistematicamente de forma a desvelar o que se passa nesses contextos, descrevendo as situações e revelando seus múltiplos significados (ANDRÉ, 2008).

Vários autores nacionais e internacionais têm contribuído através de publicações, e na realização de eventos buscando disseminar essa proposta de estudo, de forma a compreender melhor os contextos educacionais, tanto no âmbito de estudos sobre currículos escolares como das representações dos atores escolares. (ANDRÉ, 2008).

Bogdan e Biklen (1994) e André (2008) especificam algumas características importantes e representativas que se destacam na pesquisa qualitativa do tipo etnográfica, adotadas tradicionalmente através das técnicas da observação participante, pela entrevista em profundidade e análise dos documentos.

A primeira delas dá ênfase ao papel do investigador qualitativo na relação direta com o objeto pesquisado, constituído como principal instrumento de coleta, pois é quem media, manipula, analisa os dados. Além do mais, esse contato direto favorece o acesso ao ambiente natural do objeto, permitindo, se necessário, redirecionar o trabalho de pesquisa. Como diz André (2008):

[...] O fato de ser uma pessoa o põe numa posição bem diferente de outros tipos de instrumentos, porque permite que ele responda ativamente às circunstâncias que o cercam, modificando técnicas de coleta, se necessário, revendo as questões que orientam a pesquisa, localizando novos sujeitos, revelando toda a metodologia ainda durante o desenrolar do trabalho (2008, p.28-29).

Outra característica da abordagem etnográfica refere-se à importância atribuída ao significado, onde a ênfase do pesquisador centra-se nas formas como os sujeitos da pesquisa dão sentido às suas vidas, às suas experiências. Ao apreender as perspectivas dos participantes, a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior. (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p.51)

Ainda nesse tipo de abordagem são predominantes as características como a descrição e a indução. Através da descrição o pesquisador tem ao seu dispor um acervo de diferentes fontes de coleta de dados, todos descritivos, através das falas, imagens, transcrições, citações, documentos e outros, com a devida atenção a sua forma original. A indução se diferencia de outras formas de análise baseada em confirmar ou infirmar hipóteses. Aqui os dados vão sendo agrupados construindo as abstrações que dão sentido a pesquisa como um todo.

1.1. O desenho da pesquisa

O tempo de experiência em programas educacionais, junto às crianças e adolescentes desassistidos dos seus direitos, vivenciada no Projeto Axé como educadora e supervisora pedagógica, seguida da experiência junto às Casas de Acolhimento da Fundação Cidade Mãe, serviram-me como referência para o trabalho empírico, posteriormente elaborado como objeto de estudo, constituindo parte significativa da observação participante, ao tempo em que contribuiu para compor os primeiros registros de campo. Foi a partir do lugar de educadora, ora mergulhada no cotidiano das práticas educativas, ora buscando um olhar mais distanciado dessa implicação, que surgiram os passos iniciais no amadurecimento dessa pesquisa, enquanto trabalho acadêmico. Neste contexto, algumas questões já se formulavam provocadas pela “naturalização” atribuída à condição social de “certas” crianças e adolescentes,

reforçadas por um discurso de sociedade cujo desenvolvimento tem gerado uma contra face socialmente injusta (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p.16).

A pesquisa que deu origem a esta dissertação teve como objeto de estudo os espaços de acolhimento da Fundação Cidade Mãe, particularmente as unidades conhecidas como Casa de Acolhimento D. Timóteo Amoroso Anastácio e Casa de Oxum, para meninos e meninas respectivamente. São espaços destinados a crianças e adolescentes cujos direitos encontram-se violados nas suas múltiplas faces, agravados pela condição de pobreza e destrato social. Como parte de um sistema articulado a uma rede de atendimento, esses espaços foram implantados de forma a cumprir as medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal 8069/90 (ECA), buscando garantir a reintegração de crianças e adolescentes, inscritas nesses contextos para o convívio familiar e comunitário.

A vivência com os padrões institucionais, normatizados por uma política especial de atendimento, e a convivência com as práticas pedagógicas como educadora desses espaços, suscitaram em particular algumas indagações, que buscavam compreender melhor em que condições se davam as relações entre as crianças, adolescentes e a instituição. Desta forma, tanto a fragilidade das redes de atendimento ora observada, como a falta de resposta institucional para as solicitações apresentadas como problema social deste segmento, constituíam-se como questões de interesse relevante para esse estudo.

Por outro lado, observar o objeto de pesquisa, garantindo o distanciamento necessário e, ao mesmo tempo, ver-se implicado com ele na prática cotidiana, foi um exercício que custou esforço no sentido de manter a fidelidade aos princípios de uma investigação qualitativa a qual se destina este trabalho. Conforme aponta Lüdke e André (1986, p. 13), o “pesquisador deve exercer o papel subjetivo de participante e o papel objetivo de observador, colocando-se numa posição ímpar, para compreender e explicar o comportamento humano”.

Neste sentido desempenhar o duplo papel de educadora e pesquisadora, simultaneamente, foi um grande desafio. Contudo, o fato de manter uma “relativa” aproximação com os educandos/as e ter adquirido certa confiança, através desse convívio, foi vantajoso para realização desse trabalho de pesquisa, tornando mais acessível o processo de coleta de dados posteriormente, mesmo sabendo o quanto era complexo para ele (as) falar da dor e do sofrimento. Era imprescindível ter flexibilidade na conduta, e manter a sensibilidade para “não abrir ainda mais a ferida” que buscavam cicatrizá-la. Era preciso respeitar o seu tempo.

Exercitando essa prática, ainda outras questões se fizeram presentes, colocando-me enquanto, pesquisadora, a todo o instante, em “conflito” com os princípios institucionais: será que o fato de estar no lugar de educadora da instituição me fazia “cúmplice” do seu discurso? Esta condição desautorizava, em algum momento, o meu papel de pesquisadora? Estes e outros dilemas compuseram o caminho metodológico da pesquisa. Contudo há que considerar que, de acordo com os princípios da abordagem qualitativa, torna-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador. (LÜDKE e ANDRÉ: 1986, p. 17).

De um modo geral, essa pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória de crianças e adolescentes que se encontram em casas de acolhimento, em Salvador, buscando enfatizar que *processos educativos* concorrem e participam da sua trajetória de vida. Pensar essa questão sob o prisma das crianças e jovens acolhidos significa desinstitucionalizar o olhar e pensá-los como sujeitos sociais que não são alvos passivos de um trabalho educativo (medida de ressocialização). Ao contrário, a compreensão que embasa este trabalho questiona a efetividade da dimensão integrativa e emancipatória das instituições de acolhimento porque entende que há limitações institucionais, tanto do ponto de vista dos recursos materiais, quanto dos recursos humanos e pedagógicos. De forma mais específica, visa perceber como se manifesta a relação dessas crianças e adolescentes com o mundo mais amplo, isso a que chamamos de *elementos de suas trajetórias de vida*: a rua, o abrigo e a família. Essa organização ‘discursiva’ dos elementos – rua-abrigo-família – não é por acaso. Entendemos, a partir da experiência deles e delas, que a rua é o elemento aglutinador de uma série de vivências: é, talvez, a primeira dimensão que inaugura a quebra com os vínculos familiares, denotando que algo vai *mal*. “Sair de casa” é a demonstração da fragilidade dos vínculos familiares. O abrigo vem em seguida, como o espaço do retorno, da ressignificação, do ajuste, do acolhimento. Por fim, a família, espaço de socialização primeira e para onde se deve retornar, após um processo que se qualifica de acordo com cada experiência particular. Esta dissertação é a histórias dessa(s) trajetória(s).

1.2. Os instrumentos de coleta de dados

A autorização² para trabalho de campo junto às instâncias coordenadoras da Fundação Cidade Mãe – FCM caracteriza-se como o acesso ao campo de pesquisa do ponto de vista

² Carta de apresentação anexo 1

institucional, sendo o instrumento de validação que permitiu a sua realização aderindo aos princípios éticos estabelecidos. Com esta formalização, o trabalho prossegue com as entrevistas com as crianças e adolescentes tomando conhecimento dos objetivos da pesquisa e sendo informados da garantia e preservação do sigilo das suas identidades³.

Ouvimos muitos educandos acolhidos na Fundação. Enfocamos, no entanto, ‘trajetórias’ de 10 (dez) meninos e 8 (oito) meninas, com os quais realizamos entrevistas gravadas – salientando-se que, no caso das meninas, não houve seleção considerando que seu número nos abrigos é sempre reduzido

Quanto aos meninos, esses apresentam um número mais elevado, onde foi necessário estabelecer alguns critérios para as entrevistas. Privilegiou-se aqueles com idade entre (10) dez a (15) quinze anos e que já tivessem algum tempo na instituição, considerando o grande fluxo de evasão entre aqueles mais recentes.

No que se refere ao comportamento durante a pesquisa, constatou-se uma maior abertura por parte dos meninos, notando-se uma relativa resistência entre as meninas, até se estabelecer uma maior empatia, momento em que a identidade de gênero emerge, tornando-se um fator de maior aproximação e de busca cumplicidade.

Referente à faixa etária, considerei trabalhar com crianças e adolescentes de dez a quinze anos que já tivessem um maior tempo de permanência nas Casas de Acolhimento, considerando a grande mobilidade que os mesmos (as) apresentam, de forma a garantir a disponibilidade necessária ao andamento da pesquisa. Quanto às meninas não foi necessário fazer nenhuma ressalva, uma vez que o número de evasões femininas é sempre irrelevante, em relação ao número praticado pelos meninos.

Dado ao caráter qualitativo da pesquisa, adotou-se como técnica de coleta as entrevistas semi-estruturadas, junto com observação participante e a utilização do diário de campo, constituindo-se como etapas complementares. Entretanto vale ressaltar que o tempo de experiência como educadora constituiu-se numa significativa parte desse trabalho de observação, embora o trabalho de campo, propriamente dito, tenha ocorrido entre fevereiro a dezembro de 2009, de forma mais sistemática e atendendo ao rigor do trabalho de pesquisa acadêmica, configurando-se como uma das etapas da delimitação do campo da pesquisa.

As atividades de observação ocorreram em consonância com as rotinas das Casas de Acolhimento *D. Timóteo* e *Casa de Oxum* onde, de forma alternada entre os espaços, foram

³ A verdadeira identidade dos entrevistados foi reservada, sendo designadas uma identidade fictícia

observados o momento de chegada das crianças e adolescentes. A chegada, ou *momento de acolhimento*, se dá às 17h00min, seguido das demais atividades de rotina: os afazeres com a higiene, o banho e os cuidados com os objetos pessoais, o jantar, momento propício para observação e práticas demonstrativas de sua relação com o alimento, com o ambiente e com os demais educandos; as atividades pedagógicas e o momento do repouso, com a ida para o dormitório às 22h00min. Foi observado também como transcorria a rotina do atendimento durante a noite, no intervalo posterior às 22h00min, até o horário das 06h00min, quando se inicia rotina da manhã com o banho, organização do espaço, dos pertences, café da manhã e saída às 07: 30 para as atividades diurnas.

A observação dessas atividades não implicou grandes dificuldades; o fato de ter sido educadora dessas unidades facilitou o acesso e o desempenho da mesma, pois os vínculos afetivos construídos junto aos meninos e as meninas tornaram-se favoráveis a realização do trabalho. Para eles não se diferenciavam o papel de pesquisadora e o de educadora anteriormente desenvolvido, tudo significando um novo encontro ou um possível retorno à minha antiga função. Assim por diversas vezes fui convidada por eles para participar das atividades propostas, como o “espaço da palavra”, momento em que todos compartilham de reflexões sobre diferentes temas, geralmente ligados ao seu cotidiano familiar, de rua e das casas de acolhimento.

A observação, aqui, tem um conteúdo específico, pois ao observar, o pesquisador, enquanto parte do contexto da observação, interage diretamente com os sujeitos que estão sendo observados, modificando e sendo modificado pelo ambiente. Nas palavras de André (2008, p. 28): A observação é chamada de participante, porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado.

A coleta de dados se materializa na realização das entrevistas, utilizando como instrumentos questionários semi-estruturados, e registros com gravações, buscando obter dados mais aprofundados sobre a realidade dos sujeitos, como: idade, escolaridade e desempenho escolar, caracterização familiar, suas percepções sobre a mesma, motivos de afastamento processo de institucionalização, entre outras.

Com os educadores foi realizado apenas um encontro, do ponto de vista formal, entretanto a troca de informação e a reflexão em torno das questões transcorreram durante todo o trabalho da pesquisa, tendo a participação se efetivado com quatro educadores, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino.

Ainda durante a realização dos encontros, foram oportunizados alguns momentos para pesquisa documental, buscando informações complementares nas pastas individuais dos educandos e nos relatórios diários administrados pelos educadores.

A Fundação Cidade Mãe é um tributo às crianças e adolescentes, mulheres mães e donas de casa, contribuindo, sem sombra de dúvida, para a redução das desigualdades sociais nesta cidade tão dessemelhante

(FCM - Relatório 1996, s/p).

CAPÍTULO II

2. A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: OS CAMINHOS DE UM ENCONTRO

Considero oportuno antes de falar sobre a dimensão institucional da Fundação Cidade Mãe (FCM), falar do percurso que me levou ao lugar de educadora da Unidade de Acolhimento Noturno D. Timóteo Amoroso Anastácio. Assim inicio esse capítulo, falando da importância que foram as experiências vivenciadas nos movimentos sociais, ainda quando estudante do curso graduação em Ciências sociais, através de trabalhos junto as comunidades populares de Salvador, bem como a participação em grupos culturais alternativos da juventude negra, experiências que contribuíram para a minha formação curricular e, conseqüentemente, interferiu na seleção de educadores sociais organizados pelo Projeto Axé que, naquela época, tinha uma estreita ligação com a FCM, tendo sido a base de referência teórico metodológica da proposta política das Casas de Acolhimento.

Em meados do ano de 1995, a FCM já se havia implantado mais da metade das suas Empresas Educativas pontualmente localizadas em bairros da periferia de Salvador que apresentavam maiores índices de violência e maior densidade demográfica. Neste mesmo ano, com base na pesquisa de rua feito pelo Projeto Axé, identificando um elevado número de meninos (as) nas grandes centros da cidade, foi inaugurada a Casa de Acolhimento Noturno D. Timóteo Amoroso Anastácio, para atendimento de meninos entre oito e quatorze anos de idade preferencialmente. Um ano depois é inaugurada a Casa de Oxum para atender meninas com a mesma faixa etária

As Casas de Acolhimento Noturno D. Timóteo Amoroso Anastácio, e Casa de Oxum, inauguradas em maio de 1995 e março de 1996, respectivamente, são espaços para acolhimento provisório noturno, destinados a meninos e meninas que vivem em situação especialmente difícil nas ruas de Salvador, e visam principalmente protegê-los dos perigos que se acentuam à noite. É um ambiente de aprendizagem e, como tal, favorece uma relação de convivência social no ambiente organizado, visando reintegrar as crianças e adolescentes ao convívio familiar (RELATÓRIO, 1996, s/p).

Foi nesse período que passei a fazer parte da equipe da FCM, através de um processo de seleção para compor o quadro de profissionais que atuariam nas Casas de Acolhimento. O entusiasmo com a proposta de trabalho, por ser esta pioneira enquanto uma política pública emancipatória, era enriquecida com a qualidade das atividades formativas, pois contribuíram para atualizar a reflexão sobre a temática, ao tempo em que forneciam os subsídios para uma prática pedagógica de intervenção.

Trabalhar com crianças e adolescentes nas circunstâncias existenciais, que permeavam a vida dos meninos da Casa D. Timóteo, era algo que suscitava um grande interesse principalmente, pelo fato de ser este um trabalho pioneiro na esfera governamental, reconhecido pela sua marca de inovação política, tendo como destaque os princípios de uma formação inclusiva e emancipatória, portanto distanciada criticamente das práticas assistencialistas e dos discursos filantrópicos antigos, mas ainda presentes na história da infância pobre nos dias atuais. Entretanto era necessário não perder a visão crítica sobre a instituição, sobretudo com as mudanças decorrentes das diferentes gestões, que muito tem interferido na prática pedagógica. Dessa forma, buscava relativizar o compromisso profissional sem perder o ângulo necessário à problematização do discurso e da prática,

Assim a minha relação com a FCM se construiu por caminhos de crenças e dúvidas, de convergências e divergências, de encontros e desencontros, conforme se davam as decisões políticas das instâncias gestoras e as respectivas implicações que afetavam o cotidiano das Casas de Acolhimento.

Muitos foram os momentos de desânimo que marcaram a minha história junto às histórias dos meninos e meninas que aqui apresento. A perplexidade diante da insensatez social, marcada nas suas narrativas, conduzia-me, em certos momentos, ao desejo de “abandonar o barco”, deixando-o a deriva das forças dos ventos e das águas, quiçá das divindades da natureza, e dos orixás, para que esses tomassem conta dos seus filhos e filhas desamparados, já que as fronteiras entre o universo mítico e a realidade são permeáveis, unindo essas dimensões. Mas era preciso também atribuir à natureza humana a tarefa de,

muitas vezes, “remar contra a maré” e descobrir que o resultado podia não ser, necessariamente, a chegada ao “porto seguro”, como a meta desejada para essas crianças, mas a forma como se conduziam as relações ali construídas entre educador e educando, onde se percebe que elas terminam extrapolando os muros da instituição e se mantêm fiel em seu reconhecimento até os dias atuais nas esquinas da vida, nos semáforos, ou ainda mesmo nas ruas da cidade.

Nessa relação de convivência, aprendi a fazer diferentes leituras através dos gestos, da expressão do corpo, do movimento, buscando identificar o que emergia com o silêncio das palavras. O “emudecimento” se expressava como elemento significativo e revelador do que estava subjacente naquela história de vida protagonizada pelos meninos e meninas que cruzaram o meu caminho nessa trajetória.

2.1. Uma conjuntura política favorável

Passo algum tempo estudando a melhor forma de falar sobre a Fundação Cidade Mãe e as Casas de Acolhimento, sem perder de vista a autenticidade de um relato que não seja apenas técnico, mas que venha enriquecido pela sensibilidade de uma visão plural. Com isso devo fazer desta fala um lugar que contemple diferentes significados.

Trago aqui, inicialmente, os elementos históricos da sua formação, procurando contextualizar politicamente a Fundação no tempo e no espaço, dando ênfase a seus princípios e objetivos. Todavia percebo a importância de não tornar essa narrativa carregada de impessoalidade. Assim, enquanto pesquisadora, o esforço é no sentido de dar lugar à *fala*, porém sem deixar de considerar o olhar de educadora que também é pertinente. Penso que, em alguns momentos, será importante dar voz a estas duas identidades, distintas, porém complementares.

Dessa forma, considero importante situar o contexto histórico e político que contribuiu para a sua fundação e sua particularidade como um projeto de administração municipal. A originalidade da sua proposta nasce como um ensejo político provocada pelas discussões de diversos fóruns e organizações sociais, entidades civis e outras organizações não governamentais, abrindo espaço para a temática da criança e do adolescente, enquanto

problemática “emergente”, diante do quadro de agravamento da pobreza, violência doméstica e urbana em que se encontrava a população infante juvenil.

Com efeito, esse debate ganha uma dimensão nacional no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, marcados pelas mudanças na conjuntura política do país. O impacto dos movimentos sociais e os avanços em prol da redemocratização deram centralidade às vozes de diversos segmentos sociais, silenciadas por forças do regime autoritário, instituindo-se novos padrões na relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Os apelos desses movimentos, manifestados pela ampla participação política, foram promotores nas diretrizes da Carta Constitucional de 1988, atendendo aos interesses de um poder público emergente que, através das suas representações, foi protagonista de um novo discurso que deu origem ao Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8069/90 (ECA).

No cenário internacional, a Convenção das Nações Unidas de 20 de novembro de 1989 teve uma forte influência para normatização do ECA, contribuindo para o alinhamento e adequando-o aos princípios políticos internacionais, definindo os contornos organizacionais como diretrizes para as políticas de atendimento. As novas mudanças nos paradigmas instituem o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direito na condição de pessoa em desenvolvimento, consolidando a doutrina de proteção integral e revoga a antiga doutrina de situação irregular assumida pelo Código de Menores.

Em face de um ambiente político favorável a um projeto de intervenção, restava saber as condições em que se dava a dinâmica desses meninos e meninas nas ruas da cidade de Salvador. Faltava interrogar-se, sobre o tempo de ocupação desses espaços, a lógica dessas ocupações, os significados dos espaços, intermitências, ciclos e fluxos, roteiros e personagens desses roteiros (SILVA e MILITO, 1995, p.18).

Foi assim que uma pesquisa, realizada em 1993, coordenada pelo Projeto Axé com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador e Centro Brasileiro para Infância e Adolescência-CBIA, desenhou os primeiros contornos sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, fornecendo a base empírica do programa que viria se constituir. Essa ação foi também contemplada com diversos encontros envolvendo setores da sociedade civil, incluindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) além do intercâmbio com outros Estados que avançaram na marcha desta proposta política.

Desta forma a criação do Programa Estratégico da Fundação Cidade Mãe significou uma resposta do Poder Público Municipal de Salvador a sociedade civil organizada e, em

especial, à luta dos movimentos sociais, tendo como objetivo atender as crianças e adolescentes moradoras de comunidades pobres e aquelas que já se encontravam nas ruas. Como nos diz seu Programa Estratégico:

Proposto como um sistema integrado de ações deverá englobar todos os projetos que nos órgãos e entidades da Prefeitura de Salvador estejam voltados para a criança e adolescente, prioritariamente para as que se encontra em situação de risco, bem como aqueles desenvolvidos por entidades civis que se proponham a um trabalho articulado (PROGRAMA ESTRATÉGICO, 1993, s/p).

Em 1995 com a Reforma Administrativa municipal o Programa Cidade Mãe se transforma em Fundação pela Lei 5045/95, ampliando seu quadro organizacional e funcional, de forma a atender com maior rigor os objetivos propostos. Sua estrutura vincula-se à Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Salvador, em articulação com outras instâncias públicas e privadas, contemplando uma rede de assistência de forma a garantir os meios necessários para formação de uma cidadania plena de crianças e adolescentes desse segmento social. Neste processo, dá-se início à implantação das unidades de atendimento, como diz o relatório a seguir:

Definidos os critérios, prioridades e metodologias que norteariam as ações do programa, a equipe passou então a requisitar/compor um quadro de pessoal especializado para atuar nas diversas áreas de trabalho. Entre workshops, seminários, reuniões, encontros e ações de mobilização, articulação e contato com a comunidade, surgia a unidade piloto do programa: A Empresa Educativa de Saramandaia - no bairro de Saramandaia, identificado como um dos mais pobres da cidade e com um grande contingente de crianças e adolescente. (FCM RELATÓRIO 1996, s/p).

Seguindo-se à implantação da unidade de Saramandaia como experiência piloto, procede ao ano de 1995 a inauguração de outras unidades: a Empresa Educativa de Pau da Lima, com capacidade para atender 400 crianças e adolescentes, a Empresa Educativa de Bairro da Paz, com capacidade de atendimento para 500, Casa de Acolhimento D. Timóteo Amoroso Anastácio, com capacidade de atendimento diário a 30 crianças e adolescentes em situação de rua, a Empresa Educativa de Coutos, com capacidade de atendimento para 800 jovens. No ano de 1996 são inauguradas a Casa de Oxum com capacidade de atendimento

para 30 meninas em situação de rua e a Empresa educativa de Roma com capacidade de atendimento para 700 crianças e adolescentes.

O trabalho desenvolvido nas Empresas educativas tem como plano de ação o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, oferecendo aos jovens da comunidade uma vivência educacional extra escolar que promova o seu desenvolvimento pleno. Em cada uma destas unidades são disponibilizadas atividades culturais e cursos profissionalizantes, com conteúdos formativos de educação para cidadania. Assim nos diz o relatório:

A Empresa Educativa foi concebida como espaço pedagógico implantado nas comunidades. Sua proposta tem um caráter eminentemente preventivo ao abandono das crianças pelas famílias e à sua permanência nas ruas, em situação de risco e de marginalidade, orientando-se para investir na formação básica e profissional do jovem, e para lhe propiciar experiências que facilitem o auto-conhecimento, auto-estima e auto-cuidado, fortalecimento de suas identidades e s uma inserção mais harmoniosa e favorável na própria sociedade (RELATORIO, 2005, s/p).

Convém refletir um pouco sobre o pioneirismo que caracteriza a proposta estratégica da FCM, contida em seu projeto pedagógico, considerando a sintonia dessa proposta com os princípios dos atuais planos de intervenção sobre a questão da infância, a exemplo do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária- PNCFC- 2006, como também ao que propõe a Política Nacional de Assistência Social- PNAS – 2004, ao definir as ações de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Em consonância com as determinações do ECA, a FCM, em 1996 estabelece propostas de intervenção que reconhece a família como importante no processo de formação dos jovens, valorizando essa condição, conforme define o PNCFC em 2006. Além disso, organiza os serviços de atenção à criança e adolescente através de um trabalho realizado, em parceria com as políticas de educação e saúde, através das empresas educativas, destinadas às crianças que residiam com suas famílias, mas em situação de vulnerabilidade social, por diversos fatores. Para crianças e adolescentes que tinham rompido os vínculos familiares, encontrando-se em situação de rua, propõe o serviço Casa de Acolhimento, ação de alta complexidade de acordo com a Política de Proteção Social Especial, definida na PNAS e o Sistema Único de Assistência Social SUAS.

2. 2. As políticas de gestão e o impacto no trabalho pedagógico

A Fundação Cidade Mãe, nos primeiros anos de sua gestão, buscou desenvolver, no âmbito do seu trabalho pedagógico, um debate contínuo sobre o significado do direito à convivência familiar e comunitária, enquanto direito fundamental de crianças e adolescentes brasileiros. No ECA (art. 19) esse direito, ao lado do direito à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização , à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade (Constituição Federal art. 227), tem se constituído como o foco de análise ao refletir sobre as trajetórias de muitos meninos e meninas que se encontram nas instituições de abrigo. Essa realidade torna-se objeto de estudo, ao se constatar que os direitos básicos desse segmento social encontram-se violados nas diferentes instâncias familiar e comunitária e como o Estado, em último caso, tem também negligenciado diante de políticas sociais pouco satisfatórias na garantia desses direitos.

De acordo com Rizzini (2004), o grande desafio presente nas medidas de abrigamento é justamente o cumprimento do seu critério de provisoriedade, onde as crianças e adolescentes, em geral, terminam mantendo-se por longo tempo nas instituições, onde seus referenciais familiares tendem cada vez mais a se fragilizar, agravando as possibilidades de sua inserção social. Dentro dessas circunstâncias ela nos diz que:

[...] duas situações ocorrem com frequência (a) por falta de alternativas, eles acabam sendo mantidos por anos em estabelecimentos que não têm a mínima condição de responder adequadamente às suas necessidades; (b) não permanecem em nenhuma instituição, circulando por varias e mantendo, por vezes, um ritmo impressionante de deslocamento entre as ruas, as casas dos pais ou familiares e múltiplas instituições (RIZZINI, 2004, p. 55).

A atenção para a particularidade das medidas de abrigamento, buscando desenhar uma proposta educativa, que contemple o direito à vida familiar e comunitária das crianças e adolescente aqui inscrita, tem demandado esforço por parte da equipe gestora, e pedagógica, mesmo considerando que, em alguns casos, trata-se de situações inconciliáveis, mas que

mesmo assim é necessário se esgotar todas as possibilidades de se trabalhar as relações familiares na sua forma mais extensa (FONSECA 2004). Assumir esse discurso, e garantir os meios de promovê-lo na prática, é algo presente como princípio metodológico nas ações da FCM. Contudo vale ressaltar que as mudanças de gestão, nos últimos anos, têm modificado os contornos político institucional, deslocando essa temática do seu foco principal, apresentando resultados pouco significativos nessa área.

Dessa forma, a discussão sobre a gestão merece aqui ser analisada com mais apreço, haja vista a característica de descontinuidade administrativa presente nos diferentes governos municipais. A marca e o mérito do governo no qual foi criada são vistos como fatores que dificultam o gerenciamento do programa pelos governos subseqüentes, pois, mesmo tratando-se de ações consideradas eficazes na política de atendimento a crianças e adolescentes, o seu fomento termina potencializando politicamente o governo antecedente, ou o governo onde foi originado o programa. Ainda que venha se constituindo como uma prática gradativamente em desuso, com o fortalecimento da lógica de implantação de políticas de Estado e não de governos, os gestores ainda se motivam para realizar ações pioneiras, que guardem as suas marcas.

Corroborando coma nova lógica de formulação de políticas públicas, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS define claramente o papel entes federados no desenvolvimento das ações de proteção social de alta complexidade, cabendo à esfera municipal sua execução, a partir de co-financiamento das instâncias supra nacionais. Diante deste ordenamento, é de responsabilidade municipal adequar-se aos parâmetros definidos em processos participativos entre estado e sociedade civil.

2.3. A mitologia e o sagrado: o significado dos nomes



"História da Casa de Oxum"

Era uma vez uma casa que se chamava Casa de Oxum não era uma casa como qualquer outra casa era uma casa para acolhimento para meninas e uma casa muito bonita e muito alegre pois em um dia de terça-feira a Adolescente Ana Carla foi passar a noite lá nesta casa chegando lá ela foi bem recebida por todos pois se passou 4 dias e chegou a tarde de sexta-feira e ela estava lá no conselho tutela e ela muito preocupada com a sua vida pois ela pensava para onde e que eles vão me levar e ela pedia a Deus que não levassem ela para o C-A-N- porque ela lá ia sofrer muito com isso ela perguntava a um e a outro para onde e que com levar ela e levaram para um enteluição que se chamava Julieta Calmon na segunda-feira ela retornou ao conselho tutela e a noite muito alegre ela foi para a casa de Oxum chegando lá ela foi muito bem recebida por todos e ela gostou muito de se bem recebida. fim por fim feito por mim"

ASS. ANA CARLA DE JESUS BRITO

2.3.1 Casa de Oxum

Conta uma lenda que existia uma Sacerdotisa, de nome *Omo Osun* (filha de Oxum), que era encarregada de cuidar dos paramentos de Oxalá. Havia muitas mulheres com inveja dela que, para criar caso, jogaram a Coroa de Oxalá no rio. *Omo Osun* conseguiu encontrá-la na barriga de um peixe. Suas rivais fizeram um grande feitiço e, no meio da festa, na hora em que deveria levantar-se para saudar Oxalá, ela não conseguiu. Seu corpo aderiu ao assento. A sacerdotisa fez tanta força que acabou se levantando, mas parte de seu corpo ficou na cadeira. O sangue jorrou, manchando os paramentos de Oxalá. O vermelho é um dos tabus ou quizilas do grande Deus da cor branca, que se mostrou extremamente irritado, e *Omo Osun*,

envergonhada fugiu. Todos os orixás fecharam-lhe as portas. Somente Oxum a acolheu e transformou as gotas de sangue em penas de papagaio, pássaro de Oxum chamado Odidé. Os orixás sabendo da narrativa foram até a Deusa das Águas Doces. O último foi Oxalá que, em sinal de respeito e submissão ao poder feminino, prostrou-se aos seus pés.

Essa narrativa associa que tudo que é do universo feminino é atribuído a Oxum, inclusive o sangue da menstruação das mulheres. De forma expressiva, o mito e o sagrado são referenciais presentes no cotidiano das relações, representado simbolicamente no universo cultural, como uma linguagem que dá significado a própria existência humana, ocupando um lugar singular de mediação e conciliação com a realidade presente. Segundo Rosário (2008):

O "modo mítico" de pensar se reveste de algumas características peculiares. Em primeiro lugar, opera por analogia, pela percepção da semelhança, pelo "assim como" que acaba gerando uma das características do mito que é essencialmente a de funcionar como "modelo exemplar". A analogia leva a um simbolismo no qual cada representação carrega o que se pode chamar de "excedente de significação", ou seja, transporta sentidos que em muito excedem, por exemplo, as que podem transportar as representações do modo lógico-racional de pensar – como o conceito. Transportam sentidos muito além de si mesmas, e se transmitem uma verdade que diz respeito à vida do espírito e do fazer humanos (ROSARIO, 2008, p.2).

Nessa realidade, o excedente de significação atribuído à Casa de Oxum é representado pelo sagrado poder feminino, pensado aqui como a capacidade da acolher suas filhas, conforme diz a lenda. Mas Oxum também é conhecida pelo seu lado faceiro e sedutor. Aquela que “esconde o jogo”, exercendo o poder pela sua malícia, não medindo esforços para alcançar seus objetivos, ainda que seja sob formas extremas contra aqueles que estejam em seu caminho. Seu arquétipo se mescla em atitudes que são comuns nas “meninas de Oxum” no culto a beleza, às vestes e aos prazeres diversos, rompendo algumas vezes com as regras de convivência em favor de seus caprichos.

No Candomblé Oxum dança levando à mão uma espada e seu abebé (espelho) representando a guerreira da sedução. Do mesmo modo as meninas fazem o jogo da manipulação como arte de sedução, muitas vezes para acirrar as disputas entre os meninos de “Timóteo” ou na ilusão de conquistar o coração de algum educador.

O nome Oxum dá significado um rio em Oxogbo, região da Nigéria. Ele é considerado a morada mítica da Deusa. Existem vários tipos de Oxum, e dizem que as mais velhas moram

nos trechos mais profundos dos rios, enquanto as mais novas nos trechos mais superficiais. Entre as várias existem três que são marcadas como guerreiras (Apará, a mais violenta, IêIê Kerê, que usa o Ofá de Oxóssi e caça ao lado dele nas matas e IêIê Apondá, que usa uma espada), mas em geral são pacíficas não gostando de lutas e guerras, como Obotó, Abalô e Bauila, a menina dos olhos do velho Oxalufã. Sendo a mais bela das Orixás, é considerada a Deusa da beleza, e também a deusa das artes e de tudo onde a estética seja importante. Tudo o que é feminino é atribuído a Oxum: a dengueice, o disfarçar de uma inteligência viva numa aparente visão sonsa e despreocupada do mundo, e também a magia. Oxum é também a padroeira da maternidade e das crianças sendo carinhosamente chamada de Mamãe Oxum por seus devotos (RAIZ AFRICANA, 2010, s/p).

A denominação, portanto de Casa de Oxum para a Casa de Acolhimento das meninas se dá em homenagem e reconhecimento a esse orixá feminino, divindade religiosa de matriz africana, que é tão presente no universo cultural de Salvador. Oxum representa também, aquela que é provedora, deusa da fecundidade e da maternidade, a que toma conta dos filhos dos outros e que, portanto, tem o seu reconhecimento como mãe, por isso as crianças lhe pertencem. Ela foi a primeira Iyami, encarregada de ser a Olùtójú awon Omo, aquela que vela por todas as crianças.

Assim se diz “meninas de Oxum, ou filhas de Oxum”, por considerar presente essa proteção maternal. ORA YÈYÈÒ! Salve Oxum.

2.3.2. Casa Dom Timóteo Amoroso Anastácio

A Casa de Acolhimento para meninos guarda uma homenagem especial ao religioso D. Timóteo Amoroso Anastácio, monge beneditino e abade do Mosteiro de São Bento, no período de 1965 a 1981. Além do respeito à liberdade religiosa, D. Timóteo foi um grande defensor dos perseguidos políticos pela ditadura militar. Sua trajetória religiosa é marcada pela atuação na luta em defesa dos Direitos Humanos, pela democracia e liberdade de expressão, colocando-se a frente na discussão do compromisso político da igreja com as lutas dos movimentos populares. Em sua biografia destaca-se o apoio ao movimento estudantil de 1968, oferecendo refúgio aos estudantes, no mosteiro, pondo-se resistente à invasão policial, aderindo ao movimento contra o regime militar.

O trabalho de pesquisa realizado por Bandeira (2002) fala a respeito das suas ações enquanto religioso:

D. Timóteo é considerado por todos um defensor dos direitos humanos, da democracia, da liberdade de expressão. Sua vida é marcada por episódios fortes, com a participação na revolução de 30 [...] a invasão do mosteiro pelos militares, e sua renúncia. (BANDEIRA, 2002, p.7).

Sua identificação com as organizações populares na luta pela democratização do país se fez ao lado de outras lideranças religiosas da Igreja Católica, dentre essas Dom Helder Câmara fundador da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo do Brasil. Nomeado como um homem de diálogo, Dom Timóteo foi quem primeiro aproximou a liturgia católica à cultura negra criando a “Missa do morro” com instrumentos como berimbaus, atabaques, firmando um diálogo com as religiões de origem africana.

CAPITULO III

3. AS TRAJETÓRIAS DE MENINOS E MENINAS DAS CASAS DE ACOLHIMENTO

Olhando os trabalhos científicos em torno das Casas de Acolhimento, podemos perceber que muito se tem produzido, sobretudo, no que se refere à política do município de Salvador para atendimento a crianças e adolescentes em situação de pobreza. De forma mais ampla, vários têm sido os estudos, pesquisas e ações desenvolvidas, no sentido de buscar uma contribuição para a melhoria das políticas públicas de atendimento em abrigos, para crianças e adolescentes em situação de risco. O tema da promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária tem sido um dos principais objetos desses estudos. Assim, muito sabemos, a partir dessas pesquisas, sobre a situação do atendimento, as características, a estrutura de funcionamento e os serviços prestados pelos abrigos que recebem recursos do município ou Governo Federal, mediante projetos específicos, para complementar o financiamento de suas atividades. No entanto, podemos observar que, muito embora a produção seja significativa nesse campo, pouco se fala sobre as ações propriamente ditas, desenvolvidas pelas instituições, que propiciam o convívio familiar e comunitário para as crianças e os adolescentes abrigados. O questionamento que se levanta é com relação ao conteúdo educativo dessas ações, tais como: manutenção do vínculo com sua família e comunidade de origem, possibilidade de convivência com família substituta, promoção de um ambiente acolhedor na própria instituição de abrigo e incentivo à participação da criança e do adolescente no seu bairro em atividades educativas.

Assim, o trabalho de pesquisa de Carvalho (2002), intitulado “Relato de uma experiência”, destaca o trabalho realizado pela equipe da FCM, como uma experiência inovadora e bem sucedida, reconhecida publicamente pelos diversos prêmios em tecnologia educacional. Contudo observa-se que o seu objeto de análise se centra nos trabalhos realizados pelas Empresas Educativas da FCM, pouco se aprofundando sobre o contexto das Casas de Acolhimento.

A intenção dessa pesquisa centra-se particularmente em analisar o processo educativo dos espaços de Acolhimento, buscando refletir sobre sua prática de emancipação social para crianças e adolescentes e a sua contribuição para a reintegração familiar e comunitária.

Convém, no entanto contextualizar a sua dinâmica, dando visibilidade e intensidade ao que passa no seu cotidiano.

Anterior ao acolhimento institucional, a vivência de rua quase sempre tem se confirmado como prática de vida entre aqueles que são encaminhados aos abrigos da FCM, sobretudo os meninos. Eles trazem, nas suas experiências, outra forma de vê, compreender e se relacionar com o mundo, o que geralmente gera conflito com as regras encontradas nos espaços formais. Muitos chegam a afirmar que a rua é uma “escola”, fazendo assim referência ao lugar que a mesma ocupa enquanto espaço de socialização.

A vida na rua ensina, desde cedo, as crianças e adolescentes “se virar” (GREGORY,2000), desenvolvendo habilidades necessárias a sua sobrevivência. Eles aprendem a fazer a leitura territorial compreendendo a dinâmica do espaço, reconhecendo as lideranças, os personagens que atuam naquela área, se submetendo as regras do grupo, principalmente em troca de proteção se ele for recém chegado.

De acordo com Sarti (2005), é importante que os esforços implantados pelas instituições governamentais, na sua política de intervenção, reconheçam que na vivência de rua estão também presentes elementos que são comuns a cultura de origem. Assim ao discutir o fenômeno de “rualização” de crianças e adolescentes, a autora admite que os espaços entre a rua e a casa não são propriamente contraditórios, mas sim complementares constituindo-se como parte significativa das trajetórias de muitas crianças pobres.

Segundo a autora:

Para desfazer esses mitos, cumpre acentuar que, na medida em que a situação de rua se relaciona com o universo sociocultural das famílias pobres, onde as crianças nascem e são socializadas, existe uma continuidade entre o que é o “menino de rua” e o menino na família pobre que, sem negar a especificidade da “situação de rua” permite entendê-la como parte de uma experiência mais ampla que lhe dá significado Grande parte dos equívocos na comunicação entre estas crianças e seus educadores está na desatenção para com o universo cultural das famílias pobres (s/p).

Do mesmo modo Gregory (2000), ao buscar uma definição sobre meninos de rua, compreende como sendo um segmento social que, mais do que a mera familiaridade ou o

convívio esporádico com a rua, faz dela o lugar que ordena seu cotidiano, suas relações e sua identidade. (2000, p.15).

Portanto deve-se considerar oportuno que, numa prática de intervenção junto ao fenômeno social de rualização de crianças e adolescentes, é necessário levar em conta o lugar que a rua ocupa na dinâmica social desse segmento e compreender que, na mobilidade entre a rua a casa e a instituição, existe um processo de continuidade na socialização de crianças e adolescentes.

3.1. O cotidiano em Casas de Acolhimento

Analisar o cotidiano de qualquer situação exige um esforço de reconhecimento do contexto. Para além disso, há a necessidade de se realizar a *escuta* de forma que fuja aos estereótipos do exotismo. Como estive durante longo tempo ligada às atividades da Casa de Acolhimento, realizar uma descrição do seu cotidiano provocava em mim duas experiências: a de ser parte implicada na história e a de ser, ao mesmo tempo, sujeito completamente exterior àquela experiência.

Sobre essa questão, Fonseca (2005) discute que, para o exercício de uma abordagem da prática pelo pesquisador, é necessário romper com o distanciamento cientificista entre o observador e o observado, a partir de uma visão analítica e crítica sobre a própria cultura do observador. Com essa intenção, uma abordagem com base nos “modos de vida” como defendida pela autora, deve privilegiar o exercício da escuta do outro, assim como reconstruir um olhar especial sobre o seu cotidiano, utilizado como recurso metodológico arraigado na desconstrução de uma visão colonialista do técnico (FONSECA, 2005, p. 21).

Nessa perspectiva, a metodologia da escuta, do ponto de vista prático, ocupa um lugar diferenciado no trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores, nas Casas de Acolhimento, uma vez que a sua intenção é de dar relevância aos modos alternativos construídos pelos educandos, na organização de suas vidas, e por meio do trabalho educativo contribuir no seu projeto de futuro.

Reportando-me à rotina de atendimento, nas casas de acolhimento, passo a descrevê-la, conforme a seguir:

São aproximadamente 18 horas, quando os educadores encontram-se de prontidão para receber os grupos de meninos e meninas. O grupo mais numeroso vem do Projeto Cidadania Solidária, onde as crianças passam o dia envolvidas em atividades educativas com os educadores diurnos. Esses grupos são conhecidos como os meninos de Timóteo e as meninas de Oxum, referindo-se às Casas de Acolhimento. Especificamente, é composto de meninos na faixa de 8 a 14 anos, que contam com um acompanhamento mais específico, por parte da equipe de profissionais do Projeto Cidadania: assistente social, psicólogo, psicoterapeuta, entre outros. Outro grupo de educandos, com faixa etária diferenciada, chega do Projeto Axé: geralmente são meninos e meninas que foram atendidos pela equipe que realiza o trabalho de educação de rua.⁴ Esse grupo é acompanhado por um trabalho de parceria entre as duas instituições, e são os que apresentam uma maior autonomia no trato com as suas demandas individuais.

Existem ainda aqueles educandos que são diariamente encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude ou pelos Conselhos Tutelares. Esse grupo muitas vezes extrapola a idade limite para o acolhimento, e são aqueles que mais apresentam dificuldades para cumprimento das normas e regras das Casas. Geralmente estão cumprindo medida socioeducativa ou estão sob ameaça, devido ao envolvimento em relações muitas vezes ilícitas com a sua comunidade. Esses são os que apresentam o maior número de evasões, ou aqueles dos quais não se tem um acompanhamento mais sistemático, devido à forma fugaz que caracteriza a sua passagem pela unidade.

Em se tratando das meninas, as práticas de evasões são menos acentuadas, ocorrendo muitas vezes por motivo de envolvimento amoroso, ou quando incentivadas pelos meninos que evadem da Casa D. Timóteo e vão para a porta de Oxum, provocando-as para que também evadam do espaço.

O que chamamos de “acolhimento” se refere à intencionalidade de romper com o rigor institucional, diante do tratamento coletivo, e privilegiar um olhar mais individualizado, atento à subjetividade de cada menino e menina. Esse momento é especial e se faz todos os dias na chegada dos educandos às Casas, a cada plantão. Ele também favorece à leitura do estado emocional de cada um, através do qual, consegue-se prevenir conflitos, assegurando a continuidade da rotina. É o espaço também da mediação, do diálogo, do fortalecimento dos vínculos, e permite perceber como cada um chega, quais são as suas demandas, suas queixas,

⁴ Este trabalho consiste na ação pedagógica realizada ainda nas ruas, com os meninos, com o objetivo de aproximação e criação de vínculos, capazes de possibilitar as etapas educativas seguintes, cuja culminância é a saída das ruas e, se possível, o retorno para a famílias.

frustrações etc, buscando formas mais assertivas de encaminhar as questões que são trazidas diariamente. Ele também se expressa como: [...] um momento especial em que a comunidade educante estimula o educando a expressar o seu desejo de se incluir naquele espaço, dialogando sobre sua experiência anterior (VILANOVA, 2000, p.145).

A etapa do acolhimento é seguida do registro dos pertences de cada educando/a. Trata-se de um rol onde são feitas anotações diárias dos objetos que têm permissão de acesso à Casa. Na seqüência, são conduzidos para a sala dos armários (onde cada um tem ou deveria ter) para guardar seus objetos. As chaves ficam sob controle dos educadores que monitoram o tipo e a quantidade de objetos a serem guardados.

O acesso e controle dos armários por parte dos educadores já foi tema polêmico de discussões em análise da prática. Essa e outras questões surgem como paradoxais na medida em que se busca, com o trabalho pedagógico, garantir um tratamento mais individualizado e autônomo dos educandos; contudo, em se tratando dessa questão, a autonomia dos educandos abre possibilidades do acesso e uso de produtos ilícitos no interior da Casa, tornando-se um fator de risco.

As etapas subseqüentes são o banho e o jantar. O banho geralmente é coordenado pelo educador. Muitos meninos, acostumados com o espaço da rua, têm algumas dificuldades com a questão da higiene por não dispor de ambiente adequado para realizar as necessidades que são de ordem privada. Assim o banho, os cuidados com as vestes, e a higiene, de um modo geral, são tarefas que devem ser bem trabalhadas pelo educador, de forma a não criar constrangimento para o educando.

O banheiro, apesar de ser coletivo, está dividido por boxes individualizados, onde o educador, de forma presente, administra a sua utilização, fazendo desse espaço um lugar também de aprendizado com os cuidados do corpo.

O jantar ocorre normalmente entre as dezenove às vinte horas. É feito de forma coletiva, no refeitório, sem que o mesmo tenha acesso à cozinha. Ele é servido pela merendeira, ou em alguns casos pelo próprio educador. Esse momento também é utilizado como espaço educativo, uma vez que muitos chegam com bastante fome, seja pelo uso demasiado de droga, seja pela falta de acesso à comida na rua não muito fácil durante o dia. Dessa forma, muitos demonstram ansiedade na relação com o alimento.

Também é nessa hora, em que todos estão presentes, que muitos deles aproveitam para o “ajuste de contas”, costumando ser, por este motivo, bastante tumultuado. Além da

ansiedade pela comida, é o momento para combinar algumas tramas: fortalecer sua rede de liderança compartilhar pactos e exercer pressão sobre outros educandos mais frágeis etc, situação que é discretamente acompanhada pelos educadores do plantão intervindo, ou se antecipando, quando necessário, antes que algo não desejável se configure como um fato.

Após o jantar realizam-se as atividades propriamente pedagógicas, que se inicia com o “espaço da palavra”, momento em que todos, em roda, compartilham o seu dia. É também o espaço da reflexão coletiva, da divisão das tarefas da casa, da leitura e de fortalecimento das regras de convivência. Às vezes o educador procura registrar esses momentos, pois são bastante significativos e ajudam para fortalecer os vínculos entre todos e criar novas rotinas. Após esse momento, os educandos ficam mais livres para fazer o que for de seu interesse, desde quando não seja contrário ao que está estabelecido como regra. Geralmente cuidam das suas roupas e objetos pessoais, fazem atividade lúdica, podendo esta ser proposta ou não pelo educador.

A ida para os dormitórios ocorre às vinte e duas horas, porém nem todos aceitam de forma satisfatória esse momento e procuram, a qualquer custo, transgredir essa regra. Algo muito comum entre eles é pegar roupas de cama daqueles que já se encontram dormindo, ou acordá-los, com o propósito de fazer “tumultos” nos quartos. Pela manhã a rotina procede com a arrumação dos quartos, banho e o café da manhã. Como o funcionamento das Casas é só à noite, ao encerrar o café da manhã, os educandos vão para outros espaços educativos. Geralmente o Projeto Axé e o Projeto Cidadania Solidária.

Há que se observar a insuficiência de serviços para realização de atividades socioeducativas diurnas. Muitos dos jovens não absorvidos pelos projetos acima citados, sobretudo adolescentes na faixa de 15 a 18 anos incompletos, têm dificuldade para engajar-se em alguma atividade formativa complementar, considerando que a rede é deficitária, inexistindo oportunidades seja no âmbito governamental, seja no âmbito não governamental.

A rotina desses espaços se realiza numa relação permanente de mediação entre educadores e educandos. Isso significa compreender que a sua construção não se faz necessariamente de forma harmoniosa, mas, sobretudo a partir da condição de conflito. É muito comum, no dia -a- dia, a ocorrência de fatos que aportam outros elementos ao que entendemos como rotina, como por exemplo, as brigas entre educandos, roubos de objetos pessoais, entrada de objetos ilícitos, evasão de educandos dentre outras. Tudo isso interfere diretamente no ritual de atendimento. A descrição abaixo é elucidativa dessa vivência:

“Hoje sou eu quem dá a voz aqui!”

Essa frase é muito comum no vocabulário dos meninos. Com isso eles queriam dizer quem tinha o domínio de liderança sobre o grupo, que se mantém pela força física ou pela capacidade de coerção, ou pela força das relações sustentadas fora da instituição, com outros grupos de meninos na rua. Esse poder se materializava em formas de proteção para aqueles que se mostravam mais frágeis e vulneráveis. No entanto esse protecionismo fazia de muitos meninos eternos devedores de serviços, submetendo-se às regras dessa liderança. O descumprimento desse acordo era penalizado de diferentes formas, como ameaças, exposição perante grupos de rua, ou indenização com pagamento de objetos pessoais. O trecho abaixo contextualiza esse tipo de ocorrência:

Durante a realização da pesquisa, conversando com o educando “F” em um dos dormitórios, tentava entender o que havia ocorrido naquele momento, pois o mesmo chorava bastante. Ele explicou que tinha sido agredido pelo educando “T” por ter se negado e emprestar o seu radinho de pilha. Nesse momento entra no quarto o educando “A” e diz em bom tom para “F” e todos que estavam no dormitório, inclusive o agressor:

- pivete pode ficar tranquilo que aqui ninguém vai te “comediar” mais. Quem mexer com você vai se vê comigo... Tô avisando. Vocês tão ligados que o cara é deficiente... e eu não vou permitir isso aqui.

Em outro dia observamos que “F” estava lavando alguns pertences de “A”. Perguntamos o porquê daquele procedimento e o mesmo explicou que era a forma de pagamento a “A”. Nesse caso “F” realizava a tarefa para “A” em troca da proteção.

O educador nesse caso tem um papel de interventor. Pedagogicamente cabe a ele acompanhar a situação passo-a- passo, procurando desconstruir essas formas de relações, que são bastante comuns na vida de rua e refletir conjuntamente sobre as regras necessárias à convivência em um ambiente coletivo.

3.2. Educando no conflito

Diferentes histórias já foram contadas ou narradas nas vozes de tantos meninos e meninas que por aqui passaram, ao longo desses quatorze anos de instituição. Muitas delas ficaram registradas, constituindo um memorial presente para estudos de caso, como objeto de análise da prática, e outras foram marcadas pelos significados, caracterizando-se como referenciais presentes nas histórias dos educadores. Trata-se aqui de algo que é único, ímpar, não mensurável, que se constitui pela forma, pelo detalhe como o educador/a trabalha certo conteúdo junto aos educandos. Conteúdos trazidos do limbo, dos escombros humanos, produzidos pela miséria e intolerância (Silva e Milito 1995, p.10), mas onde se faz possível, ainda que de forma pouco acentuada, re-significar a condição dessas crianças e adolescentes de “ser” e “estar” no mundo. Chamamos esses profissionais de “educador social,” pela pedagogia diferenciada, situada entre o campo da formalidade e informalidade. Trata-se de uma relação pedagógica que se constrói e materializa num processo dialógico, em busca da construção de parâmetros para uma convivência socialmente aceita. É aquele que ocupa um “entre lugar”, na fronteira de diferentes espaços de socialização, ou como diz Silva e Milito (1995):

Ante o novo emergente, ante as emergências do novo, haverá sempre um lugar em branco sobre o qual o olhar instaura um sentido antes da reflexão e que o encontro do educador e educando diz qualquer coisa que precede a própria lição (SILVA e MILITO, 1995, p.10).

Ser educador, no sentido aqui descrito, refere-se também, muitas vezes, àquele sujeito social situado em área de reconhecida “turbulência”, em zona de conflito ou “Faixa de Gaza”, (SANTOS 2001), como assim falávamos ao referirmo-nos a nós mesmos e a nossa experiência de trabalho. Isto significava ter uma dimensão da complexidade que representava o espaço educativo, enquanto espaço de síntese das diferentes relações vivenciadas no dia - a dia do educando, muitas vezes conflitantes. Para educar no conflito, era preciso fazer uma leitura da dinâmica, dos movimentos, dos olhares, da chegada e da saída, estar próximo e distante, dentro e fora do cenário, sem, contudo, perdermo-nos nas malhas do autoritarismo,

ou na permissividade. Para esse educador, muitas vezes era importante deixar fazer o “jogo”, na tentativa de ir ao encontro da principal questão que estava por “traz da trama” que se apresentava, e saber decodificar a linguagem de acesso ao universo cultural do educando. O “jogo” muitas vezes é no sentido de obter respostas, buscando provar até que ponto o educador teimava em não desistir deles (as) nessa trajetória. Significava a “prova” de sua aceitação. De outra forma, esse apelo manifestava-se em situações extremas em que, para eles, não resta mais nada a fazer. É muito comum então, no seu vocabulário, a expressão: “eu não tenho nada a perder” ou às vezes, “esse caminho é sem volta”, ou ainda “quem entra nesse mundo dificilmente consegue sair”. Isso significava dizer que não havia possibilidades e chances, e que tudo já havia se esgotado para ele/a. A mediação com os educadores poderia ser infrutífera, qualquer atitude posta como limite, naquele momento, não iria modificar a situação na qual se encontrava.

Uma das dificuldades do trabalho pedagógico nas Instituições, Casa de acolhimento e abrigos está nas próprias concepções que elaboramos acerca dos meninos e meninas objetos da intervenção. Entender a “alternativa” de viver desses sujeitos exige uma superação de muitos dos nossos (pre)conceitos. Colocados à margem da sociedade – por toda a trajetória particular e variada de exclusão que cada um conhece – esses sujeitos são vistos como sujeitos *socialmente desfilados*. Isso faz-nos lembrar algumas condições de vida de sujeitos em outros contextos. Os catadores de lixo, por exemplo, são socialmente vistos não sob a ótica da tática de sobrevivência e filiação social. O contrário, suas atividades e condições os colocam, normalmente, numa interpretação que deles arranca a dignidade, a cidadania. Esses sujeitos são alvo do nosso olhar que os classificam como desatados das redes sociais, aqueles que se alimentam e vivem de “resíduos” que foram desprezados, sendo, assim, transformados em “marginais” pelo rótulo da catação do lixo (GROSSI, 1999). Ao mesmo tempo, o trabalho de aproximação do cotidiano, da vida real, dessas crianças nos faz mergulhar num mundo de sentidos em que a tristeza, o desespero, as drogas, a experiência de rua, o sentido do abandono, a fome, que nos faz compreender que a sobrevivência física implica muitos processos de busca. O mundo da rua é um mundo de sentidos. É uma experiência que se diferencia de outras por seu caráter de fragilização dos corpos e da subjetividade.

Assim, nos projetos e práticas voltadas para esse público está implicada a desconstrução da desesperança e a crença nas possibilidades. Mais do que para o educando, essa crença é imprescindível para o educador, no sentido de fazê-lo avançar buscando, conjuntamente, alternativas que viabilizassem mudar as rotas do seu caminho, inserindo-se

em outras dimensões sociais que pudessem contribuir na sua emancipação pessoal. O educador que ocupa esse território tem, portanto, uma autoria na forma especial de “lidar” com as questões existenciais dos meninos e meninas de que trato nesse texto.

Essa pedagogia tomou forma e conteúdo através do trabalho pioneiro desenvolvido pelo Projeto Axé com a Educação de Rua, nos anos seguintes da implantação do Estatuto da Criança e Adolescente, e passou a ser referência como proposta pedagógica para a maioria das organizações que atendem crianças e adolescentes pobres.

Com efeito, essa prática ganhou visibilidade, formalizando-se nas principais praças das grandes cidades, onde a presença do educador ocupa uma dimensão mais ampla, educando também os diferentes atores sociais que integram as cenas urbanas.

Nessa prática, a “escuta” constitui um dos principais instrumentos pedagógicos do educador, fortalecido pelo vínculo, como um voto de confiança do educando. É nessa escuta, sistematizada como método, que o educador passa a compreender melhor o universo dramático que envolve o educando, e esse a perceber-se enquanto sujeito da sua história, como nos diz Vilanova:

A escuta é um dos métodos estruturantes da atitude pedagógica (...) na relação com os educandos [...] confirma o vínculo educador-educando, pois quando este último fala da sua intimidade dá uma prova de confiança ao educador (...) o educador, silenciosamente, acolhe as informações que esse lhe oferece, percebendo suas dores, decepções, visão de mundo (Vilanova 2000, p. 136).

Tal pedagogia emerge dos diálogos, muitas vezes provocativos, que se sustentam pela qualidade da relação afetiva vivenciada com os educandos, e que se mantém como um espaço de mediação construída a partir daí. Com o amadurecimento dessa relação, é possível intervir pedagogicamente e, junto com os educandos, buscar outras possibilidades que possam ajudá-los a construir novos caminhos de inserção social, romper com a retórica desgastada sobre o “menino de rua” (SILVA e MILITO, 1995), e com a crença de muitos que acreditam não haver possibilidades para esses meninos e meninas, predestinados à morte, à prostituição e marginalidade.

O trabalho pedagógico das Casas de Acolhimento teve a co-autoria do Projeto Axé, do qual herdou sua base metodológica e seus princípios filosóficos, constituindo-se como uma

das principais bandeiras políticas dos movimentos de emancipação social, insurgentes do final dos anos oitenta, pela redemocratização do país. Esse cenário social marca uma nova etapa nas políticas de atendimento para a infância e juventude, formalizados com a constituição do ECA, Lei 8069/90, tendo como principal pressuposto o reconhecimento da criança e adolescente como sujeito de direito. A partir dessa legislação, as instituições de atendimento, públicas ou privadas, têm a responsabilidade de se reajustar, adequando-se a essas novas exigências, regimentados pelos Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares.

3.3. Quem são esses meninos e essas meninas?

A pobreza no Brasil tem cara de criança. Dos mais de 50 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, quase 30 milhões são crianças e adolescentes, ou seja, 47,6% da população de meninos e meninas (IBGE/PNAD 2004). As condições existenciais dos meninos e meninas que se encontram atualmente sob medida de abrigo, ou em situação de rua, são conseqüências do aumento da pobreza, acentuado pelas desigualdades sociais de uma cidade que se modernizou a custo da exclusão social, mantendo parte significativa da sua população fora do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania (IPEA, 2001). Essas transformações de ordem econômica tiveram impacto direto no processo de urbanização da cidade, privilegiando as áreas urbanas através de uma política de especulação imobiliária e concentração de renda, associadas à dinâmica de desapropriação da pobreza nas áreas centrais e no seu afastamento para as áreas periféricas da cidade, como nos diz Carvalho e Azevedo (2001):

[...] A desocupação, a pobreza, as desigualdades e as precárias condições da vida assinaladas são acentuadas pela segregação sócio-espacial constituída e consolidada no acelerado processo de crescimento e modernização da cidade [...] mais da metade da população soteropolitana vive em moradias precárias, em áreas de ocupação informal e desordenada e deficientes condições de habitabilidade, sem infra-estrutura e serviços básicos. (2001, p. 22).

Esse cenário social geograficamente ilustra as diferenças ocupacionais entre o espaço urbano e o espaço periférico, privilegiando a disponibilidade de uma rede de serviços e infra-

estrutura às áreas consideradas nobres da cidade, atendendo às exigências de um padrão urbanístico de uma metrópole moderna.

Muito diferente desse espaço físico é o encontrado na periferia, carente de serviços básicos, onde se concentra a maior parte da população pobre da cidade, cuja ocupação ocorre de forma independente de um planejamento estrutural. Essa falta de assistência e investimento, associada a pouca oferta de emprego, tem contribuído no agravamento de diversos outros problemas, dentre eles o da pobreza e da fome.

Outros fatores de ordem social, como a família, têm sido apontados como significativos para a análise desses processos de exclusão. A família e o bairro ou comunidade participam ativamente da quebra de vínculos da criança com suas redes de pertencimento.

É desse contexto que provêm os meninos e meninas que passaram e que passam pelas Casas de Acolhimento. São moradores das regiões mais pobres de Salvador ou das cidades circunvizinhas como Simões Filho, Lauro de Freitas e Camaçari, a maioria com alguma experiência nas ruas da cidade, e um histórico de vida de sucessivos abandonos e perdas afetivas, quando não são raros os casos de violência doméstica.

Uma pesquisa realizada por Atayde (1995), cuja situação já havia sido diagnosticada pelo Projeto Axé, levou a identificação de quatro grupos de meninos, vivendo nas ruas de Salvador: um grupo formado de meninos trabalhadores que têm contato permanente com a família e que passam o dia na rua, fazendo serviços de carregadores em feiras, limpando pára-brisa, como ambulantes, pedintes etc, que ainda preservam os valores sociais e a relação de pertencimento familiar; outro grupo é formado por aqueles que mantêm contatos ocasionais com os familiares, apresentando algum tipo de conflito familiar ou que se sentem rejeitados pelas mesmas, sem sentimento de pertença; um terceiro grupo formado por meninos que já perderam o vínculo com os familiares, pela rejeição, maus tratos, violência doméstica; e um quarto grupo, formado por meninos infratores sem referências familiares, geralmente acompanhados de adultos em situação de rua.

Esse diagnóstico refere-se a um perfil de meninos em situação de rua ainda muito presente na história dos encaminhamentos para as Unidades de Abrigo da FCM, contudo convém destacar um novo perfil que vem se apresentando de forma mais recente; trata-se daqueles adolescentes cooptados pelo tráfico de drogas nas suas próprias comunidades, ou circunvizinhas que, em alguns casos, mantêm firmes os seus vínculos, familiar e escolar,

porém sua condição de vulnerabilidade está associada à situação de ameaça na comunidade de origem.

Esse novo perfil de crianças e adolescentes vem crescendo nas últimas décadas e se insere nos contextos da violência nos bairros, quase sempre interligados à disputa de território para comercialização de drogas e a rede de extermínio. Os motivos em geral, desses encaminhamentos diz respeito à necessidade de proteção diante do estado de ameaça de morte em que se encontra o adolescente.

Para a sociedade, esses meninos representam uma ameaça à convivência social sendo, portanto necessário a sua reclusão institucional. Sua condição social termina se configurando como uma “privação de liberdade”, pois seu direito de ir e vir torna-se cerceado, restringindo-se o seu espaço de circulação em público. A esse respeito, Rizzini ressalta:

Algumas tendências na área de segurança pública, que se agravaram na década de 1990, como o aumento da violência e criminalidade, têm trazido consigo uma maior pressão para que as crianças e jovens sejam recolhidos e confinados em estabelecimentos. As pressões para a redução da idade penal e o aumento do número cooptadas para as atividades criminosas por grupos de traficantes têm se avolumado nos últimos anos, acirrando os ânimos e as discussões. (RIZZINI, 2004, p. 49).

Em relação às meninas, a realidade é mais diferenciada. Poucas são as que apresentam uma experiência de rua. A maioria traz como motivo da institucionalização a situação de violência doméstica, geralmente ligada ao abuso sexual do pai ou padrasto, ou estão sob o risco de se envolver nas malhas da prostituição infantil.

3.4. Os educadores em cena

Ao falar desse personagem incomum que é a figura do *educador*, estou falando sobre mim mesma. Pergunto-me o que me mobilizou a ocupar esse lugar durante um longo tempo da minha vida profissional. Há muitos pontos comuns existentes entre a minha trajetória e a dos outros educadores, com quem pude compartilhar momentos de dúvidas, medos e crenças,

descrenças etc. Encontrei na dissertação de mestrado de SANTOS (2001) uma forma especial de dizer sobre esse educador e do seu fazer pedagógico. Como nos diz o seu texto:

Há um outro lugar de identificação destes adultos com sua inserção profissional bastante interessante de ser analisado: uma proximidade percebida entre suas próprias trajetórias de vida e aquelas das crianças e adolescentes dos quais se ocupam (SANTOS, 2001, p. 96).

O trabalho de observação nos espaços educativos também foi revelador ao dizer da importância do educador/a e do lugar que o mesmo ocupa no trabalho de atendimento. Comecei a perceber que para falar de um “lugar”, de um “fazer” e um “saber” específico, era necessário ouvir as vozes dessas pessoas, tão engajadas e, politicamente comprometidas com a proposta educativa, mas, ao mesmo tempo, tão desmotivadas quanto à conjuntura política e os rumos da instituição.

Falar desses educadores significa falar principalmente de um perfil bastante singular quanto à forma de atuação profissional, uma vez que tiveram boa parte da sua trajetória formativa nos espaços de militância política de movimentos sociais (SANTOS, 2001), que serviu como critério qualitativo para seleção do quadro funcional. Além dessa qualidade, o fato de serem os pioneiros nesse trabalho junto a meninos e meninas, participando desde o início da fundamentação da proposta educativa, fez com que ocupassem um lugar de referência pela proximidade com a causa e com as medidas de enfrentamento aos problemas oriundos da pobreza infantil.

Silva e Milito (1995), ao falarem sobre a figura do educador, trazem uma especificidade bastante interessante sobre esse ator social:

O sócio do menino, em sua plena expressão, tradutor de seus silêncios, instaurador de sua voz, articulador de seus itinerários tumultuosos, não tanto os da superfície da cidade, mas sobretudo os das profundezas de suas subjetividades errantes, presente, claro e falante, é esse o novo personagem urbano: o educador de rua.” (1995, p.148).

Essa competência da prática pedagógica é ilustrada no trabalho de SANTOS (2001) quando diz:

É necessário iluminar, dar a voz e visibilizar o percurso destes homens e mulheres, que num movimento de esforço e superação de uma prática voluntarista, característica de situações exigentes e emergenciais, contribuem significativamente na viabilização de outras experiências de atendimento que apostaram em alternativas que privilegiam uma relação pedagógica mais íntima e dialógica (2001, p. 121).

A dimensão do trabalho educativo, acima descrito, nos permite pensar sobre o lugar que o educador/a ocupa no desenvolvimento da prática educativa, em que se prima pela importância de um saber construído pela interação com a prática, aprendendo a partir da sua própria vivência, no contato com a realidade. Contudo isso não quer dizer que essa prática seja comum ao contexto das Casas e que envolva a todos os educadores/as, amplamente. Pode-se dizer que essa característica é pontual e diz respeito a certo perfil de educadores.

Ainda sobre essa competência, SANTOS (2001) nos fala:

Ao experimentarem o convívio com essas populações os educadores, desenvolvem certas possibilidades de entendimento da complexa realidade social. Ao compreenderem a realidade como totalidade colocam-se no lugar de agentes possíveis de transformação social (2001, p. 100).

Isso vai mais além, quando a esse “saber” e à prática de militância, estão associadas outras experiências, de proximidade com as histórias vida dos educandos, por circunstâncias de pobreza ou pela identidade étnica. Como nos diz SANTOS (2001):

Experiências de pobreza, de discriminação étnica que os aproxima dos meninos podem fazer parte da escolha [...] quando discutimos a identificação dos educadores com seu trabalho. Se o adulto superou a dor pela discriminação, se aprendeu a auto-estima percebida como uma conquista, não como algo dado, é possível, então, uma saída para os meninos (as) (SANTOS, 2001, p. 110).

O grande esforço profissional dos educadores é parte também do empenho institucional, empregado em determinado período, em que os motivos políticos culminaram em ações governamentais voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade. Essa época foi particularmente privilegiada por contemplar as diferentes vozes que debatiam nesse campo temático. Assim a sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais, teve um papel relevante nesse processo. Como nos diz mais uma vez SANTOS (2001):

O Caso de Salvador, entretanto, é diferenciado, marcado pelo estabelecimento de novas experiências: Salvador é, atualmente, um referencial para políticas de atendimento à infância e adolescência, resultado, por um lado, de uma significativa movimentação de setores da sociedade civil organizada na implementação de ações e na formulação de novas tecnologias sociais de atendimento, e por outro, pela marcante atuação de pessoas, os educadores, que ousaram colocar em prática tais experiências, emprestando, às instituições o seu saber-fazer (2001, p. 121).

Passadas alguns anos, um pouco mais de uma década, a conjuntura política tomou novos contornos e a Instituição como as demais organizações da rede de atendimento, não acompanhou ao mesmo passo as mudanças apresentadas no perfil do público atendido. Parte significativa dos acolhimentos passou a ser de meninos que estavam em condição de risco em suas próprias comunidades, e não tanto daqueles que estavam nas ruas da cidade. A vulnerabilidade passou a dar mais ênfase aos meninos e meninas que estavam envolvidos com o narcotráfico. Tal situação pode ser bem exemplificada na fala do educando: “Meu nome J. V., tenho 12 anos, moro em Boca do Rio, estou há um mês aqui na Casa. Sai de casa por rixa... Entrei por que quis [refere-se ao tráfico de drogas]. Eu sou usuário de maconha. Não quero voltar para casa”.

Em relação às meninas, a situação se apresenta de forma diferente, como narra a educanda: “[...] em casa a situação era instável, por minha causa. Porque sou namorada de um traficante. Não quero ficar mais com ele e colocar a vida da minha família em risco”.

Percebe-se, diante desses casos, que há certo imobilismo e despreparo pedagógico. A instituição não avançou de forma a acompanhar às mudanças apresentadas no perfil da demanda. Por outro lado, a lucidez pedagógica bastante presente em tempos anteriores, era estimulada por uma contínua reflexão da prática que, com o tempo, foi perdendo espaço, hoje não mais assegurada com o mesmo rigor metodológico. A fala da educadora A.C. apresenta esse contexto:

Fomos ficando fragilizados, do ponto de vista do atendimento ao menino. Perdemos a sintonia com a gestão, e o espaço de reflexão da prática foi sendo esvaziado e substituído por cobranças administrativas.

Ainda de acordo com a fala dos educadores, o trabalho pedagógico, junto ao menino/a, era realizado a partir do vínculo construído numa relação de confiança. Algo que se compactuava pela escuta, pelo acompanhamento individualizado, pelo acolhimento. Hoje a prática pedagógica se confunde com atitudes de “comprar” o educando/a para que se torne dócil e obediente, como se isso contribuísse na sua formação de valores. Na fala do educador E.N. observa-se essa fragilidade do trabalho: “Novos educadores que chegam, sem um trabalho formativo, desconhecem a proposta, o que foi construído anteriormente, nega o que foi feito e desestabiliza... O menino percebe e tripudia”.

Ocupar o lugar de educador não é uma tarefa muito fácil. A sua prática não se encontra respaldada apenas na militância que muitos trazem da sua experiência de vida, nem se encontram ancoradas apenas na formação acadêmica que alguns trazem, mas no cruzamento desses espaços de conhecimento.

Na fala da educadora A.C. também está registrado o significado de ser educador:

A diferença que eu acho, entre o educador e o professor, é que a gente olha integral, a gente olha ao redor, agente não olha o menino em sala de aula apenas, a gente olha do portão à sala de aula, e também na casa dele, isso é a diferença, o professor não tem esse olhar.

Ser educador, nesse sentido, significa construir um olhar e uma prática que transpasse o espaço educativo e, ao mesmo tempo, tenha adequação ao contexto, de forma a compreender as relações que ali se apresentam. Inspira em ter cuidados, administrar conhecimentos e atenção às questões individuais, superando o discurso de que todas as

crianças e adolescentes são iguais. Essa suposta igualdade, vista muitas vezes com naturalidade nas Casas de Acolhimento, é a expressão dos rótulos e categorias com as quais nos deparamos como profissionais formados nas mais diversas áreas (Serviço Social, Psicologia, Educação, direito, dentre outras) e que se preparam para lidar com crianças e adolescentes em situação de risco. Um desses rótulos, nos fala Cláudia Fonseca (2005), é a própria idéia de que são todos iguais, marcados por experiências similares de pobreza – implicando nos imaginários sociais uma experiência desmoralizante – oriundos de famílias *desestruturadas* e conhecedores de uma realidade dura que marcará suas condutas para o resto da vida. Assim, o trabalho com crianças, implicando, por extensão, o trabalho com as famílias, exige o que a autora chama de *descolonização do olhar* :

Falar sobre família como foco de intervenção exige aprofundar a discussão sobre o que é uma família e como ela pode servir ou não de recurso em programas de intervenção; exige também problematizar um elemento básico do processo de intervenção: a comunicação entre agentes de intervenção e a população-alvo (2005, p. 51).

Os educadores estão assim frente ao desafio de criar condições de manter um diálogo que seja capaz de transformar as experiências, mas se vêem também desafiados pelos mecanismos sociais de exclusão e de estereotipização que coloca seus “objeto” de intervenção num lugar comum: o de sujeitos que não têm mais jeito. Ao mesmo tempo, muitas experiências acompanhadas por educadores têm anunciado o inverso. Os resultados “positivos” de recuperação e superação são assim tomados, na prática cotidiana desses educadores, como bandeiras às quais nos agarramos para fazer valer a idéia de que o trabalho vale a pena.

CAPÍTULO IV

4. OS MARCOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Na obra intitulada *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1987) analisa como, historicamente, os corpos humanos foram coagidos e punidos pelo poder público, com o objetivo de tornarem-se dóceis e disciplinados. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, [...]; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (1987, p. 127).

Semelhante ao argumento de Foucault (1987), o discurso salvacionista empregado no período de transição para o Brasil República, defendido pela elite intelectual da época (RIZZINI, 2008, p. 27), propunha mudanças de pensamento quanto a representação social da criança. Salvar a criança significava moldá-la e enquadrá-la aos princípios morais da nação que se formava. Era necessário superar o atraso social e a criança era o foco principal dessa mudança, haja vista as práticas de abandono comumente utilizadas em épocas anteriores. A pobreza era o locus da perdição, considerada degradante, pois reproduzia os vícios e a perversão, sendo necessário, portanto, moralizá-la. (RIZZINI, 2008, p.24)

Educar a criança se tornou uma missão para elite intelectual da época, sendo necessário moralizá-la, civilizá-la. Cuidar da criança e vigiar a sua formação moral era salvar a nação da barbárie. Esses ideais resultaram no modelo médico-jurídico-assistencial, cujos objetivos eram de prevenção, educação, recuperação e repressão (RIZZINI, 2008, p. 27). Dessa forma, os corpos disciplinados ficam submissos às exigências de uma sociedade moderna, tornando-se instrumento de produção e controle sob as normas do Estado.

As políticas de assistência à infância são cada vez mais fortalecidas por práticas de disciplina e controle daqueles que se tornavam ameaça à convivência social, a fim de que não viessem a causar danos à sociedade. Esse período, correspondente à modernização do Brasil, veio acompanhado de uma nova concepção a respeito da criança, dando-lhe um novo lugar na sociedade. Tornou-se importante romper com as práticas tão comuns, dos ditos “enjeitados”, prática que muito contribuiu para o elevado número de óbitos, devido às precárias condições

de higiene e alimentação, do sistema dos expostos, considerado como um atraso social para uma nação ascendente.

Nesse contexto, surge a puericultura como prática higienista de intervenção e de consolidação da filantropia no país. Como diz Rizzini (2008).

[...] zelar pela criança corresponde a um gesto de humanidade deslocado da religião; uma ação que transcende o âmbito das relações privadas da família e da caridade para significar a garantia da ordem ou da "paz social". De acordo com a lógica evolucionista e positivista da época, vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma missão eugênica cuja meta é a regeneração da raça humana (2008, p.24).

É possível afirmar então que, nas políticas de assistência à infância no Brasil, sempre prevaleceu, como pensamento dominante, o controle de uma população considerada potencialmente perigosa (RIZZINI, 2009, p.16). Essa visão passa a ser um apelo político a partir de um novo reordenamento das cidades, com a constituição do Estado Nacional, impondo novos mecanismos de intervenção social, para uma população cada vez mais crescente em torno dos centros urbanos.

Nessa perspectiva, o Brasil assume novos parâmetros que o conduzem rumo à modernidade: na esfera jurídica, a promulgação do primeiro Código de menores de 1927 e a constituição do Juizado de Menores anunciam, oficialmente, a forma de intervenção, reconhecendo o menor como categoria social e objeto de tutela do Estado. Paradoxalmente em 1979, ano internacional da criança, esse código é reforçado pela Doutrina de Situação Irregular (Lei Federal nº. 6.697/79), fortalecendo as práticas educativa coercitivas, punitivas e discriminatórias.

Nesse modelo de assistência, a compreensão sobre a problemática do menor era associada à condição de pobreza que, por sua vez, não era diferente de delinquência. Nessas circunstâncias, bastava ser pobre para estar na condição de situação irregular, cabendo exclusivamente ao juiz tomar as medidas necessárias.

A situação irregular, numa lógica perversa, era uma inversão da questão social do menor. A miséria era questão jurídica, passível de policiamento da conduta e vida das famílias proletárias. Ao considerar a família como desclassificada para educar, e possibilitar o desenvolvimento de seus filhos, o juiz de menores os encaminhava para instâncias de tratamento, para prevenir ou reeducar os frutos dessas famílias desajustadas e do meio de origem inadequado ao seu desenvolvimento (SOUZA, 2010, p. 3).

Percebe-se que a instituição jurídica, enquanto autoridade para intervenção na problemática do menor, não significou mudanças nos paradigmas institucionais, com vistas a uma política de atendimento emancipatória. Com objetivo contrário, a nova legislação veio reforçar a visão negativa que se tinha sobre a pobreza infantil, aprimorando as práticas de controle e disciplina sobre a população menor de dezoito anos. A esse respeito Souza (2010) diz:

O Código de Menores, de 1927, foi a primeira intervenção legal, de caráter oficial e de forma devidamente sistematizada, na vida dos meninos excluídos. Tal legislação era caracterizada pelo poder arbitrário do juiz de menores e por sua prática intervencionista. A proposta de internação era de caráter corretivo e a intervenção era realizada sem vinculação com as causas geradoras das situações de abandono e delinquência (2010, p. 1).

Esta compreensão preconceituosa, ainda que *legal*, associada à interpretação cultural negativa da infância pobre, justifica porque uma parcela significativa de crianças das camadas empobrecidas teve (e ainda têm), parte das suas histórias vividas em asilos, reformatórios, educandários, orfanatos, e outros, legitimado por um discurso protecionista e salvacionista, que se fez presente nas práticas do higienismo e filantropismo do passado, e pelo enrijecimento da legislação penal do código de menores que prevaleceu até em tempos mais recentes.

Dessa forma, a institucionalização de crianças pobres passou a ser uma das medidas mais comuns de assistência à infância adotadas no Brasil, prática que, nos dias atuais, tem gerado alguns debates, sobretudo a partir do ECA que reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direito.

A problemática que envolve a pobreza infantil, bem como as diferentes denominações que qualificam a criança em situação de rua, passa a ser objeto de análise teórica por volta dos anos oitenta, ao trazerem para o campo do conhecimento o debate sobre o termo “menor” e

“criança” (GREGORI, 2000). As ciências sociais, especialmente a sociologia e a antropologia, vêm dando destaque ao tema, com um número considerável de publicações.

Inicialmente o olhar sociológico lançou a discussão sob o viés econômico, apresentando como a pobreza e a desestruturação familiar, de forma articulada, se constituem na justificativa para o envolvimento das crianças e adolescentes nos descaminhos sociais e a sua conseqüente institucionalização.

A esse respeito Rodrigues (2001) aponta alguns elementos a serem considerados nas teses econômicas que, mesmo apresentando certo consenso, quanto à visão das Instituições como unidades repressoras e segregacionistas, discutem de forma tangencial os seus efeitos sobre a família. A autora chama atenção sobre as análises que tendem às generalizações da pobreza e desestruturação familiar como explicativos da criminalidade infanto-juvenil.

Em outra tese econômica, os comentários recaem sobre a ênfase dada à expansão dos setores industriais e a relação com a degradação das classes trabalhadoras e de seus familiares, onde os autores desta vertente buscam associar a falta de condições materiais como fortes motivadores ao afastamento das crianças e adolescentes, favorecendo o seu encaminhamento às ruas, aproximando-os dos caminhos da ilegalidade.

A autora defende que essas abordagens, por explicarem esse fenômeno numa perspectiva macro estrutural, ressentem-se de um olhar em que se prime pelas formas organizacionais das famílias e que, de forma generalizada, tendem a identificar a desestruturação familiar e a criminalidade infantil e a institucionalização como resultante desses fatores.

Gregori (2000) traz uma discussão um pouco diferente a esse respeito, ao reconhecer a importância dessa tese para compreensão da problemática da infância pobre, privilegiando uma abordagem que trate do universo simbólico. Em suas palavras:

É impossível negar a realidade da iniquidade e da pobreza no Brasil e como ela tem um papel fundamental na reprodução do segmento dos meninos e meninas. No entanto, considero especialmente importante evitar explicações causais e buscar compreender as experiências e o universo material e simbólico em que elas estão imersas. (GREGORI 2000, p. 18)

Apesar das diferentes perspectivas teóricas, diversos pesquisadores entendem que a falta de condições materiais das famílias se caracteriza como fator que potencializa a vida de crianças nas ruas, condicionando o trabalho infantil como meio essencial tanto da sua sobrevivência, como do grupo familiar. A instabilidade econômica e a precariedade das atividades produtivas dos pais contribuem decisivamente para mobilidade e permanência de crianças e adolescentes nas ruas.

4.1. Paradigma criança e menor

No trabalho de Phillipe Ariès (1981) encontramos os primeiros relatos sobre a história da infância, e sua construção social. Nela o autor discute sobre ausência do seu significado na idade média, e a formação de um sentimento pela infância real que surge por volta do século XV. Segundo o autor, a descoberta da infância começa no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se, particularmente, numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 2006.p.28).

Essa construção histórica emerge, juntamente com modernidade, e passa a ter um significado próprio, enquanto etapa do desenvolvimento humano, com características que lhes são distintas da vida adulta. Assim as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais (Idem, p. 9). De acordo com o autor, a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância, do século XIX, e adolescência, do século XX. (Idem, p. 16).

Particularmente no Brasil, a história da infância está imbricada com a história das políticas de assistência do Estado, cuja prática se fez pela via institucional. Assim no século XVIII prevaleceram instituições do tipo internato de menores para, crianças órfãs, indígenas, negras ou abandonadas. Nos séculos XIX e XX, as instituições assistenciais estavam voltadas para reabilitação de menores abandonados ou delinquentes. No final do século XX e início do século XXI, as políticas de abrigo e a institucionalização de crianças tomam um novo direcionamento político-metodológico com base nas determinações do ECA (RIZZINI,2004).

Assim a missão colonizadora de Portugal, através da ação de evangelização de crianças índias pelos jesuítas, representou um marco histórico no tratamento da infância no

Brasil. A Igreja e o Estado estiveram lado a lado com o objetivo de implantar a cultura, e prevalecer a ordem e os interesses da metrópole. Com esse intuito, a disciplina imposta pela catequização às crianças índias, além de convertê-las aos costumes cristãos, tornando-as dóceis ao Estado, exercia influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais e culturais recém impostas (RIZZINI, 2009, p.17).

Posteriormente, com as crianças filhas de escravos, o tratamento ficou a cargo dos senhores proprietário. A indiferença à condição infantil revela-se pelas precárias condições de vida dos pais e pela fragilidade da saúde das crianças, resultando no aumento da mortalidade infantil, sobretudo, porque suas mães eram alugadas como amas-de-leite e amamentavam várias outras crianças.

Por outro lado, manter uma criança escrava não era muito rentável, já que não se podia contar, em curto prazo, com sua força de trabalho. Mesmo com a Lei do Ventre Livre no ano de 1871, pouco se obteve em termos de avanços sociais, uma vez que as crianças continuavam sob posse dos senhores até os 21 anos, como formas de ressarcimentos dos gastos obtidos durante a tutela, ou quando raras vezes, eram entregues ao Estado, mediante indenização.

Zero (2010), em seu artigo sobre os ingênuos e libertos, discute como a Instituição de Tutela foi estendida como prática social para as crianças pobres, sobretudo as crianças filhas de escravas beneficiadas pela da Lei do Ventre Livre (1871). O trabalho de pesquisa da autora revelou como a utilização, por parte dos tutores, tornou as crianças vítimas da sua exploração, sendo utilizada como mão-de-obra para o trabalho laboral. Segundo a autora:

[...] os processos de tutela fornecem uma documentação estratégica para o estudo dessa população, pois nos permitem perceber a nova utilização social da instituição da tutela após 1871, bem como explorar as múltiplas dimensões das relações entre os tutores e seus tutelados. (2010, p.2).

Para Rizzini (2004), na condição de expostas, as crianças filhas de escravas tiveram uma característica bastante particular, ao serem encaminhadas ao recolhimento, pois existia uma intencionalidade que diferenciava das demais situações: a exposição de filhos de escravas era de puro interesse dos senhores, pois se isentavam dos seus custos no período em que a criança não servia como mão de obra, indo posteriormente buscar o pequeno escravo em idade que pudesse ser iniciado nas atividades laborais. (RIZZINI, 2004, p. 24).

O primeiro modelo de assistência destinava-se às crianças enjeitadas ou expostas. Inicialmente a forma de assistência era administrada pelas Câmaras Municipais, passando posteriormente a ser de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, subsidiada pelo município, implantando o sistema de “Roda” no Brasil. Essa nova ordenação, com base na moral cristã, serviu inicialmente para abrigamento dessas crianças, frutos das relações ilícitas, com o objetivo de esconder sua origem e preservar a honra das famílias (RIZZINI, 2004, p. 19). Posteriormente essas Casas passaram a abrigar outras crianças vítimas de abandonos, ou aquelas cujos genitores não tinham condições de criá-las.

Diferentes autores, sob diversas vertentes, têm refletido sobre as práticas institucionais e as políticas de assistência do Estado, Bulcão (2006), por exemplo, argumenta que o crescimento de crianças “expostas” surgiu com o aumento populacional e com o alargamento das cidades, tornando-se comum a prática do abandono de crianças em locais como igrejas, depósitos de lixo e outros. Sujeita à fome, intempérie, essas crianças eram encontradas mortas, sendo seus corpos muitas vezes mutilados por animais. Dessa forma a prática de “expostos” passa a ser um problema para o Estado, não pela condição do abandono da criança, mas pelo mal estar causado no cotidiano do cenário público, conforme se observa a seguir:

Estas crianças expostas precisavam, pois, ser escondidas. Criar os enjeitados frutos desse tipo “selvagem” de abandono transformou-se também em um fardo pesado demais para a sociedade e providências por parte do governo se fizeram necessárias. Como passaram a ser consideradas um problema, foram implementadas ações de inspiração religiosa, marcadas pelos sentimentos de caridade cristã para acolhê-las e assisti-las (BULCÃO, 2006, p. 25)

Em discussão mais recente, como apresentada por Rizzini (2008), a concepção de infância toma novos contornos sociais, atrelados aos contextos das sociedades modernas, identificando a criança, filha da pobreza – “material e moralmente abandonada” - como um problema social gravíssimo, objeto de uma magna causa. Nesses termos surge a categoria “menor”, de forma a diferenciar daquela infância idealizada que, de acordo com seus atributos de pobreza, passam a representar uma ameaça social. (RIZZINI 2008, p. 26).

Ainda de acordo com Rizzini (2008), a infância é caracterizada de forma ambivalente, pois, ao tempo em que se prioriza a importância de protegê-la dos desvios da má conduta, o que normalmente se associa à pobreza, ou à incapacidade familiar, ela também representa

uma ameaça social, diante da perversão, delinquência ou criminalidade, pondo em dúvida a sua inocência, sendo, portanto, necessário criar meios de proteger a sociedade. (Op.Cit., p. 26).

No âmbito da sociologia da infância, esse tema apresenta-se como um paradigma, como discutido por Marchi (2007). Segundo a autora, a concepção de infância moderna, apesar de apresentar alto grau de aceitação e consenso, e mesmo considerando a atual consciência da diversidade de infâncias e as desigualdades sociais entre crianças, em todo planeta, demonstra que este modelo não se concretizou. (2007, p.553)

Há um distanciamento entre o que se convencionou como infância ideal e a infância das chamadas crianças de rua. A histórica divisão na sociedade brasileira, entre “criança” e “menor”, tem um sentido ainda mais radical do que costuma ser apontado pelos estudiosos e pode ser sintetizada, na verdade, pela oposição entre os conceitos de “criança” e “não-criança”. (Idem, p. 555)

Assim, o significado que a infância pobre assume é decorrente de uma norma moderna e do processo de homogeneização ocidental, onde o reconhecimento da sua construção social, como uma não-criança, significa não ter reconhecida sua identidade ou condição infantil. (Idem). Observa-se, como é comum aos olhares enigmáticos da sociedade, o discurso diante do comportamento desviante de certas crianças em situação de rua, pondo em dúvida a sua condição infantil. A esse respeito, Marchi (2007) nos diz:

Diversos estudos sobre a infância pobre no Brasil e, em especial sobre crianças “de rua”, trazem implícita (e, as vezes, explicitamente) a idéia de que esta não é vista ou tratada socialmente como “criança” ou que paira sobre ela uma espécie de indeterminação ou dúvida ontológica: seria (ainda) uma “criança”? Teria ela uma “infância”? (MARCHI, 2007, p. 556).

No trabalho etnográfico de Silva e Milito (1995), o significado do termo “menor” reflete sobre o discurso social em relação à menoridade penal. A discussão, em torno da proteção e do amparo legal, é considerada para muitos um consentimento à criminalidade diante da imputabilidade penal antes dos dezoito anos. Para os meninos, isso se revela como ressentimento, ao perceberem a aproximação da perda da proteção, sem que tenha havido, por parte das instituições de amparo, o investimento adequado à sua formação, com vista o alcance da autonomia. Como nos diz os autores:

A lei e alguns segmentos da sociedade dão (ou menos se esforçam por dar)amparo e proteção á criança e ao adolescente. Os meninos sabem disso e se ressentem como proximidade da perda desses “privilégios”. Da mesma forma, parte da população (que mesmo sem puxar o gatilho os quer mortos) lamenta a existência dessas postuladas vantagens da menoridade, e reclama veemente contra elas. Justifica-se ao retirar desses personagens a própria condição da juventude, assim considerada ilícita para eles. O “argumento” fundamental desse tipo de mentalidade centra-se na idéia de que o comportamento deles, a delinqüência que praticam dissolvem a condição infanto-juvenil (SILVA e MILITO, 1995, p. 25).

Ainda segundo Rizzini (2004), o termo menor abandonado surge por volta do período republicano, abarcando uma ampla categoria, definida tanto pela ausência dos pais, quanto pela incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole, criando-se uma série de subcategorias ao longo do século XX pelos órgãos oficiais de assistência. (2004, p. 29).

Em seu trabalho de doutorado, Bulcão (2006) revela como neste período há um avanço dos profissionais do direito, na busca de soluções jurídicas para o crescente número de menores nos espaços urbanos, o que até então era de âmbito da administração policial: retirar das ruas e encaminhar menores abandonados e vadios, parte da população diversificada que habitava as ruas e ameaçava a ordem das cidades, para locais de internação. Observa-se, então, a criação do “menor” como categoria jurídica específica e que passa a simbolizar a parcela da infância que é abandonada ou delinqüente, filha da pobreza e percebida como potencialmente perigosa. (2006, p. 45).

A normatização jurídica do menor – Código de menores- cria os parâmetros para enquadramento da criança e do adolescente na situação irregular. Essa legislação, com base na doutrina de situação irregular, tinha como medida educativa o uso de práticas disciplinares através da punição e correção, caracterizada pelo poder arbitrário do juiz de menores. Nessa perspectiva era comum atribuir uma relação de igualdade entre a infância pobre e a delinqüência.

Gregori (2000), em seu estudo etnográfico sobre crianças de Rua em São Paulo destaca o discurso secular sobre a noção de que a dissolução familiar pode levar ao ato de perambular pela rua, comprometendo moralmente o menor, na medida em que ali proliferam vícios que ameaçam a sociedade. Segundo a autora, tem-se constituído uma sobredeterminação entre a miséria, o abandono familiar e a delinqüência, apontadas pelos juízes do início do século XX, e posteriormente nos anos de 20 e 30. Mesmo considerando

que a realidade da iniquidade e da pobreza tem um papel na reprodução de meninos e meninas de rua, a autora considera importante evitar as explicações causais e compreender as experiências e o universo simbólico em que estão imersas (GREGORI, 2000, p. 17).

De forma mais recente, o termo criança e adolescente, como sujeito de direito, avança no discurso político e social, a partir da compreensão histórica do lugar que a infância pobre vem ocupando na sociedade. O seu reconhecimento se fez juntamente com as conquistas sociais, nas lutas pela consolidação da democracia no país. Trata-se, de um conceito que foi se construindo, no âmbito dos debates políticos junto às organizações da sociedade civil, em consonância com as políticas internacionais, a exemplo da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989. Essa trajetória política teve como marco nacional as eleições para Assembléia Nacional Constituinte, representado nas diferentes vozes dos movimentos sociais organizados. Dessa conjuntura política nasce a Constituição de 1988, que instituiu o Estado Democrático de Direito, destinado a garantir a efetivação dos direitos fundamentais. Assim diz o seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.1).

Nessa conjuntura política, a temática da criança e adolescente também ganha centralidade, representada por diferentes organizações da sociedade civil, dentre esses o Movimento de Meninos e Meninas de rua e alguns setores da igreja católica, que muito contribuíram para votação das emendas populares, das quais resultaram a formulação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal. Ambos tratam do reconhecimento da criança e adolescente como sujeito de direito e da sua prioridade absoluta, assim como normatiza a condição de inimputáveis para os menores de 18 anos. Essa ampla discussão culminou com a promulgação da Lei 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.

Tanto a Constituição, de modo geral, como o ECA, de modo particular, constituem-se como dispositivos legais que instituem as crianças e adolescentes do Brasil, indistintamente, como sujeitos de direitos, na condição de pessoas em desenvolvimento, sobretudo para aquelas das camadas mais pobres, expostas à condição de vulnerabilidade, a quem se deve assegurar absoluta prioridade na formulação de políticas públicas.

4.2. A Lei 12010/09

Foi criada com base na legislação do ECA (Lei 8069/90) para garantir o direito a convivência familiar e comunitária, dispondo sobre os critérios de adoção de crianças e adolescentes.. Este é um direito que tem sido historicamente violado, por diferentes razões, tendo sido iniciado a partir já nos idos da escravidão, quando às mães escravas não era dado o direito de permanecer com seus filhos, logo transformados em objeto de comercialização. Se fosse do sexo masculino, para trabalhar principalmente nas lavouras; se fosse do sexo feminino, para trabalhar como mucamas na Casa Grande.

A libertação dos escravos, dissociada de um processo de incorporação do ex escravo como mão de obra assalariada, reforçou a situação de exclusão, sendo um passo no crescimento da pobreza e para o acirramento das situações de violação dos direitos, dentre os quais o da convivência familiar e comunitária, tendo em vista as dificuldades das famílias de arcarem com o sustento de sua prole. Essas condições potencializaram o crescimento dos índices de abandono e a criação de unidades de internamento para crianças e adolescentes nem sempre órfãs.

Dessa forma tem início o mais cruel processo de produção da pobreza e da exclusão social, documentado pela história da formação das sociedades atuais.

O fato do direito à convivência familiar e comunitária estar instituído como direito, e a determinação dos princípios da excepcionalidade, bem como o provisoriedade, não significaram a reversão dos índices de criança e adolescentes em situação de abandono, em orfanatos e abrigos, por anos a fio.

Através de pesquisa, (IPEA,2003) * foi constatado que a maioria das crianças abrigadas têm família, estando nos abrigos por questão unicamente de pobreza das suas famílias.

Tal constatação enseja a criação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária –PNCFC, que se constitui como arcabouço teórico metodológico, definidor de políticas públicas, integrada e intersetorialmente formuladas, visando assegurar este direito, a serem desenvolvidas pelo governo, nas respectivas instâncias de gestão.

A partir deste plano, resta aos municípios, através de seus Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, formular sua política local para prevenir situações que violem esse direito, o que significa a formulação de propostas que garantam a convivência familiar e comunitária, ações que passam pelo reordenamento dos abrigos, formulação de políticas de atenção à família de crianças e adolescentes abrigados visando, por um lado, diminuir o número de abrigamentos, por outro, ampliar as condições para reintegração daqueles que se encontram abrigados. Neste sentido, a Lei 12.010/09¹ estabelece um prazo máximo de 02 anos para permanência da criança e do adolescente nos abrigos.

Do ponto de vista das Casas de Acolhimento pesquisadas, ainda são tímidas as ações voltadas para estimular a convivência familiar e comunitária, na medida em que, para tanto, estas unidades necessitam ter suas equipes técnicas redimensionadas e ações concretas dirigidas para o alcance de tal finalidade, situações ainda não implementadas até o momento da realização da pesquisa.

CAPÍTULO V

5. O LUGAR DA CRIANÇA DENTRO DA FAMÍLIA

È pertinente fazer algumas considerações que permitam pensar a problemática das crianças e dos adolescentes aqui referidos, numa perspectiva plural e heterogênea. Isso contribui para tratar a questão dentro da diversidade e da complexidade em que se dão as condições existenciais desses meninos e meninas. É de igual relevância problematizar os contornos disso que chamamos “desconstrução do imaginário social” que, através de estereótipos, buscaram (e buscam) desqualificar as famílias ou culpabilizá-las pela condição de rua de seus filhos. Sabe-se que tais estereótipos encontram fundamentos numa herança histórica que reconhece na pobreza os símbolos da “desestruturação” familiar, causa da criminalidade das crianças e adolescentes. (RODRIGUES, 2001, p. 44).

De acordo com a vertente econômica, as mudanças ocorridas nas sociedades com a modernização favoreceram um novo padrão de organização familiar, de forma a atender as exigências do capital e do trabalho. Segundo essa tese, as centralizações dos setores econômicos e industriais, nos grandes centros urbanos, demandaram novas formas de relações sociais, substituindo o antigo modelo patriarcal de família extensa e de autoridade paterna, pela família nuclear, dando ênfase à participação da mulher, ora pela sua inserção no sistema produtivo, ora pela importância do seu papel nas práticas educativas de socialização dos filhos.

Entretanto, o debate que vem sendo travado, no âmbito dessa temática, tem suscitado alguns questionamentos, quanto aos referenciais teóricos e aos métodos de análises tradicionalmente utilizados, na abordagem sobre família no Brasil. Diferentes perspectivas de análise têm contribuído nesse diálogo, confrontando-se teórica e empiricamente, opondo-se a uma visão limitada e estática sobre o seu conceito. Dessa forma, os estudos sobre as estruturas domésticas, as relações familiares, de parentesco, dentre outros, ganham uma singular relevância nesse debate. Como diz Teruya (2010):

A História da Família, que no início da década de setenta se apresentava com contornos mal definidos e freqüentemente confundida com o que poderia ser considerado alguma de suas partes, chegou aos anos noventa renovada, movimentando-se de uma visão limitada da família como uma unidade estática no tempo, para ser examinada como um processo ao longo da vida inteira de seus membros. Passou do estudo das discretas estruturas domésticas para a investigação das relações da família nuclear com o grupo de parentesco mais vasto e do estudo da família como uma unidade doméstica distinta para um exame da interação familiar com os mundos da religião, trabalho, educação, instituições correcionais e sociais e com os processos tais como de migração, industrialização e urbanização [...] (TERUYA, 2010, p.1).

Contudo, independente do campo de análise, essas diferentes vertentes teóricas comungam sobre a idéia da família como uma instituição mediadora, entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas, mas que também tem, por sua vez, a capacidade de influir na sociedade.

De acordo com Teruya (2010), a estrutura patriarcal de família amplamente difundida como realidade brasileira, representada pelas oligarquias rurais e transplantada para os setores urbanos com a modernização, invisibilizou outros modelos diferenciados de organizações familiares coexistentes, mantendo-os, até pouco tempo, na periferia dessa temática. Dessa forma coube à antropologia, à sociologia, à historiografia, dentre outros campos de conhecimento, privilegiar os estudos referentes a essa diversidade.

Da mesma forma, os estudos realizados por Neder (2008) destacam como fundamental a compreensão da família, no seu sentido plural, tendo em vista a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira (NEDER, 2008, p. 26).

Segundo a autora, mesmo considerando que a história da família no Brasil seja bastante recente, onde seus dados se apresentam ainda de forma fragmentada, suscita-se a importância de uma reflexão sobre as diferentes possibilidades de organização familiar existentes e a relação desse reconhecimento na orientação das práticas sociais, voltadas ao atendimento da criança e da família. Assim a autora diz:

Parte-se, portanto, da idéia de que não existe, histórica e antropologicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar; não existe a família regular. Menos ainda que o padrão europeu de família patriarcal, do qual deriva a família nuclear burguesa (que a moral vitoriana da sociedade inglesa no século XIX atualizou historicamente para os tempos modernos), seja a única possibilidade histórica de organização familiar a orientar a vida cotidiana no caminho do progresso e da modernidade (2008, p. 28).

Ainda assim, é importante considerar a complexidade que envolve o tema, principalmente, ao se levar em conta a composição demográfica, do ponto de vista da sua característica multiétnica, desfazendo-se dos paradigmas de família regular, em oposição a família irregular. (NEDER, 2008).

Numa abordagem sociológica, como apresentada por Espinheira (1999), encontra-se uma reflexão semelhante com relação ao que se convencionou chamar de família. No imaginário social, a família é o universo do afeto, da ternura; o elo entre gerações; lugar de nascimento e de morte, portanto do percurso da vida. Assim a família é tempo e lugar, sucessão e eternidade (1999. P. 49).

Entretanto, considera-se que, embora justificável empiricamente, essa compreensão não representa a realidade em geral das experiências das famílias, nem tampouco os modelos que diferenciam desse padrão devam ser irrelevantes, enquanto formas de organizações representativas. O que torna significativo, para efeito desse estudo, é compreender o lugar que a família ocupa nas trajetórias de vida dos meninos e meninas das Casas de Acolhimento, considerando principalmente a particularidade em que se apresentam as suas formas de organização.

Um exemplo característico é apresentado na pesquisa etnográfica realizada por Cláudia Fonseca (1998), num bairro popular de Porto Alegre, referindo-se a uma prática bastante comum de circulação de crianças entre famílias. A autora chama atenção para as práticas alternativas de socialização de crianças e, ao mesmo tempo, dá ênfase a uma outra formatação do grupo familiar, diferente do modelo convencional conjugal nuclear. Vale ressaltar que essa prática é muito comum, e parece ilustrar as histórias de vida das crianças e adolescentes das Casas de Acolhimento, embora não seja algo instituído oficialmente, mas que pontualmente tem apresentado resultados significativos nas formas de socialização, enquanto uma prática voluntária e de solidariedade. No relato da sua pesquisa, a autora diz:

[...] As famílias que estudei não se apresentam na forma de uma unidade doméstica bem delimitada, auto contida. Muito pelo contrário, são perpassadas por outros grupos que competem pela lealdade dos seus membros, criando uma dinâmica social que tem pouco em comum com o modelo nuclear. Neste caso, não é realista tratar a família conjugal como um objeto analítico isolado. Muitas vezes aparente no próprio aspecto da residência, o caráter aberto desta unidade torna-se perfeitamente evidente quando algumas famílias são acompanhadas nas rotinas diárias (FONSECA, 1999, p. 70).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – a família é considerada a instância essencial na realização dos direitos fundamentais. É ela em primeiro lugar, a quem se atribui o compromisso com a socialização do indivíduo, com os devidos cuidados para sua proteção e formação para cidadania. Assim o seu artigo 19º diz: “Toda criança tem direito a ser criada e educada no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de substâncias entorpecentes” (ECA, art.19º).

Notadamente o ECA tem apontado avanços nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes, principalmente quando se tem como parâmetro o antigo Código de Menores, modificado em 1979, e a doutrina de situação irregular. Conceitualmente reconhecido como uma legislação moderna, o ECA está fundamentado em princípios jurídicos, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeito de direito, a partir da doutrina de proteção integral, reordenando as políticas de atendimento e as práticas de assistência a infância e juventude.

Contudo esses avanços não têm minimizado o número de meninos/as que circulam entre as instituições e a rua, o que prova a existência de um descompasso entre a lei, as práticas desenvolvidas e os resultados efetivos (GREGORI 2000, p. 10). É imprescindível reconhecer no ECA os dispositivos que impuseram limites à ação do Estado, do Juiz, da Polícia, das Empresas, dos adultos e mesmo dos pais, mas não foi capaz ainda de alterar significativamente a realidade da criança e do adolescente que se encontram na rua ou em abrigos. (SILVA, 2010, p. 12). Em síntese, temos uma lei avançada politicamente de um lado e de outro uma prática de atendimento ainda pouco efetiva quanto às reais necessidades do sujeito.

A prática de acolher crianças e adolescentes em instituições, na conjuntura política atual que se fundamenta à luz do ECA, apresenta-se como um desafio, pois na medida em que se torna prioridade garantir a convivência familiar e comunitária, permitindo que a mesma seja aplicada apenas em caráter de excepcionalidade e provisoriedade, termina por ser extensiva, e utilizada sempre como um primeiro e único recurso de medida protetiva.

Quando estas situações ocorrem, constata-se que não só a família, mas os órgãos encaminhadores terminam contribuindo para a violação de direitos individuais, diante da falta de condições estruturais que apresentem medidas protetivas que garantam convivência ou inserção familiar. Na prática, as situações de violação de direitos como maus tratos, abusos físicos e psicológicos, sexual, negligência, que põem em risco a integridade da criança e do

adolescente, são sempre motivadoras para encaminhamentos aos abrigos. Esta, caracterizada no ECA como a última medida a ser efetivada, termina sendo a primeira e, muitas, a única disponibilizada pela rede socioassistencial. O que se torna comum é o pouco investimento em ações de mediação em que se esgotem todas as possibilidades de um retorno à família origem, nos casos em que ainda é possível seu retorno, ou quando não, sua inserção em família substituta.

Os resultados de trabalhos empíricos têm evidenciado a violência intra-familiar como uma das principais motivações que levam as crianças e adolescentes à condição de rua e, conseqüentemente, a situação de abrigo. Contudo, é importante destacar que as possibilidades de inserção em família substituta, com a possível adoção, vem ganhando incentivo por parte do poder judiciário, buscando oficializar uma prática já bastante comum de circulação de crianças (FONSECA, 1999) e de desburocratizar os processos, de atendimentos nos casos de adoção.

Neste sentido, a Lei de 12010/09 veio corroborar com estes objetivos, reformulando as regras de adoção, instituindo novas possibilidades de convivência familiar, a exemplo do conceito de família ampliada, criando novos critérios para o processo de adoção, restringindo o tempo máximo de permanência de crianças e adolescentes em abrigos, culminando com a criação do cadastro nacional de adoção (adotantes e adotados), impedindo a adoção direta, dentre outras medidas.

De certo a pobreza familiar tem uma parcela significativa de contribuição no número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas, considerando que, geralmente, quando algum dos seus membros sai de casa, em busca de sobrevivência, vem sempre acompanhado de outro. Entretanto, isso não quer dizer que os laços afetivos e familiares tenham sido rompidos, ou que seja negligência por parte dos seus responsáveis. O que se caracteriza de fato, como situação de vulnerabilidade, não é apenas a condição de desamparo em que estão imersas as crianças e adolescentes, mas a condição de vulnerabilidade que se estende a todo universo familiar, constituindo-se como *locus* principal de atenção das políticas públicas.

De modo geral, os programas de assistência social, desenvolvidos nos últimos tempos, têm dirigido as suas ações a partir de um olhar fragmentado sobre a família, centradas em políticas individuais, ora voltadas para maternidade e infância, ora com o foco no menor abandonado e delinqüente, no menino de rua, dentre outras, suprimindo uma visão contextualizada dos seus valores sócio-culturais (TAKASHIMA, 2008). Entretanto a Lei

Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8742/93, assim como o ECA, constituídos como marcos legais de políticas públicas nessa área, inauguram uma nova vertente conceitual, reconhecendo a família como prioridade das políticas de assistência, uma vez que os programas desenvolvidos para o seu fortalecimento, terão impactos direto sobre o êxodo das crianças e adolescentes, ao reconhecê-los como sujeitos de direitos indissociáveis de seu contexto familiar e comunitário. No seu primeiro artigo a Lei afirma que Assistência Social:

É um direito do cidadão e dever do Estado, constituindo-se como política de seguridade não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993, p. 13)

De forma complementar, o segundo artigo enfatiza seus objetivos e ações de *proteção à família, a maternidade, à infância, à adolescência à velhice e o amparo às crianças e adolescentes carentes*, considerando que as famílias dos estratos sociais mais pobres têm dificuldades de diferentes ordens, mas que apresentam também capacidades e possibilidades de desenvolver-se.

Nessa perspectiva, entende-se porque a problemática da criança e do adolescente é parte de uma discussão mais ampla sobre as dificuldades que as famílias encontram ao desenvolver o seu papel protetivo e socializador do indivíduo.

Como desdobramento da nova Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, coube ao município, em parceria com as demais instâncias e com a sociedade civil, criar a estrutura organizacional necessária a sua consolidação, através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Este se constitui como instrumento de gestão pública de assistência aprovado no IV Conferência Nacional de Assistência Social, cujo modelo está pautado numa política de gestão descentralizada e participativa. Esse sistema se compõe de conjunto de ações formando uma rede de serviços sócio-assistenciais de proteção à família e o atendimento às crianças e adolescentes pobres.

Em Salvador sua estrutura organizacional funciona de acordo com as regiões administrativas onde são implantados os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), responsável pelo desenvolvimento de ações de proteção básica, junto à família, nas áreas de maior densidade demográfica. Entretanto, como a maioria dos programas

governamentais, a sua proposta política tem se defrontado com alguns desafios como, por exemplo, vencer a cultura do assistencialismo, numa perspectiva propositiva de direitos, e criar uma dinâmica de trabalho em rede, rompendo, com a visão fragmentada do sujeito.

As famílias dos meninos (as) que estão nas Casas de Acolhimento constituem-se em sujeitos de atenção, ações e serviços desenvolvidos pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS, considerando que a este cabe realizar o programa de Proteção Social Especial. Estas famílias não se definem pelos parâmetros de família regular, ou família tradicional, pois esses atributos ideológicos, políticos e psicológicos que circundam a idéia de família irregular, desfazem, na essência, qualquer tentativa de valorização das famílias das classes populares (NEDER, 2008, p. 45), contribuindo para uma visão preconceituosa e estereotipada das mesmas.

A sua compreensão foca-se no perfil de família onde a mulher ocupa o lugar principal de provedora, na sustentação econômica e na organização social, normalmente conhecida como famílias monoparentais. A literatura tem focado com certa especificidade a forma particular como essas mulheres se organizam em torno das suas unidades domésticas, assumindo a chefia sem a presença masculina ou da paternidade.

Os estudos demográficos têm apontado certa evolução nesse modelo de família, no nordeste, em relação ao sudeste, sobretudo devido ao aumento das taxas de desemprego que atingem principalmente o sexo masculino, contribuindo para o aumento do número de divórcios e separações (RIBEIRO *et al.*, 2008, p.139).

Ressalta-se ainda a estreita ligação entre essas famílias, pobreza, agravando-se as condições de pauperização quando associadas à composição racial.

Segundo Vitale (2002), as famílias monoparentais, chefiadas por mulheres negras, são as que mais apresentam dificuldades de manter os cuidados básicos dos filhos, pois constituem os segmentos mais pobres da sociedade. O excesso de dificuldades, na busca da garantia de sobrevivência, tem gerado uma sobrecarga que impede que essas mulheres cumpram, de forma efetiva, o seu papel de proteger e socializar, pesando sobre as mesmas o sentimento de culpa e o estigma da negligência, sendo constatado o pouco cuidado das crianças, pela insuficiência de proventos necessários.

Claudia Fonseca (2004), entretanto, adverte para o olhar estigmatizado – normalmente utilizado em diversas práticas e resultado de muitas análises – que impede de reconhecer os recursos que essas famílias utilizam para garantir a socialização dos seus filhos.

Como exemplo, ela destaca as alternativas realizadas através das redes de solidariedade mútua, o que parece indicar por outro lado, a ausência de políticas públicas nessa área.

O trabalho de campo realizado tem mostrado a centralidade que a figura materna ocupa na unidade familiar, tanto no sentido de provedora o sustento dos seus dependentes, como o de manter a unidade da família do ponto de vista dos cuidados e do afeto. Observa-se que, nos casos onde ocorrem a sua ausência, por morte, doença ou omissão, ou por algum outro motivo, os laços familiares são mais frágeis, tornando menos reconhecidos o significado de unidade familiar. Em uma das falas dos educandos, ao perguntar como é a sua relação com a família, é possível observar essa fragilidade:

Quando morava com a minha mãe e os meus irmãos era boa, ficou ruim quando chegou meu padrasto [...] quando minha mãe era viva tínhamos tudo. Quando ela morreu meu pai foi abrigado a tomar conta da gente, mas não teve interesse em continuar.

De acordo com Neder (2008), é necessário lançar mão de novos instrumentos de análise social que permitam alargar a visão sobre a família dos segmentos populares, diante do histórico autoritarismo do Brasil. Nesse sentido, a autora sugere algumas estratégias de ação ao planejar políticas públicas mais adequadas à realidade desses segmentos, tornando-se necessárias que: a) os programas de capacitação dos servidores públicos devem contemplar estudos sobre Formação Histórica Brasileira e Identidade Social e História das famílias no Brasil, b) o enfoque dado à família deve valorizar os núcleos familiares enquanto lócus de construção de identidade, desprendendo-se das limitações moralistas e preconceituosas ao trabalhar as identidades étnico-cultural, sexual, nacional e outras, c) deve-se levar em conta o apoio a ser dado às mulheres, valorizando a sua qualidade como suporte político e psicológico, o qual lhes é culturalmente atribuído dentro do núcleo familiar; d) por fim deve-se atuar para o assentamento destas famílias no campo ou espaço urbano, a fim de evitar a quebra violenta dos seus vínculos e fragmentação da identidade.

CAPÍTULO VI

6. REVELANDO OS DADOS – O CRUZAMENTO DAS DIFERENTES VOZES

Durante o trabalho de coleta de dados, Três categorias de análise constituíram-se em elementos principais e norteadores do processo de pesquisa. Através dessas categorias, pretendemos compreender o significado do trabalho educativo junto aos sujeitos entrevistados.

Segundo Bardin (1997, p. 117), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, organizados pela diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. De acordo com essa definição, o processo de categorização proposto nesse trabalho foi, inicialmente, identificado a partir dos objetivos da pesquisa, sendo incorporados a estas unidades significativas, decorrentes dos conteúdos que emergiam das falas dos educandos.

Seguindo esse propósito, foram identificados para efeito dessa análise: o perfil dos sujeitos; a relação com a família, e o atendimento institucional. A identidade étnico-racial (ou o sentido da apreensão racial para os meninos e meninas da Casa – era, inicialmente, uma questão norteadora das análises, no entanto, tendo em vista a ausência de referências a esta dimensão da realidade deles, preferimos abandonar o questionamento, que exigiria, sem dúvida, um aprofundamento e atenção especial. Em suma, sobre as categorias, a intenção era perceber de que forma se articulavam e em quais situações eram convergentes, ou não, e como o conteúdo apresentado poderia oferecer uma leitura ordenada do objeto de análise, tanto na perspectiva dos educandos, quanto na visão dos educadores e do discurso institucional. Desse modo, os dados apresentados contemplam uma visão multirreferencial sobre a realidade das Casas de Acolhimento, a partir desses diferentes olhares

Foi também importante, para efeito desta análise, a utilização dos métodos quantitativos e qualitativos, articulados de forma complementar, buscando compreender a extensão e a intensidade dos contextos descritos. Conforme Bardin (1997, p.115), precisamos que a análise qualitativa não rejeite toda e qualquer forma de quantificação.

6.1. Sobre o perfil dos sujeitos

As entrevistas foram divididas em duas edições. Na primeira foi aplicado o questionário com a intenção de conhecer os sujeitos, com base nas suas características individuais, buscando descrevê-los a partir da sua realidade, seu contexto sociocultural, a motivação para a condição de rua e de institucionalização. A segunda parte tratou das narrativas com histórias de vida e trajetórias de rua, cujos relatos dos sujeitos traduzem suas próprias experiências.

O universo pesquisado é constituído por dezoito educandos, sendo dez meninos e oito meninas, com idades entre dez e dezesseis anos. A maioria é da própria capital, Salvador, moradores das áreas e bairros mais pobres da cidade. Um pequeno número é proveniente de municípios da região metropolitana, como Candeias, Madre de Deus; outros vêm de cidades do Recôncavo Baiano, havendo casos de meninos que têm origem em outros estados. Os pesquisados formam uma população unicamente de pretos e pardos, segundo uma auto-classificação. A maioria encontra-se fora da escola e, em média, atingiram a 3ª série do ensino fundamental. Sobrevivem da realização de pequenos serviços nas ruas, algumas vezes tangenciados por atos de transgressão.

A situação de rua é conhecida pela maioria deles, experiência que se inaugura, normalmente, com as discordâncias e conflitos com membros da família dentro de casa. Por inúmeros motivos (violência, abuso, presença de padrasto, envolvimento com drogas), essas crianças e jovens abandonam sua residência para se juntarem aos grupos etários na rua. Dentre as atividades ocupacionais desenvolvidas na rua, destacam-se: limpador de pára-brisa, pedinte, engraxate, malabares, comércio de drogas, furtos, garçom, sendo estas atividades tipicamente masculinas. Apenas uma das entrevistadas ocupava-se dos mesmos serviços dos meninos, misturando-se a estes para desenvolvê-las. Entretanto, metade das meninas entrevistadas, e apenas um dos meninos não apresentaram ter experiência de rua. Os seus encaminhamentos são justificados pela orfandade ou abandono, conforme constam nos registros de antecedentes institucionais e, em outros casos, são decorrentes de ameaças devido ao envolvimento com o narcotráfico no bairro de origem.

Ainda sobre as características dos entrevistados, a religião ocupa um lugar importante em suas vidas, sobretudo aquelas de origem pentecostal e neopentecostal. O significado expressivo da “fé cristã” tão presente nos depoimentos e nas atitudes cotidianas observadas,

demonstrou o grau de influência que a mesma exerce sobre esses sujeitos. De acordo com Andrade (2009), existe um campo de disputa religiosa, tal qual um mercado diante da filiação de adeptos, favorecendo o crescimento de diferentes religiões, principalmente as de origem protestante, dando fim ao monopólio religioso. A fé religiosa constitui parte fundamental do ethos da cultura brasileira (2009, p. 107).

No universo entrevistado, uma parcela expressiva se diz adepta das religiões evangélicas (Batista, Adventista do Sétimo dia, Igreja Universal do Reino de Deus e Assembléia de Deus). Observa-se que, mesmo reconhecendo na religião um componente familiar importante para formação da identidade, ou como um lugar de pertencimento social, ainda assim a experiência religiosa não é suficientemente agregadora, no sentido de garantir a convivência familiar equilibrada entre todos os seus membros. Muitos entrevistados se declararam sem vínculo religioso, e um número menor se mostrou indiferente a essa questão. Apenas um entrevistado se colocou como adepto do Candomblé, o mesmo ocorrendo com o declarante católico.

Observa-se que a expressividade, assumida positivamente entre os entrevistados que se denominaram evangélicos, não é notada de forma perceptível quando se trata dos adeptos das demais religiões, sobretudo as de matriz africana. Embora se saiba o quanto sua prática está presente na nossa cultura, nas ritualizações presentes em nosso calendário, ainda assim, prevalece o estigma e a sua desvalorização, uma vez que é parte de um contexto mais amplo que inclui a discriminação do negro na nossa sociedade. Por outro lado, percebe-se um apelo identitário desses espaços religiosos, produzindo um resultado que, à primeira vista, parece conduzir a um crescimento da intolerância, na medida em que os grupos se fecham em suas afinidades internas e rejeitam um diálogo com a alteridade (2009, p. 107).

Para efeito de maior compreensão sobre as características dos educandos forçosamente essa análise estende-se pela composição familiar que apresenta os seguintes elementos:

Realidade socioeconômica-diante da imprecisão de dados sobre a renda familiar, optamos aqui por estimar as condições materiais; dessa forma foram considerados os seguintes indicadores: número de cômodos por moradia; número de pessoas vivendo no mesmo espaço físico; tipo de ocupação desenvolvida pelos pais ou responsáveis e o grau de escolaridade destes. Essa composição desenha assim a situação da pobreza dos meninos e meninas, pois revelou que as unidades residenciais têm de um a três cômodos, para comportar uma população de três a cinco moradores em média. Percebe-se que a falta de espaço físico e as precárias condições de habitabilidade contribuem para aumento do número de crianças e

adolescentes nas ruas, na busca de sobrevivência. A falta de privacidade e a ausência de um ambiente provedor ampliam as possibilidades do afastamento das crianças e adolescentes do espaço familiar. Entretanto deve-se reconhecer que a rua também se relaciona com o universo sociocultural das famílias pobres, viabilizando seus objetivos materiais, ampliando o espaço de sociabilidade e continuidade entre essa e a família (SARTI, 1995).

Nível de escolaridade dos pais ou responsáveis - poucos souberam prestar informações sobre essa questão. De modo geral, os entrevistados não conheciam o histórico dos seus pais, principalmente sobre o seu tempo de estudo. Os dados obtidos sobre aqueles que detinham informações revelaram um baixo índice de escolaridade, não ultrapassando a quarta série do atual ensino fundamental, para a maioria dos casos. Observa-se, no entanto, que os educandos que apresentaram maior nível de escolaridade são exatamente aqueles que souberam informar melhor sobre o histórico escolar de seus pais e, conseqüentemente, aqueles em que os pais também apresentam uma maior escolaridade. Deste modo verifica-se que quanto maior o nível de escolaridade dos pais, melhor também será o nível de escolaridade dos seus filhos.

Sobre esse aspecto, os estudos apresentados por Madeira (1993) indicam a correlação entre escolaridades de pais e filhos, ao analisar questões referentes ao nível de renda, implicados ao processo de mobilidade social. Em se tratando dos dados, ao fazer o cruzamento dessa informação com o tipo de ocupação, observa-se que, de modo geral, as atividades desenvolvidas pelos genitores são ocupações em que não se exige um grau de escolaridade elevado, a exemplo do trabalho doméstico e ambulante. Por outro lado, tem se evidenciado o crescimento do número de mulheres como principais provedoras familiares, entretanto são as que compõem os segmentos mais pobres da sociedade e também as que apresentam os menores níveis de escolaridade. Esses dados também revelam que essas famílias são as mais vulneráveis e expostas às situações de riscos, porém deve-se atentar para as armadilhas ideológicas atribuídas à idéia de família irregular (GREGORI, 2000; NEDER, 2008).

Situação profissional dos pais- Outra categoria freqüente é formada por profissionais autônomos, integrando pintor, carregador e biscateiro, representado pela figura do pai, tios e outros responsáveis. Nesse conjunto o índice de escolaridade também se mantém baixo, entretanto para os casos em que se verificou um índice um pouco mais elevado, observa-se que os mesmos estão associados as atividades ocupacionais mais especializadas, a exemplo de, vendedores de roupas e acessórios.

Por fim aparece, de forma diferenciada, a categoria de funcionário público, como um caso atípico registrado, distanciando-se dos demais pelo grau de escolaridade mais elevado, tanto em referência ao responsável quanto em relação ao educando entrevistado. A esse respeito, então, não é equívoco afirmar a relação existente entre mobilidade social e escolaridade. Sobre esta questão, Madeira (1993) ressalta: “O motivo relaciona-se com a gravíssima questão da enorme iniquidade da nossa distribuição de renda. Tudo indica que no Brasil a educação tem ainda um papel fundamental no processo de mobilidade social” (p. 72).

Composição familiar- Os resultados ainda revelaram que essas famílias apresentam diferentes formas de se organizar, o que resulta em diferentes e múltiplos arranjos familiares que buscam garantir os cuidados dos filhos, como mostram as categorias abaixo descritas:

- Rede familiar formada pela mãe e parentes maternos como tias, avós;
- Novas uniões conjugais, organizadas a partir da figura materna (mãe/padrasto/enteado/filhos);
- Novas uniões conjugais organizadas a partir da figura paterna (pai/madrasta/ filhos/ enteado);
- Outros parentes não consangüíneos.

Algumas leituras podem ser feitas a respeito desses arranjos familiares, considerando, sobretudo que sua organização tem por meio garantir o desenvolvimento físico e a proteção dos seus membros. Assim, de acordo com as categorias acima descritas, a família configura-se por uma extensa rede de parentesco, podendo ou não estar ligada por laços de consangüinidade, por vínculos afetivos, morais, de reciprocidade, como explicitado por Sarti: “O que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações” (2009, p.85).

Entretanto esses arranjos suscitam ainda outra reflexão, baseada na predominância do papel da mãe e da rede de sociabilidade, formada pelos parentes maternos feminino, na tarefa de socialização dos filhos, pois a figura do pai, pouco referido na maioria das entrevistas, tende a ocupar um lugar periférico no contexto familiar. Essa descentralização da figura masculina é discutida também por Sarti (2009, p. 66) quando analisa que as freqüentes rupturas conjugais nas famílias pobres podem ser explicadas pelo grau de expectativas não cumpridas, depositada na figura do pai enquanto provedor. O fracasso diante da tarefa de

assumir o que se convencionou chamar de papel masculino, no ambiente familiar, contribui para perda da sua autoridade perante os filhos sendo, também, uma questão que subscreve no âmbito de valores morais.

Nesse sentido, ainda sobrevive uma expectativa sobre o papel do homem como aquele responsável em prover a família materialmente, proporcionando-lhe uma estrutura material e moral para o desenvolvimento e formação dos filhos. Entretanto a instabilidade criada por fatores estruturais, frequentemente tem levado ao fracasso os projetos familiares, tornando as relações conjugais frágeis e suscetíveis ao rompimento. Sobre essa reflexão, alguns estudos empíricos têm evidenciado a situação de vulnerabilidade das famílias pobres, sobretudo como meio de compreender o lugar periférico que vem sendo ocupado pelo homem no contexto familiar, contribuindo no crescimento das famílias matrilineares, sobrepondo às mulheres o duplo papel nos cuidados e manutenção da ordem familiar.

Conseqüentemente, as categorias formadas pela união mãe / padrasto, pai/ madrasta, filhos e enteados, complementam essa discussão acima, ao revelarem a instabilidade dos casamentos, muitas vezes decorrentes de fatores estruturais, e a busca da realização do padrão conjugal, de forma a garantir a unidade doméstica (Sarti 2009, p. 77). Essa configuração, entretanto, não rompe com a prática da rede de apoio e proteção, uma vez que as novas uniões conjugais quase sempre geram conflitos entre conjugalidade e maternidade, recorrendo-se, alternativamente, à rede de parentesco como viabilização. O depoimento do educando (M), a seguir, ilustra esta questão: “Eu morava com minha avó [...], mas eu gostaria mesmo era de morar com minha mãe, mas ela escolheu ficar com o marido e não me quer.”

Contudo, independente dos arranjos que se dispõe as famílias, em seus diferentes contextos, como práticas para suprir porventura a ausência da figura paterna no ambiente familiar, a rede de sociabilidade também está associada a uma dinâmica cultural historicamente presente na sociedade. Nessa perspectiva, Neder (2008), realiza uma análise de caráter histórico e cultural sobre o papel feminino na socialização dos filhos, reconhecendo o peso do poder da figura feminina nas famílias afro-brasileiras de origem matrilinear, onde as **tias** (grifo da autora) ocupam lugar de destaque como guias espirituais, religiosas e líderes comunitárias (2008, p. 43). Esse desempenho social pode ser observado em muitas comunidades populares, a exemplo dos trabalhos de mulheres rezadeiras, parteiras, ialorixás, dentre outras cuja função tem um significado especial naquela realidade.

Ainda fazendo referência ao perfil dos entrevistados, o uso e o consumo de drogas apresentam algumas características que são particulares. Uma pesquisa, realizada pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), em 2000, revelou que o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua tem primeiramente a função de relaxar, brincar, mudar o estado emocional de tristeza e solidão, aliviar a dor emocional e, em segundo, ocupar o tempo e aliviar as dores físicas. Essa pesquisa também constatou um índice elevado de consumo de drogas, principalmente solventes e maconha e, mais recente, o consumo do crack. Seu uso também foi mencionado de forma negativa através das transgressões cometidas como furtos e outras práticas ilícitas, de forma a garantir o seu sustento.

Os estudos, de modo geral, têm revelado a complexidade que envolve as trajetórias de rua de crianças e adolescentes e a diversidade existente em relação ao uso de substâncias psicoativas, considerando que essas condições potencializam a probabilidade de seu uso. Entretanto, eles atentam para fato de que nem todas as crianças e adolescentes inscritas nesse contexto são delas usuárias.

Outro fator, de igual relevância, discute a relação existente entre “droga e adolescência”, a partir do lugar de pertencimento juvenil, assumindo-se de forma diferente da geração dos pais. O significado atribuído ao uso da droga, nesse contexto, tem o sentido de fortalecer os vínculos e a identidade social de determinado grupo ou, sob outra ótica, pode ser compreendida como uma forma de prolongar o seu tempo juvenil adiando a sua passagem para o mundo adulto, diante das perspectivas dos novos papéis sociais que deverão assumir nessa sua inserção. Contudo deve-se considerar que o uso de drogas entre um determinado segmento de adolescentes, independe da condição social na qual está inscrito. O que se torna relevante, nesse aspecto, é o lugar de pertencimento a um determinado grupo juvenil.

A esse respeito Tavares (2004), em seu estudo sobre “adolescência e toxicomania”, discute que o uso de drogas por alguns adolescentes permite o estabelecimento de laços sociais, ensejando o sujeito numa rede de pertencimento grupal, ao tempo em que este busca novos ideais, diferentes daqueles vindos dos pais, (2004, p. 3).

Nove, entre os entrevistados, disseram ser usuários de drogas, sendo a mais comum entre eles o consumo de maconha e, em pouca escala o uso do crack. Foi também revelado o uso regular do cigarro (pacaia), e da cola de sapateiro, sendo que essa última vem caindo em desuso nos últimos tempos. Os outros nove entrevistados afirmaram nunca ter feito uso de

qualquer tipo de substância psicoativa, mesmo entre aqueles que tiveram experiência de rua. Entretanto, muitos dos que se dizem usuários afirmam ter diminuído o consumo após ter sido encaminhado para as Casa de Acolhimento. Observa-se que entre as meninas o consumo é bem menor, pois apenas duas revelaram ter feito uso quando estavam nas ruas, especialmente cola de sapateiro, abandonando o uso logo após terem sido encaminhadas para Casa de Oxum.

Nesses casos, o consumo de drogas parece estar associado ao preenchimento de “alguma ocupação”, o que significa dizer que as atividades pedagógicas desenvolvidas, nos espaços de acolhimento, surtem um efeito positivo ao permitir ocupar esse lugar.

Observa-se também que o grupo que se diz usuário se diferencia entre si pelo tipo de relação que mantêm com as mesmas. É comum nem todos apresentarem uma experiência de rua. Dessa forma, nota-se que a diferenciação entre os perfis se compõe por: segmentos de consumidores em potencial, como aqueles que geralmente trazem uma trajetória de rua; aqueles que, além de usuários, estão também a serviço da sua comercialização, geralmente representado por adolescentes que transitam em seus espaços comunitários. Contudo os registros apresentados pelas instituições encaminhadoras têm revelado certa convergência entre a vida de rua e o uso de substâncias psicoativas, como integrantes nas trajetórias de vida de crianças e adolescentes.

Foi observado, durante o trabalho de campo, como as atividades educativas vêm priorizando essa temática, sobretudo, diante das transgressões tão recorrentes no interior das unidades de acolhimento. A frequência do uso de substâncias psicoativas promoveu ações voltadas para um atendimento mais especializado entre aqueles que, circunstancialmente, tornaram-se dependentes químicos, realizando oficinas educativas e atendimento individualizado. Por meio das “escutas qualitativas”, viabiliza-se o tratamento terapêutico com parcerias como (CETAD) e outras instituições de atendimento, a exemplo da organização Viva a Vida, para onde eram encaminhados os casos em que a situação requer o afastamento do seu ambiente cultural.

6.1.1. Um contexto diverso

Os resultados demonstraram que as crianças e adolescentes que se encontram acolhidos nas unidades da FCM, encaminhados como medida de proteção, apresentam demandas diferenciadas, requerendo atendimento específico, na medida em que cada caso é

um caso. Neste particular reside uma das dificuldades nos encaminhamentos realizados pelos abrigos, qual seja o de encontrar formas de atendimento que respondam a essas especificidades, considerando que o contexto não promove oportunidades educativas, limitando o desenvolvimento bio-pisico-social do educando.

A inexistência de outras unidades educativas de atendimento, na rede do município, que se disponham a receber crianças e adolescentes com histórico de rua e usuários de drogas, faz com que as Casas de Acolhimento D. Timóteo e Oxum se constituam como único espaço disponível para onde são levadas crianças e adolescentes que estão expostas ao risco, sob diversas circunstâncias, o que dificulta um atendimento pedagógico mais adequado, na medida em que uma rede mais ampliada tenha possibilidade de contemplar as diferentes demandas. Embora exista uma pequena rede de organizações da sociedade civil, que recebem recursos de governo federal, estadual e municipal, sob a forma de co-financiamento, estas instituições não atuam com este perfil de crianças e adolescentes. Isto aponta para a necessidade de ampliação da rede, para que se possa ofertar serviços de melhor qualidade. O que se defende é o esforço no sentido de não desqualificar as diferenças, e sim manter uma estrutura capaz de viabilizar a atenção devida à individualidade, o que significa dispor de unidades de atendimento que respondam ao nível de necessidade apresentada, de forma que a instituição não venha a se tornar também uma instância violadora de direitos.

A fala da educadora A.C. ilustra essa situação:

Tem uma questão, por exemplo: de meninos que o perfil não é pra aqui, como é o caso de (F), que deveria está numa instituição apropriada para atender as suas necessidades cognitivas. Isso sim que é uma violação de direitos, uma violência institucional.

O educando acima referido apresenta distúrbio mental sem nenhum acompanhamento profissional, o que, para os educadores, causa sérios transtornos ao atendimento, diante da incapacidade da equipe de fazer acontecer o atendimento na área de saúde, por falta de resposta deste serviço. O que dificulta o atendimento de qualidade é a falta do serviço demandado, associado ao acompanhamento adequado as suas necessidades.

Em outro depoimento de educador, observa-se a preocupação com a qualidade do atendimento a crianças e adolescentes com limitações de saúde:

O atendimento é precário, os educadores na sua maioria têm formação superior, mas nenhum deles é técnico de saúde. Dessa forma quando a Casa abriga criança ou adolescente com um dos diagnósticos em questão (soropositivo), o atendimento é feito empiricamente, com dificuldade e insegurança, o que coloca em risco a vida do educando.

Percebe-se que os projetos voltados para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, não estão sendo colocados em prática, como adverte o ECA, devido à falta de prioridade para atendimento destas demandas. Apesar dos avanços em tecnologia educacional apresentados pela instituição, ainda existem muitas limitações quanto à disponibilização dos recursos em quantidade e qualidade suficientes, inclusive de equipe multidisciplinar que possa responder dentre outras, às necessidades em questão.

6.1.2. Envolvimento com o tráfico de drogas

Tem sido crescente o número de encaminhamentos de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas que chega às Casas de Acolhimento, respaldados pela medida de proteção, devido à ameaça de morte. O mais impressionante é vê-los envolvidos de forma cada vez mais precoce nessas atividades. Entretanto é importante perceber que esse recrutamento faz parte de um sistema mais amplo que envolve redes nacionais e internacionais do narcotráfico, sendo a juventude pobre da periferia usada como peça menor na engrenagem desse sistema, entretanto estratégica e importante do ponto de vista do pequeno comércio varejista.

Nessa pesquisa foram identificados dois casos que, embora apresentem conteúdos diferentes em relação à forma de envolvimento, expressam o significado alternativo que muitos jovens encontram nas práticas ilícitas, como meio para resolverem suas condições de existência. A fala do educando (A) de treze anos, registra o grau de envolvimento com o mundo das drogas:

Quando eu fiz onze anos, comecei a saber o que é certo e errado. Baixa da Égua [Santo Amaro] é um bairro que é muito violento, são muitos ponto de drogas. Eu parti para conviver ali dentro, eu cresci ali dentro [...]. Eu vinha me envolvendo com o tráfico de drogas, roubo e até mesmo tentativa de homicídio.

Segundo Abramovay (1999), vários fatores têm contribuído para formar uma juventude cada vez mais violenta. Um deles diz respeito ao que ela considera como a “crise no futuro” diante da formação de um mercado cada vez mais competitivo e exigente quanto à qualidade e padrões de competências. Segundo a autora:

A aceleração do desenvolvimento tecnológico, juntamente com outros fatores, estaria gerando uma capacidade cada vez menor de absorver produtivamente os novos [e até antigos] contingentes humanos. Isso gera um acúmulo de excedentes populacionais especialmente entre os jovens, que nem nas melhores condições do ciclo econômico, têm chances de inserir-se produtivamente no mercado (2004, p. 13-14).

Contudo cumpre dizer que, embora saiba que essas atividades envolvem diferentes classes, sociais, poucos estudos têm referenciado o nível de comprometimento das classes de maior poder aquisitivo, abordando os aspectos da criação de redes como meios de institucionalização do comércio, (FRAGA, 2003). O grande foco de atenção temática sobre essas atividades recai sobre as populações pobres que, independentemente, do seu comprometimento com ações criminais são as que mais tem sido penalizadas. A esse respeito, é importante considerar que a falta de perspectiva do jovem das camadas pobres não deve ser levado como uma regra absoluta que os direcionam ao narcotráfico, sob pena de cometermos erros históricos de generalizar a associação entre pobreza e criminalidade.

De forma diferente, a experiência da entrevistada (P) revela de modo particular o envolvimento da adolescente com o tráfico: “O meu envolvimento no tráfico é porque sou namorada de um traficante”.

Aqui uma das questões principais pode estar associada ao fato do prestígio e poder que o traficante conquista nas redondezas do bairro, principalmente se associado a esse prestígio existe o seu reconhecimento na área como o “guardião” que dá cobertura para aqueles que se

sentem ameaçados, estendendo esse apoio à própria comunidade. Para as meninas, ser namorada, ou vir a ser esposa de alguém com esse poder, significa também ter status e prestígio, sendo um meio de garantir sua emancipação social, ainda que enclausurado por padrões ilícitos.

Por outro lado, quando este traficante sucumbe frente a seus adversários, esta menina, na condição de namorada ou companheira, vê-se em total vulnerabilidade, passando a ser o alvo dos grupos rivais. Esta é uma das causas de morte de adolescentes do sexo feminino.

6.2. A relação com a família

Embora sejam mantidos os vínculos familiares, a pesquisa revelou, através das falas dos entrevistados, a fragilidade das relações onde a afetividade é pouca, ou quase nunca referida. Ao contar sobre suas vidas cotidianas, retratam cenas de destrato e incompreensão. Poucos entrevistados afirmam ser tratados bem pelos seus familiares; de modo geral, referem-se a uma relação pouco afetiva e sem atenção e cuidados necessários. Entretanto reconhecem que os pais ou responsáveis não dispõem de condições materiais para garantir o seu bem estar e, nesse sentido, eles têm que “se virar” (GREGORI, 2000), consumindo a maior parte do tempo em busca de alternativas de sobrevivência. A esse respeito, Sarti nos fala:

*Viração*⁵ é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. Os meninos de rua se viram, o que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes ou ladrões ou prostitutas ou “biscateiros” ou, ainda, se comportarem como menores carentes (GREGORI, 2000, p. 31).

Em outras situações, a saída de casa é também motivada pelo desejo de se sentirem valorizados e desejados pelos familiares, sentimento que, para o adolescente, manifesta-se quando da mobilização dos pais ou responsáveis para o seu retorno ao lar, ou através das visitas destes à instituição. Entretanto nos casos em que não são procurados, percebe-se um sentimento de frustração e revolta, razão pelas quais alguns explicam as atitudes de transgressões.

⁵ Em Salvador o termo mais empregado em lugar de *viração* é “fazer dinheiro”.

Assim percebe-se na fala de M., o sentimento de rejeição em decorrência do abandono da mãe, e indiferença dos outros familiares.

Minha vida é muito ruim lá na minha casa, meu pai me batia [...] ai eu fui morar com minha avó. Perdi minha avó fui morar com meu avô, depois fui para casa do meu pai, depois fui para o abrigo, fugir, fui para casa, ai depois não adiantou fugir de novo, vim pra cá [...] Minha mãe me rejeitou, não sei para onde ela foi ela sumiu.

Esse desabafo reflete uma situação de conflito, relacionada ao desamparo familiar e, conseqüentemente, a fragilidade do sentimento de pertencimento, e onde a vida na rua se constitui como uma alternativa viável, por onde se pode obter algumas conquistas. Como diz Sarti (1995), a rua, com seus atrativos de aventura, torna-se um lugar desejável e pode representar, para o menino, a possibilidade de acesso aos benefícios que a cidade oferece.

Em outras palavras, os entrevistados revelam cuidados e preocupação por parte da mãe, diante dos perigos relacionados ao possível envolvimento dos filhos com o narcotráfico e a violência no bairro. Assim muitas procuram os Conselhos Tutelares com o objetivo de distanciar seus filhos dessa convivência, encaminhando para as Casas de Acolhimento, garantindo assim sua proteção. A fala do entrevistado (J) de doze anos ressalta essa situação: “Eu vim pra cá porque lá onde eu moro, em Cajazeiras VIII, estava morrendo muitas pessoas, por isso minha mãe me trouxe pra cá, para não acontecer nada comigo”.

De forma geral, as referências que os mesmos fazem sobre suas famílias são positivas; ainda que tenham situações conflituosas com as mesmas, consideram a sua importância na formação; entretanto ao expressar o seu significado, consideram um formato idealizado, distanciado do que se apresenta como realidade. Para alguns, o retorno à convivência junto à família biológica é mais difícil de ser retomada, devido às circunstâncias em que foi gerado seu processo de afastamento. Para outros, esse convívio é possível, com a inserção da família em projetos de assistência que promovam melhorias nas condições materiais do contexto familiar. Este insumo, aliado à realização de um sistemático trabalho de acompanhamento da familiar, poderá trazer resultados positivos na reintegração familiar e comunitária.

6.2.1. A motivação para a rua

Há uma imprecisão em definir qual o motivo exato que leva muitos meninos e meninas a buscarem formas alternativas de vida nas ruas das grandes cidades, afastando-se aos poucos dos seus convívios familiares. Existe uma sobreposição de fatores, que não são determinantes isoladamente, entretanto, em seu conjunto, interferem na dinâmica familiar, tornando a convivência quase sempre insustentável. Nesse sentido é importante considerar as características e circunstâncias sociais e históricas vivenciadas por esse segmento. A esse respeito, Sarti discute:

Existe uma evidente e estreita relação entre criança "na rua" e pobreza, mas não se pode reduzir, de maneira simplista, uma coisa à outra, sob pena de ver apenas como resultado de privação material processos culturais e psicossociais mais complexos [7]. Por outro lado, não se pode ignorar que os problemas das crianças são agravados de maneira decisiva pela miséria (SARTI, 1995, p. 15).

Olhando os relatos dos entrevistados, constata-se que a violência familiar é um dos principais motivos de afastamento dos seus lares, caracterizada como violência física, maus tratos, ameaça de morte descuido e falta de assistência. Segue-se a esta, a condição de extrema pobreza que se traduz na ausência cotidiana de tudo, sobretudo do alimento que é algo concreto, imediato e inadiável. Outro fator que aparece com frequência é o descuido dos pais ou responsáveis, diagnosticado na falta de cuidados com as crianças, não só do ponto de vista físico, mas também afetivo, resultando em atos de negligência que avançam para um estado de abandono absoluto. Ainda considerando as situações em que decorrem os abrigamentos, estão os casos relacionados ao uso de substâncias psicoativas e ao envolvimento com o narcotráfico, delitos e contravenções, como já foi mencionado anteriormente. Em menor proporção aparecem os motivos relacionados à orfandade, abandono, problemas de doença mental dos pais, dentre outros.

As categorias de análise, formadas a partir dos motivos diagnosticados, foram organizadas tendo por referência os relatórios enviados pelos órgãos encaminhadores, como Ministério público e Conselhos Tutelares, complementados a partir das entrevistas. Nesse sentido, observa-se que, juridicamente, uma parcela dos entrevistados está cumprindo medida

sócio-educativa, determinada pelo Juizado da Infância e Juventude, em função do envolvimento em situações delituosas. Os demais motivos requerem medida de proteção, devido à orfandade, abandono ou negligência dos pais.

A fala da diretora da Casa de Acolhimento ilustra o aspecto jurídico que envolve as crianças e adolescentes acolhidas:

Parte do público encaminhado se encontra cumprindo Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida, respondendo por furtos, tentativas de homicídios, estupro, etc. Por outro lado existe um grupo de crianças e adolescentes que são acolhidos por negligência dos pais, por abandono, e que estão aqui por medida de proteção. Em alguns casos a situação da criança e do adolescente está fora do que estabelece o ECA, não se caracterizando como uma situação para abrigo.

Em casos excepcionais, as Casas de Acolhimento são obrigadas a receber crianças e adolescentes encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, sem um concreto motivo para o abrigo, apenas por se encontrarem perambulando nas ruas, contrariando o princípio da excepcionalidade da medida estabelecida no Art. 101, inciso VIII, § único, o que leva a instituição a contrair problemas de outra ordem, pois, ao invés de educá-los para convivência comunitária, termina reforçando a cultura da institucionalização, como enfatiza a educadora.

[...] eu acho que têm meninos, que não necessariamente deveriam estar aqui...; têm meninos que o Conselho Tutelar traz por que encontrou na rua e, ao invés de levar para família, traz para aqui. Na verdade, aqui tudo pode mais do que em casa, e aí é mais gostoso para o menino. O “Sim” é muito mais fácil de dá, do que o “Não”, então a gente fica indignada por que a gente não está garantindo o direito da criança que primeiro é a família, depois é o Estado. Então, tem que esgotar todas as possibilidades pra depois vir o Estado, e nos somos Estado nesse momento.

Outros motivos categorizados – orfandade, abandono pela mãe, descuido dos pais ou responsáveis – aparecem nas entrevistas com menor relevância, e se incluem no âmbito geral das políticas públicas de assistência à família, preconizado pelo ECA. Contudo vale ressaltar que, tanto esses, como os demais casos, em que a faixa etária é composta de oito a quatorze anos, as crianças e adolescentes são acompanhados pelos técnicos do Projeto Cidadania Solidária, unidade da Fundação Cidade Mãe onde se desenvolve o trabalho de atendimento

durante o horário diurno, o que inclui o acompanhamento familiar, as possibilidades de retorno à família e à comunidade, ou para as tentativas de inserção nas redes de apoio: família extensa ou colocação em família substituta.

Entretanto o acesso às famílias sempre foi um desafio uma vez que, na maior parte dos casos, a autonomia exercida pelos sujeitos já atribui um lugar de independência, tanto do ponto de vista do educando, quanto das próprias famílias. De acordo com o relatório das Casas de Acolhimento e Espaço Cidadania Solidária da FCM (2006), é possível observar esse aspecto pelo fragmento abaixo:

Um dos aspectos dificultadores é o acesso à família de origem do educando que se encontra em situação de rua há muito tempo. Esta família, quando localizada, apresenta uma resistência em vir até o Espaço Cidadania Solidária para um acompanhamento terapêutico. O vínculo familiar há muito tempo “partido” e adultização precoce do educando, dão à família e ao educando, a idéia de sobrevivência, sem necessariamente encontrarem-se inseridos no núcleo familiar (2006, p. 5).

6.2.2. A violência familiar

Existe o consenso de que a família é o espaço primário de socialização do indivíduo, cabendo-lhe a função protetiva e de segurança, compreendido como o lócus privilegiado onde se dão as relações de trocas necessárias ao desenvolvimento do sujeito. Entretanto, ao se pensar a complexidade das famílias, sobretudo das famílias pobres, não se deve levar em conta apenas a sua dimensão enquanto núcleo conjugal (SARTI, 2009), mas compreendê-la como uma rede vinculada às relações de parentesco, estendendo-se, na maioria das vezes, aos espaços de vizinhança.

De uma forma diversa, ou até mesmo ambígua, a família também é representada como espaço de violação de direitos individuais das crianças e adolescentes. Alguns autores, especialistas, têm chamado atenção para a complexidade dessa temática ao discutir, por exemplo, como os pais ou responsáveis têm licença para bater nos filhos, além de, sutilmente, serem autorizados a violar os seus direitos (ABTH, 2003, p. 14). Por outro lado deve-se levar em conta que a violência intrafamiliar e violência doméstica são geradas, “justamente”, pelas pessoas com as quais se presume ter maior confiança, sendo, portanto necessário se deter com

mais profundidade sobre sua origem, desconstruindo a cultura do silêncio, que serve como sustentação. De acordo com Azevedo e Guerra (1998):

A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato de omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado uma transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (1998, p. 32-33).

Entre a maioria dos entrevistados, a composição familiar é formada pela conjugalidade mãe e padrasto, com filhos de outros cônjuges, vivendo de forma muitas vezes conflituosa. Nos relatos dos interlocutores, a figura do padrasto é quase sempre referida como uma presença que tensiona as relações no meio familiar, criando rivalidades, o que favorece ao afastamento de meninos e meninas de seus lares e, conseqüentemente, sua aproximação com a rua.

Na maior parte dos casos, observa-se que esse conflito favorece a descontinuidade da unidade familiar, visto que a família não é um fim em si mesmo, e sim, os meios através dos quais são oferecidas condições de desenvolvimento dos seus membros (BECKER, 2008, p. 61).

De outro ângulo, esse conflito perpassa pelas relações de poder existentes no âmbito familiar, representadas pela hierarquização entre pais e filhos, fortalecida pelo senso comum sob a idéia de que as crianças e adolescentes são propriedades dos seus pais ou responsáveis (ABTH, 2003), tendo assim que submeter-se a sua autoridade, mesmo que esta apresente alguns equívocos na forma de conduzir o processo educativo dos filhos. Desvencilhar-se desse poder significa ter um movimento de autonomia, na busca de outros meios de sobrevivência, o que justifica, em parte, a grande mobilidade entre o espaço da rua, das instituições e de casa.

Embora se atribua, com certa freqüência, que a violência doméstica seja um fator recorrente das camadas mais pobres, é importante destacar que esse fenômeno atinge a todas as classes sociais. A diferença consiste em que os mais pobres têm sua vida familiar publicizada, e submetida aos dramas e tragédias do poder midiático, enquanto que as camadas

mais abastadas possuem os mecanismos intelectuais capazes de camuflar o problema, ou reverter os fatos a seu favor (ABTH, 2003).

Em famílias mais pobres, observa-se que ainda é comum a prática da violência doméstica ser confundida como prática de proteção e educação, principalmente para aquelas que se encontram desamparadas socialmente, onde a violência se reveste como meio punitivo de impor limites aos comportamentos dos filhos considerados desviantes. Consensualmente essa prática é vista como uma atitude comum e aceitável, pois no fundo sua intenção visa o bem da própria criança ou adolescente, demonstrando ser, nesse sentido, uma atitude de proteção. Numa pesquisa desenvolvida num bairro popular da cidade de Belo Horizonte, a antropóloga Maria Cristina Gouvea (1993) observou que a prática do castigo e da punição física pública tinha um caráter de demonstração das tentativas de manutenção da autoridade e controle da mãe, que surrava seus filhos muitas vezes na porta de casa ou na esquina visando demonstrar à vizinhança que ela tentava impor os limites. O bairro, por sua vez, reconhecia ser essa uma forma legítima de educação, afinal “é melhor ser espancado pela mãe do que ser espancado pela polícia”, máxima popular muito conhecida.

Além dessa compreensão equivocada que igual castigo físico à educação, na violência doméstica há um outro fator agravante: o silêncio diante dos receios quanto à inviolabilidade dos espaços familiares, sobretudo nas famílias de maior poder aquisitivo, configurando-se em atos de omissão e permissividade. De acordo com a Associação Terra dos Homens (2003), essa prática é comum e encontra-se presente nas diferentes classes sociais. Assim o texto nos fala:

[...] Falta também uma reflexão voltada para as práticas de educação familiar, principalmente no que se refere às punições corporais dos filhos. Observa-se que os pais ou responsáveis têm licença para bater nos filhos, além de sutilmente serem autorizados a violar os direitos das crianças e dos adolescentes em casa, na rua, na escola etc. (ABTH, 2003, Violência intra-familiar, p.14).

Os dados das entrevistas revelaram que a situação de pobreza é um fator que favorece a ocorrência de episódios de violência e maus tratos, sendo esta situação motivadora para as trajetórias de rua. Entretanto, nos depoimentos dos sujeitos entrevistados, não se registra como sendo o principal motivo de afastamento dos seus lares, até por que, considerar que a pobreza é fator principal que demanda esta realidade, significa homogeneizá-la,

desconsiderando a existência de outras modalidades de famílias pobres que, de uma forma ou de outra, vem encontrando meios de cumprir com seu papel de provedora. Essa discussão é apresentada por Becker quando diz:

A realidade demonstra e as normativas, nacional e internacional, reconhecem que há casos em que crianças ou adolescentes são privados da convivência com seus pais biológicos, por razões que, embora possam acompanhar situações de pobreza, não estão com essas diretamente relacionadas, ou mesmo independem da falta ou carência de recursos materiais (BECKER, 2008, p.64).

Dessa forma o trabalho empírico revelou como principal motivo do abrigamento das crianças e adolescentes a violência doméstica. Essa situação é sempre potencializada em razão de uma nova organização conjugal deflagrada, pelo lugar da pessoa do padrasto ou madrasta na família, reordenando as formas de relação de poder, nesse ambiente. Sarti ilustra esse fato quando diz:

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade (1995, p. 7).

Na fala de um educando, menino, doze anos, esse conflito fica evidenciado:

Quando morava apenas com minha mãe e irmãos, a minha vida era boa. Ficou ruim quando chegou meu padrasto. Ele costumava bater em minha mãe quando bebia. Eu sempre me envolvia nas brigas até ser ameaçado por ele.

O depoimento denuncia a fragilidade das relações familiares e expõe a figura da mãe, diante da omissão, talvez em decorrência do pouco poder aquisitivo da mesma e de compreensão das alternativas de apoio para esse caso específico, tendo que se submeter ao poder do novo cônjuge – situação mais comum quando há filhos que descendem dessa

relação. O adolescente, portanto, se vê no lugar do indesejado, tendo que se “virar” por si mesmo, o que muitas vezes favorece o seu acesso a outros meios de convivência, próximos das práticas ilícitas, normalmente, acessadas no convívio com círculos etários no bairro.

De outro modo, na fala do educando, menino, treze anos, a ação do padrasto revela o contexto em que a violência doméstica é praticada, em nome de uma ordem moral que precisa ser preservada, o que leva o educando a reconhecer que sua condição, no meio familiar, é incompatível com os padrões de convivência. Nesse caso a ausência da figura paterna reforça o lugar do padrasto na família, dando ênfase ao poder da autoridade masculina. Percebe-se que esse poder de coerção é em decorrência dos seus padrões morais que, em última instância, buscou formas, mesmo por via da violência, de enquadrar esse adolescente aos padrões do que a sociedade convencionou como normalidade. “Tinha uma vida normal, até o dia que meu padrasto quis meter o facão em mim, porque descobriu que eu estava aprontando demais na rua, fazendo “coisa” errada, roubando, e usando droga”.

Ainda em outro depoimento, o educando (T) mostra a preferência pela vida de rua em decorrência da presença do padrasto. “Só me sinto bem quando estou com minha mãe. Não me dou bem com o meu padrasto, por isso eu prefiro ficar na rua”

Apesar de não ficar explícito o motivo da incompatibilidade na fala do entrevistado, percebe-se que o mesmo se sente invadido com a presença do padrasto, talvez por conta do imaginário do lugar do pai no espaço familiar. O padrasto representa, portanto, uma ameaça a esse espaço. Em vista disso, a dificuldade de retorno desse adolescente, para o convívio familiar, torna-se cada vez mais difícil, o que na prática tem levado muitos meninos a buscarem outros meios de sobrevivência de forma autônoma.

Essa mesma temática tem outro significado, quando se trata da realidade das meninas. Nas entrevistas com as educandas da Casa de Oxum, os contextos de violência estão associados, frequentemente, ao abuso sexual por parte do padrasto ou até mesmo do pai. De acordo como LACRI (Laboratório de Estudos da Criança) a violência sexual doméstica pode ser definida como:

Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. Ressalte-se que, em ocorrências desse tipo, a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. A intenção do processo de Violência Sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem raízes no padrão adultocêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade... a Violência Sexual Doméstica é uma forma de erosão da infância (2007, s/p).

Uma pesquisa realizada em São Paulo por Saffioti (1997) revelou que, dentre os parentes envolvidos em abuso sexual intrafamiliar, o grande vilão é o pai, seguido do padrasto, sendo constatado que 71,5% dos agressores eram pais biológicos e 11,1%, padrastos. Portanto, pai e padrasto foram responsáveis por 82,6% do total de abusos sexuais (Saffioti, 1997, p. 183). Na fala da entrevistada F. observa-se .

Eu fui pra rua por causa do meu padrasto. Minha mãe deixava meu padrasto me bater. Ele tentou me abusar, pois minha mãe saía para trabalhar e deixava eu e meus irmãos com minha avó. Ela não aquentava tomar conta da gente. Quando eu contei pra mãe, ela não acreditou.

O desabafo de F. exemplifica a situação de várias outras meninas que chegam na Casa de Acolhimento com histórico de abuso sexual, praticado por pessoas da família. Na sua fala percebe-se o sentimento de desamparo da família e a desconfiança da sua mãe que, embora não acreditasse na sua queixa, ressentia-se pela traição do marido (ARAÚJO, 2002, p. 5). Neste exemplo, como em outros analisados, negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal.

Portanto, o problema da violência sexual intrafamiliar, vivenciado por adolescentes, é um problema complexo que inspira cuidados na condução da abordagem e no enfrentamento, de forma a não aumentar os traumas vivenciados por essas meninas. Deve-se considerar que se trata de um fenômeno que apresenta dificuldades na sua condução, pelo fato de envolver a criança ou adolescente, sua família. As poucas condições objetivas de comprovação da denúncia, com o conseqüente afastamento do abusador se mostram fugazes, tendo em vista a

desarticulação das instâncias /instituições legalmente imbuídas do dever de investigar e punir os agressores, preservando a vítima.

O que tem se verificado, na prática, é a penalização da vítima, parte mais fraca nesta relação, normalmente com o seu afastamento da convivência familiar e comunitária. (ARAÚJO, 2002). Em outro depoimento, uma educanda expõe a situação de violência doméstica praticada na pessoa do próprio pai: “Meu pai quer me matar, porque eu denunciei ele a polícia, pelos maus tratos. Ele me espancou e me estuprou, ai eu fugi e ele queimou os meus documentos”.

Diferente do relato anterior, o pai é o mentor intelectual dessa violência. Diante dessa hostilidade, esse relato não só envolve o pátrio poder, como demonstra as desigualdades de gênero e de geração. Nesse contexto, quando o autor do abuso sexual contra a criança é o pai biológico configura-se uma situação incestuosa. De acordo com Romero:

[...] ao abusar de seu filho e impor seu desejo, o pai transgride a lei cultural que proíbe o incesto, traindo a confiança da criança. Nos casos onde ocorre esse estado de coisas, os pais utilizam-se do poder derivado de seu papel paterno para dominar e explorar a vulnerabilidade e imaturidade infantil. Muitas vezes, utilizam requintes de sedução, chantagem e ameaças para atingir seus objetivos patológicos (2007, p.30).

Geralmente nos casos de abuso sexual intrafamiliar, comprovados juridicamente, é aplicada como medida a suspensão ou perda do poder familiar, em observância ao que consta nos artigos 22 e 24 de ECA. Esse caso foi encaminhado, juntamente com um parecer do Ministério Público, como medida de proteção da adolescente, para as Casas de Acolhimento, enquanto se aguardava o andamento do processo com o parecer sobre as condições para o retorno à família biológica ou a possibilidade de família substituta, se for o caso.

A criança e adolescente oriundas destas situações demandam um acompanhamento psicossocial. Inicialmente esta atenção era proporcionada pelo trabalho de parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA, organização da sociedade civil. Nesta organização recebiam um atendimento individualizado, colaborando para sua reestruturação psíquica e emocional. Entretanto a parceria foi se fragilizando ao longo do tempo, ficando a atenção psicossocial sob a responsabilidade da FCM, através de sua equipe técnica. Esta ação ocorre de forma insatisfatória, não tendo a instituição conseguido se

estruturar para responder a contento. Esses casos requerem a colocação em família substituta, constituindo-se como uma das etapas do programa a ser implantado, enquanto política de atendimento. De forma alternativa vem se buscando atender através das redes de parentesco.

6.3 O atendimento institucional e sua contra face

Mesmo com todas as considerações levantadas a respeito da institucionalização de crianças e adolescentes, essa forma de atendimento continua sendo uma medida bastante comum para a maioria dos casos em que se constata a violação de direitos, recorrendo-se a esta prática como medida protetiva. Entretanto, quando não se observa seu caráter de provisoriedade e excepcionalidade, ela também termina sendo uma ação que incorre na violação de direitos por não garantir a convivência familiar e comunitária. Esse fato tem ocorrido freqüentemente nas casas de acolhimento, tendo em vista a dificuldade estrutural para os encaminhamentos de retorno à família dos meninos e meninas abrigados.

Segundo os educadores, o acompanhamento familiar, assim como as demais questões que envolvem o trabalho pedagógico, compõem a metodologia de intervenção, demandando ações específicas, dentro da proposta que leva em conta o contexto sociocultural de origem dos educandos, voltadas para a sua reinserção familiar e comunitária.. Nesse sentido o Projeto Axé foi um forte aliado, ao dispor de uma reflexão conjunta, acerca dos princípios teóricos e metodológicos que deram fundamento à proposta pedagógica institucional. A fala do educador relata a respeito dessa construção:

Ainda no início das Casas de Acolhimento, não existia um trabalho junto à família, de forma sistematizada. Como existia a parceria com o Projeto Axé, os meninos que eram comuns às duas instituições eram por ele acompanhados, tanto nas questões relacionadas à família quanto no atendimento médico. Em relação aos demais, não se tinha nenhuma referência familiar, tampouco eram procurados pelos seus responsáveis. Não havia uma estrutura de assistência que atendesse essa demanda, uma vez que as Casas de Acolhimento funcionavam apenas no horário noturno. Com a implantação do Projeto Cidadania Solidária da FCM no ano 2000, para atendimento diurno, o trabalho de acompanhamento familiar ganhou visibilidade no âmbito das políticas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, prestando atendimento mais próximo às famílias dos educandos que se encontravam abrigados. Contudo ainda são pontuais os resultados de retorno dos meninos (as) de forma definitiva para os seus lares, pois com o tempo observa-se que alguns deles tornam a migrar novamente para as ruas.

Talvez isto se dê em função de um conjunto de fatores, sobretudo ausência de ações que fortaleçam a família de origem, não só no sentido do suporte material, no tocante a programas de melhoria de renda e condições habitacionais, aliados a um trabalho de orientação psicossocial, voltado para estimular a reflexão e desenvolvimento de uma melhor compreensão em torno do papel da família. Em outras dimensões nota-se a ausência de uma estrutura organizacional que contemple ao perfil dos educandos como trata o relata abaixo:

Os equipamentos não são adequados com as características dos educandos, falta qualidades, os mobiliários não são atraentes nem aconchegantes já que se trata de um espaço que recebe crianças de 8 anos de idade, ou seja na infância; não facilita execução das atividades rotineiras, além de dificultar o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

6.3.1 A Trajetória escolar: a rua e a escola

Em uma reportagem com o educador Miguel Arroyo, organizado pela Revista eletrônica Pró menino em julho de 2009 sobre o ECA, foi surpreendente a pergunta de uma professora do ensino fundamental de uma escola da rede pública que se via diante do dilema de evasão escolar por um dos alunos da sua classe. Na entrevista com o educador, foi possível perceber os desafios presentes no cotidiano escolar e os possíveis caminhos propostos ao sistema educacional, de forma a adequar-se aos regulamentos do ECA, como ilustra o fragmento no diálogo, abaixo:

Professora:

Sou professora e tenho um aluno que deixou de freqüentar as aulas. Informei a diretora do problema e sugeri que pedíssemos ajuda ao Conselho Tutelar. Ela disse que isso não é problema nosso e que já temos trabalho demais pra ficar catando aluno que não quer estudar. Sei que essa postura é um absurdo, mas não sei se devo passar por cima da hierarquia. O que o senhor me aconselha?

Miguel Arroyo:

Quando se trata de garantir direitos humanos, nesse caso dos educandos, temos obrigação e dever ético de passar por cima da hierarquia. Lembro de um filme muito interessante "Nem um a menos", aconselho que vejam esse filme. A professora nova recebeu do professor essa encomenda: nenhum aluno a menos. E acontece no filme a mesma coisa que você colocou na pergunta. O que ela faz? Sai à procura desse aluno. Para entender por que ele deixou de freqüentar as aulas. E descobre os problemas familiares, que essa criança não tem garantidos seus direitos humanos de criança. Aí se envolve com a garantia desses direitos para que a criança tenha garantido seu direito à escola. Essa me parece a postura correta e essa é uma obrigação sim senhora da escola e de qualquer gestor que tenha um mínimo de ética.

O texto acima reflete uma situação que é similar à realidade, tratada na presente pesquisa, refletindo o abandono escolar comum entre os sujeitos deste estudo. Pelo diálogo acima citado, é possível perceber as múltiplas faces que compõem o universo escolar e a dinâmica das relações entre os atores sociais, considerando que essa realidade se constitui de diferentes significados. De acordo com Dayrell (1996):

Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição (1996, p. 1).

O fato de se ter crianças e adolescentes fora dos espaços formais de socialização, exercendo atividades consideradas legalmente inapropriadas ao seu desenvolvimento, têm suscitado diferentes indagações: existe um consenso social em diagnosticá-lo, caracterizando-o como descuido e negligência das famílias, estigmatizando-as como incapazes de dar

continência a seus filhos, mesmo porque essas razões, segundo essa visão, estão sempre associadas a fatores extremos de pobreza (SARTI, 1995).

É também comum que essa responsabilidade recaia sobre o próprio sistema educacional, diante do modelo conservador e autoritário que desconhece o universo cultural dos seus alunos. Em outra visão, o peso desse fracasso é inteiramente de responsabilidade do próprio aluno perante o seu desinteresse pelos conteúdos apresentados e pela inaptidão às exigências escolares.

Segundo Dayrel (2007), a crise que se apresenta no universo escolar não se reduz à responsabilidade de um ou de outros atores sociais envolvidos nessa realidade, mas pode ser compreendida a partir da hipótese de que as tensões no âmbito dessas relações são expressões de mutações profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações, interferindo na produção social dos indivíduos, nos seus tempos e espaços (2007, p.1106).

Considera-se, entretanto que alguns esforços têm sido empregados no sentido da reintegração dessa população, contudo ainda são empreendidos de forma conservadora, aderindo a uma prática assistencialista, embora, do ponto de vista ideológico, tenham ocorrido avanços, considerando o reconhecimento desse público como sujeito de direito, de acordo com o que é preconizado pelo ECA nos artigos 53º e 54º.

Instituído esse reconhecimento, é dever do poder público criar os meios necessários para assegurar o direito à igualdade e às condições de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, o que significa repensar sobre os seus valores e padrões de atendimento, incluindo uma proposta política pedagógica que atenda a dinâmica e os contextos sociais daqueles que se apresentam nessas condições.

Também é recorrente, no âmbito dessa temática, a discussão existente entre o fracasso escolar e o trabalho infantil. Tem sido cada vez maior o número de crianças e adolescentes trabalhadoras que se tornam inconciliáveis com a frequência escolar. Seu trabalho muitas vezes é utilizado como único meio de garantir o sustento da família. Nessa condição, ou em outras, onde a garantia de sobrevivência está sob a sua responsabilidade, um número significativo de crianças e adolescentes não tem outra escolha a não ser abandonar as salas de aula, assumindo precocemente, e de forma autônoma, atividades laborais, sejam elas lícitas ou não, uma vez que a escola é um projeto de futuro, comparado às necessidades presentes que são de ordem imediata. Aliado a esse fato, a escola, enquanto instância responsável pela

socialização no seu sentido formal, pouco tem avançado em projetos que dialoguem com esta realidade mutante em que vivem estes jovens.

Concordando com Dayrel (2007), a escola deve ser repensada de forma a responder aos desafios postos pela juventude sobre o sistema educativo diante da complexidade em que se apresenta a condição juvenil, exigindo cada vez mais novos processos de socialização, que considerem os conflitos e ambigüidades vivenciadas pelo jovem. A estrutura da escola pública, incluindo a própria infra-estrutura oferecida, e os projetos político-pedagógicos, ainda dominantes, não se reestruturaram a ponto de criar espaço de diálogo com os sujeitos e sua realidade. (2007, p. 1116).

Na visão de Madeira (1993), o processo de democratização do ensino, a partir dos anos oitenta, alargou o acesso à educação, trazendo para o universo escolar uma população infante juvenil cada vez mais pobre, com grau de exigências pedagógicas diferenciadas. Entretanto a conduta do sistema educacional não tem sido suficientemente capaz de manter os vínculos dessas crianças com a escola, devido à ausência de políticas específicas e pedagogicamente condizentes com essa demanda. Assim se explica o número de evasões sucessivas, o baixo rendimento escolar e o número crescente de crianças envolvidas com o trabalho infantil.

Na fala de Fonseca (1994), a escola não ocupa um lugar central nas preocupações das pessoas. Nas famílias pobres geralmente as rotinas são ordenadas por outras prioridades, que certamente atendem a situações mais imediatas. Essa visão explica, por exemplo, porque em muitos casos as crianças abandonam, ou são retiradas da escola, sendo essa atitude algo que não irá fazer muita diferença na vida de algumas famílias.

Os dados revelaram que a maioria dos entrevistados está fora da escola há pelo menos um ano, sendo a motivação para tal fato as mesmas que os levaram ao afastamento das suas famílias. Cursaram em média a terceira série do ensino fundamental, embora apresentem muitas dificuldades em ler e escrever e realizar as operações básicas de soma, subtração, multiplicação e divisão.

Na fala de T. de treze anos, percebe-se que existe uma expectativa de retorno à escola, o que depende também do seu retorno familiar: “Eu estava estudando a 2ª série antes de vir para essa instituição. Acho que a escola é boa, pois ensina a ler e escrever, mas já “desaprendi” tudo pelo tempo que tenho fora da escola. Se Deus quiser quando eu retornar para casa, vou voltar a estudar”.

Mesmo estando circunstancialmente fora do espaço escolar, é presente nas falas dos entrevistados a idealização da escola ao reconhecer a sua função como meio de alcançar êxito social. De um modo geral, existe uma predisposição em retomar esse vínculo, porém em alguns casos, a sua condição existencial vem se colocando como fator impeditivo ou dificultador para freqüência escolar. Alguns chegaram até a serem matriculados, mas em determinado momento abandonaram a escola.

Em algumas situações, a impossibilidade do retorno à convivência familiar não pode ser um limite para a retomada dos vínculos com a escola, devido à complexidade que envolve sua relação com a família. Entretanto esses casos dependem de uma melhor articulação entre as redes de atendimento e a escola, de forma a se promover um acompanhamento mais sistemático, do desempenho desse grupo, que garanta a sua permanência na escola.

Contudo é necessário que a escola se disponha a criar um espaço de acolhimento para essas crianças e adolescentes, aberto à diversidade, de modo a promover a identificação e criar vínculos, pois um dos pontos de tensão com a escola reside na falta destes elementos, e no desconhecimento das regras, dos limites que são impostos pela mesma. A escola, para se tornar inclusiva, deve rever seu projeto político pedagógico, de forma a garantir a participação dos atores sociais. A fala do entrevistado H. de quinze anos reflete essa condição:

Estava estudando a 3ª série antes de vir para cá. Acho a escola boa para aprender a ler, escrever e saber algo na vida. “A escola é tudo”. Gostava muito das aulas e dos professores. [...]. Vou pedir ao Conselho para me colocar na escola, pois não pretendo voltar para casa.

Mesmo revelando significados positivos nas falas dos entrevistados, a escola nem sempre é um espaço prazeroso, sendo suas atividades às vezes enfadonhas, com conteúdos difíceis de serem entendidos pelos educandos, na medida em que não se investe numa metodologia capaz de motivar o adolescente para a aprendizagem, como fala o entrevistado (M) de treze anos: “A escola é importante, mas não tenho paciência de fazer as tarefas, às vezes não consigo ficar muito tempo sentado na sala.”

De acordo com os depoimentos, a escola tem um significado positivo, o que certamente para eles ajudaria a construir um futuro melhor, com outras perspectivas de trabalho. Entretanto, para alguns dos entrevistados esse caminho depende, necessariamente,

da sua estabilidade junto aos familiares, o que significa desenvolver ações mais efetivas, visando a sua reinserção nesse ambiente, fortalecendo os laços de parceria entre a família e a escola no processo de socialização.

Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de ações estruturadas junto à família do educando, para que ela também deseje o retorno do seu filho, para ela também acredite que é possível uma convivência familiar e comunitária, que é possível equacionar-se os conflitos e as divergências. Que se reconheça como capaz de estabelecer parâmetros, limites e referências educativas, sendo ela capaz de proteger e assegurar pertencimento.

Sem exceção, foi comum o argumento de que as Casas, enquanto instituições acolhedoras, deveriam ter um mecanismo especial de encaminhá-los à escola. Essa omissão pode ser caracterizada como sendo uma violência institucional, uma vez que deixa de atender a uma das necessidades básicas da criança e adolescente que é o direito à educação formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que as práticas de atendimento às crianças e adolescentes têm avançado nessas últimas décadas. Vários são os registros de experiências bem sucedidas que, embora não tenham resolvido o problema na sua amplitude, têm contribuído pontualmente para minimizar as dificuldades daqueles que buscam, entre os espaços da rua, da casa e da instituição, os meios de sobrevivência. Entretanto há de considerar que, em meio aos esforços implantados, muitas vezes isoladamente por algumas organizações que compõem o sistema de garantia de direitos, a trama institucional (Gregori 2000), representada pelo campo de disputas entre as diferentes organizações, governamentais e não governamentais, na disputa por poder e hegemonia que envolve a rede de atendimento, provoca divergências, quanto aos procedimentos e decisões, obtendo resultados pouco satisfatórios em benefício da criança e do adolescente.

As Casas de Acolhimento da Fundação Cidade Mãe se inserem no âmbito dessa discussão por vivenciar a problemática que hoje envolve as políticas de atendimento, não só no sentido de promover os direitos individuais das crianças e adolescentes, como de garantir a sua efetivação.

Assim essa pesquisa procurou refletir sobre um tema que, há muito, tem sido objeto de análise, sobretudo no âmbito das políticas de assistência que, de uma forma ou de outra, procurou “salvar as crianças” de um agravo social, ora por meio de medidas protecionistas, atribuindo um lugar de vítima pela omissão do Estado, ora por considerá-la como um contingente perigoso cabendo ações repressivas e de controle social.

Em se tratando das organizações institucionais para onde foram e são encaminhadas crianças e adolescentes neste contexto, observa-se uma vasta literatura, sobretudo aquelas voltadas para as práticas de confinamento, predominantes até em tempos atuais. Por outro lado, estudos mais recentes, principalmente a partir do ECA, têm enfatizado a dimensão do sujeito de direito como pressuposto para essas políticas, centralizando a discussão a respeito do seu lugar como ator social, ou ainda como categoria antropológica ou sob outras perspectivas teóricas, de forma a elucidar os diferentes discursos sobre a infância e sua diversidade.

De um modo ou de outro, a bibliografia revisitada tem enfatizado essa problemática como um fenômeno social que parece romper as barreiras do tempo histórico, adquirindo

novos contornos de acordo com desenvolvimento urbano das cidades, reorganizadas a partir de uma nova ordem social.

Por outro lado, a visão mais ampliada sobre as trajetórias de crianças e adolescentes pobres, adquirida na caminhada desse estudo, possibilitou um novo olhar sobre as inquietações colocadas a priori, talvez por que no trabalho de campo é comum se deparar com situações inusitadas, possibilitando rever os rumos da pesquisa, agregando novos significados.

Nesse sentido os resultados obtidos, confrontados com as questões iniciais, sugerem a importância de redimensionar esse estudo, dado a complexidade do objeto de análise, e as interfaces entre os espaços em que neles se desenvolvem a sociabilidade. Assim as questões levantadas, a princípio, podem não encontrar respostas objetivas entre os relatos dos interlocutores, mas acredito que possam estar subjacentes nas leituras das entrelinhas, feitas a partir das suas falas.

Essa pesquisa, ao apresentar uma reflexão sobre a realidade de crianças e adolescentes pobres de Salvador, sob medida de abrigo, trouxe também, no bojo da sua discussão, o desafio em desenvolver uma prática de atendimento que possa ajudá-los a construir um projeto de futuro, reintegrando aos espaços familiar e comunitário, promovendo sua participação política na sociedade. Para tanto, é profícuo que o seu reconhecimento, enquanto sujeito de direito, não seja desvencilhado de uma prática política e pedagógica que contemple suas vozes, sua visão de si mesma de mundo e sociedade.

Sabe-se que as trajetórias das crianças e adolescentes nas ruas da cidade não é um fenômeno isolado pois, somado a ele, está a ausência de políticas de assistência às famílias que, em meio às adversidades, criam mecanismos de manter a unidade indispensável a sua existência. Entretanto observa-se que o empobrecimento gradativo é uma característica marcante entre as crianças, adolescentes e seus familiares, cuja vida nas ruas se concretiza como meio de sobrevivência (muitas vezes o único), não apenas individual mas familiar.

Nos seus relatos, observa-se com que intensidade se apresentam suas reais necessidades e o quanto as instituições de atendimento ainda estão distantes de resultados políticos efetivos, que garantam a sua emancipação social. Registram-se danos morais, afetivos, intelectuais e emocionais que as famílias, adolescentes e crianças, em seu conjunto, sofrem com a ausência ou a pouca disponibilidades de serviços para seu bem estar.

Indubitavelmente a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários decorrentes de diversos fatores, a precarização das formas de moradia entre outros, conduzem não apenas

estes adolescentes, mas suas famílias, em busca de instituições que os acolham e possam ajudá-las na tarefa de educar seus filhos.

Observa-se que, mesmo diante de uma legislação considerada avançada politicamente, ainda persiste o tratamento salvacionista, mesclado de paternalismo clientelista, que anula as possibilidade de reconhecer nas crianças e adolescentes sujeitos políticos e autônomos.

Ressalta-se, no entanto que o trabalho de pesquisa circunscreveu-se apenas ao ambiente dos espaços de acolhimento, sendo a família e o espaço familiar, aqui referido, discutido a partir da perspectiva dos sujeitos dessa pesquisa. Assim estudos posteriores são necessários, de forma a compreender os significados que a família atribui aos espaços de acolhimento da FCM.

Referências

ABRAMOVAY, M et al. **Gangues, galeras, chegadas e rappers. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS (ABTH). **Violência intrafamiliar.** Rio de Janeiro: Booklink, 2002.

ANDRADE, M. **A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético**1 CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Número 14 – Setembro de 2009, Pág. 106 – 118, disponível em: < www.cchla.ufpb.br/caos/n14/6A%20religiosidade%20brasileira.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 2008.

ARAÚJO, M. de F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

ARIÈS. P. **História Social da Criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006

ATAÍDE, Y. **Decifra-me ou devoro-te - história oral de vida dos meninos de Rua de Salvador.** 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Com licença vamos à luta.** São Paulo: Iglu, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70 LDA, 1977.

BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: S. M. Kaloustian (Org.), **Família brasileira a base de tudo.** 4ª ed. Brasília: Cortez/ UNICEF, p. 60-76.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

Disponível em: < www.pge.sp.gov.br/.../constituicao%20federal.htm>. Acesso dia: 13 out. 2009.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Lei 8069/90. São Paulo, abril de 1995.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.742 de 07 de novembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social Política Nacional de Assistência Social- LOAS: Consolidando o Sistema Único da Assistência Social na Bahia**.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília –DF: CONANDA.2006.

BULCÃO, Irene. **Investigando as políticas de proteção e assistência a infância no Brasil: Psicologia e ações do estado**. 2006. 269p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp061528.pdf>> Acesso em: 15 out. 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de & AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **13**(2): 89-114, novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a05.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

CARVALHO, Inaiá; BRANDÃO, Iracema. **A Fundação Cidade Mãe: Relato de uma experiência**. Salvador: UNICEF/ Fundação Cidade Mãe, 2002.

DAYRELL, J. **A escola faz as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 3 mar. 2010.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural.** In: (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

ESPINHEIRA, G. A família e a crise familiar. In: **Desaparecimento e desaparecidos: Um estudo da violência urbana.** Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia / CEFIJ, 1999.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Revista Saúde e Sociedade.** São Paulo, v. 14, n. 2, p.50-59, maio/ago. 2005. Disponível em: < www.seer.ufjf.br/index.php/aps/article/download/89/143>. Acesso em: 30 set. 2009.

_____. Fabricando família: políticas públicas para o acolhimento de jovens em situação de risco. In Cláudia Cabral (org.). **Acolhimento Familiar: experiências e perspectivas.** ABTH: Rio de Janeiro, 2004, p. 86-111.

_____. **Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação.** Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1999. Disponível em: <http://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf>. Acesso em: 10 mai. de 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGA, P. C. P. **“Juventude, Violência e Narcotráfico no Brasil: Para Além do Rural e do Urbano”.** In: IULIANELLI, J. A. & MOTA, A. M. Narcotráfico e Violência no Campo. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: **Programa Estratégico.** Prefeitura Municipal de Salvador,

1993.

_____. **Relatório anual.** Prefeitura Municipal de Salvador, 1996.

_____. **Relatório anual.** Prefeitura Municipal de Salvador. Janeiro de 2005

GOUVEA, M. C. A criança de favela em seu mundo de cultura. **Cad. De Pesquisa.** São Paulo. n° 86, p. 48-54, agosto 1993.

GREGORI, F. e SILVA. C. **Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche.** São Paulo: Contexto, 2000.

GREGORI, M.F. **Viração: experiência de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROSSI, G. Os Badameiros: a descoberta do lixo. **Cadernos do CEAS** (Salvador). Salvador, v. 182, p. 67-84, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional, por Amostra de Domicílios – 2004 e 2007.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1>. Acesso em: 12 jun. 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.nescon.medicina.ufmg.br/ceabsf/ambiente/modules/biblio_virtual/bead/imagem/1530.pdf>. Acesso em 4 mai. 2009.

JESUS. E.; BANDEIRA. R.. **Por amor aos meus irmãos: D. Timóteo, profeta da Bahia.** 2002. 28.p. (Projeto experimental para conclusão do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia , Habilitação em Jornalismo, 2002

Laboratório de Estudos da Criança (LACRI). Instituto De Psicologia – USP. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/menulacri.php>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

MADEIRA, F.R. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. **São Paulo em Perspectiva**. Janeiro/março de 1993. Disponível em: <http://intranet.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_10.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2010.

MARCHI, R. C. A infância não reconhecida: as crianças “de rua” como atores sociais. II Seminário Nacional de Movimentos Sociais. **Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais**, 2007, Florianópolis. Anais UFSC, Florianópolis, 2007.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: S. M. Kaloustian (Org.), **Família brasileira a base de tudo**. 4ª ed. Brasília: Cortez/ UNICEF, 2008

RAIZ AFRICANA. Disponível em: <<http://raizafriicana.wordpress.com/orixas>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

KALOUSTIAN, Manoug (Org). **Família brasileira, base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC – Rio. São Paulo, Loyola, 2004.

_____. **O Século Perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, L.B. **De Pivetes e meninos de rua: um estudo sobre o Projeto Axé e os**

significados da infância. Salvador: EDUFBA, 2001.

ROMERO, K. R. **Crianças vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar.** Centro de apoio operacional das promotorias da criança e do adolescente. Curitiba-PR, 2007. Disponível em:
<www.mp.go.gov.br/drogadicao/1_livros/caopca/Vitimas_de_Abuso.pdf>. Acesso em 2 jan. 010.

ROSARIO, C.C. **Oxum e o feminino sagrado: algumas considerações sobre mito, religião e cultura.** Trabalho apresentado no IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador- Bahia- Brasil. Disponível em:< www.cult.ufba.br/enecult2008/14412.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

ROSEMBERG, F. Crianças pobres e famílias em risco:as armadilhas de um discurso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano.** v. 4, n. 1, p. 28-33, 1994.
Disponível em: < <http://www.abmp.org.br/textos/419.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SAFFIOTI, H.I.B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. F.R. MADEIRA (org.). In: **Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997, p. 135-186.

SANTOS, G.G. Alguns personagens em busca de um autor: etnométodos na ação pedagógica junto a crianças e adolescentes vulneráveis ao risco. 2001, 169 p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia - UFBA, FAGED, Salvador, 2001.

SARTI, C. A . **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SARTI, C. A. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. **Revista**

Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo, v.5(1/2), p. 39-47, 1995.

SILVA. H.; MILITO. C. **Vozes do meio-fio: etnografia.** Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

SILVA. R. **Pobreza e exclusão social no Brasil: 300 anos de políticas públicas para criança brasileira.** Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/212.htm>>. Acesso em: 1 abr. 2010.

SOUZA. E.T. **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: panorama histórico, a partir do Código Mello Matos.** Disponível em: <http://www.defensoria.org.br/langs/arquivos_multimidia/102.pdf>. Acesso em maio de 2010.

TAKASHIMA. G. M. K. O desafio da política de atendimento à família: dar vida a lei – uma questão de postura. In **Família brasileira, a base de tudo.** Silvio Manoug Kaloustian (Org.). 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília DF, UNICEF, 2008.

TRERUYA, M.T. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas.** disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>>. Acesso 3 mar. 2010.

VILANOVA. V. O Axé e o sujeito de conhecimento. In: **Plantando Axé: uma proposta pedagógica.** Biachi. A. M. (Org). São Paulo: Cortez, 2000.

VITALE .M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. *Revista de Serviço Social e Sociedade.* São Paulo: Cortez, nº 1, 2002

ZERO A. H. **O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada.** Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd30/arethus.pdf>. Acesso em: 3 mai. de 2010.

APÊNDICE 1

Salvador, 10 de fevereiro de 2009.

**Ilm^a Senhora
Sidney Nely Alves de Oliveira
M.D. Presidente da Fundação Cidade Mãe**

Senhora Presidente

Gostaria de me apresentar como ex-Educadora Social da Casa D. Timóteo Amoroso Anastácio, onde atuei quase quatorze anos, desenvolvendo um trabalho sócio educativo com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, o que me estimulou na busca de novos conhecimentos para melhor compreender a questão das crianças e adolescentes pobres, principalmente referentes à sua institucionalização, ainda pouco estudado no contexto de Salvador.

Com este objetivo, estou fazendo o curso de Pós-graduação (mestrado) em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, cujo tema é **Crianças e adolescentes em situação de abrigo: uma reflexão sobre as práticas pedagógicas.**

Para fundamentação deste trabalho, faz-se necessário realizar pesquisa nas fontes bibliográficas e documentos históricos desta Fundação, entrevistas a educandos, educadores e outros que interagem no processo pedagógico das Casas D. Timoteo e Oxum.

Desta forma, solicito de V.Sa. autorização para a execução destas atividades, ao tempo em que esclareço que as mesmas serão realizadas em conformidade com os padrões éticos devidos.

Assim espero contribuir, na medida do possível, para melhoria no atendimento a essas crianças e adolescentes, vítimas das desigualdades sociais, visando a sua emancipação enquanto sujeito social.

Agradecendo a V.Sa, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Ginalva Jesus de Carvalho